



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de economia**

Diego Santiago Ortiz López

**EZLN: surgimento e construção de uma alternativa anticapitalista**

**Campinas**

**2014**

Diego Santiago Ortiz López

**EZLN: surgimento e construção de uma alternativa anticapitalista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti.

**Campinas**

**2014**

*A la hora de las confesiones inconfesables,  
supo él que yo en realidad era,  
por esas travesuras de la geografía de abajo,  
un uruguayo nacido en Chiapas.*

(Subcomandante Marcos. Gustar el Café – El calendario y la Geografía de la Tierra)

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram a minha formação educativa e acadêmica – desde meus professores de infância aos tutores recentes, nessa trajetória de tantos anos. Faço um destaque para aqueles que ajudaram a construir a minha formação, em especial aquela vinculada a uma postura crítica diante do mundo. Também destaco os auxílios e tutorias do professor Eduardo Mariutti, que se prestou a orientar um tema mesmo sendo pouco tratado na academia, ajudando na elaboração deste trabalho; e a participação especial de Thiago Franco “Peixe”, que se colocou sempre à disposição para a discutir o meu trabalho (e muitos outros temas) e participar da banca de monografia.

Agradeço o apoio de todos meus companheiros e amigos, que também fizeram parte da minha formação e minhas atividades. Este espaço é muito pouco para enumerá-los, assim como para descrever o apoio fornecido por todos vocês.

Enfatizo e agradeço o companheirismo e o grande labor coletivo de todos aqueles que estivemos (e estamos) na luta por outro mundo. Destaco as atividades dos colegas do CAECO, centro acadêmico da economia. Mas, principalmente, a solidariedade e luta do coletivo “Universidade Popular” (UP) e a todos seus membros que, na luta junto ao MST e aos movimentos populares, tivemos experiências incríveis de tristezas, alegrias e esperanças. Estas experiências e as vivências tecidas com o povo foram importantes para definir os rumos deste ensaio, assim como creio que continuaremos (lento, mas avançando, como os caracóis zapatistas) nessa caminhada, para assim construir uma sociedade sem opressão e exploração.

Aos humildes companheiros, indígenas e camponeses, do EZLN, que abriram as suas portas para que possamos aprender muito com eles. Um trabalho como este é muito pouco para a tarefa heróica empreendida pelos mesmos diariamente, num recanto tão esquecido e tão violentado. Não tenho palavras para definir a radicalidade dessa alternativa anticapitalista que tanto nos faz sonhar com um mundo melhor. Assim como por todos os mexicanos que tão bem me acolheram na minha passagem por lá, em especial a Larissa Fuentes (uma das primeiras a me mostrar esse mundo mexicano “de los de abajo”) e inclusive me levar a Chiapas pela primeira vez. São estes humildes indígenas e mestiços mexican@s, trabalhad@r

e campones@s, os protagonistas de uma longa história de resistências e lutas que buscam, no meio da barbárie do capitalismo, colocar uma semente de esperança nos dias de hoje.

E por fim, agradeço a minha família (minha irmã Bruna, meu pai Assis, e minha mãe Margarita), pelas tantas experiências que temos vivido juntos (incluindo o de ser obrigados a imigrar pro Brasil), pelo apoio, humildade e garra para enfrentar todos os problemas, em especial quando as necessidades materiais se fazem presentes. E lembrar que não é todo dia que alguém de uma família pobre tem direito a um lugar na universidade pública. É a família, antes de tudo, o nosso primeiro contato coletivo e, logo, a primeira razão da luta. Pois como diria mi Votán-zapatista que tanto me acompanhou durante todo o curso da Escuelita Zapatista, “nossa luta é pela família, para que nossos filhos tenham um chão e um futuro”.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central estudar as causas, fundamentos e motivações da formação do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN), cuja aparição pública ocorreu no dia 1º de janeiro de 1994, dia do início do tratado de livre comércio com os EUA. Este movimento social, que se levantou em armas nessa data num canto tão esquecido como é o Estado de Chiapas, afrontava o Estado mexicano, além de colocar um conjunto de demandas sociais e questionava o sistema capitalista ao iniciar uma alternativa social autônoma. Nesta monografia, pretendemos sintetizar alguns elementos do debate historiográfico em torno dessa questão, apresentando um conjunto de autores que auxiliam na compreensão desse novo fenômeno social. Buscaremos delinear elementos de longa duração assim como questões conjunturais, a fim de constituir um guia de trabalho para estudos mais profundos sobre esta questão, assim como para entender a natureza do EZLN e os elementos que antecedem a história pública do EZLN.

Palavras Chave: Zapatismo. EZLN. Movimentos Sociais. História econômica e Economia política.

## ABSTRACT

This paper has its central goal to study the causes, fundamentals and motivations in the formation of the Zapatista Army of National Liberation (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, EZLN), that appeared for the first time in January 1st in 1994, the same day that started the North American Free Trade Agreement (NAFTA). This social movement, that raised its guns in the forgotten state of Chiapas, braved the Mexican State, in addition of raising a set of social demands and questioning the capitalist system, starting an autonomous social alternative. In this paper, we pretend to synthesize some elements of the historiographic debate about the question, presenting a group of authors that can help in the comprehension of this new social phenomenon. We look to outline such long-time elements as cyclical questions, in order to build a guide for deeper studies and to understand the nature of EZLN and the elements of its public history.

Keywords: Zapatism, EZLN, Social Movements, Economic History and Political Economy.

## SUMÁRIO

<b>PRIMEIRAS PALAVRAS (PREFÁCIO).....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – OUTRO CALENDÁRIO, OUTRA GEOGRAFIA: RECONSTITUIÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO CHIAPANECO.....</b>	<b>13</b>
1.1 – Breve resumo da constituição geográfica de Chiapas.....	14
1.2 – Formação sócio-histórica de Chiapas.....	22
<b>CAPÍTULO 2 – DEBATE/INTERPRETAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO ZAPATISMO.....</b>	<b>34</b>
2.1 – interpretações oficiais/governistas – críticas ao EZLN.....	34
2.2 – interpretações parciais – Chiapas e o “atraso/isolamento” .....	44
2.3 – interpretações dos processos sociais de México e Chiapas – defesa ao EZLN.....	53
2.3.1 – A interpretação da tradição da rebeldia mexicana e a ruptura do pacto de nação, “o Direito à Rebeldia” – Adolfo Gilly.....	54
2.3.2 – A interpretação da luta pela terra e a democracia radical – Pablo Gonzalez Casanova; Neil Harvey.....	63
2.3.3 – A interpretação da crise do Sistema-Mundo e da História a contrapelo – Andrés Aubry; Carlos Aguirre Rojas.....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – BALANÇO DO DEBATE.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>112</b>

## PRIMEIRAS PALAVRAS

Aqui quero mostrar de onde veio esse meu interesse em estudar o EZLN. É notável como, nos últimos tempos, este movimento social e popular tem chamado a atenção, em especial num momento de crise mundial e de tentativas (ainda tímidas e embrionárias num mar de catástrofes) de construção de alternativas de sociedade. A participação em trabalhos de educação popular desde 2010, no coletivo “Universidade Popular”, junto ao MST na região de Campinas, em especial no assentamento Elizabeth Teixeira, de Limeira, também tem me incentivado a buscar o zapatismo, cujos ensinamentos e metodologia poderiam colaborar com a luta dos sem terra e da construção do poder popular no Brasil.

A ida ao México durante o intercambio em 2012 foi importante para definir o interesse neste estudo: de um lado, foi possível conhecer a crua realidade mexicana, com suas décadas de neoliberalismo, miséria, violência, com notícias que continuam nos horrorizando (como o recente caso de Ayotzinapa). Mas, em contrapartida, surge uma silenciosa resposta de esperança nas frestas dessa sociedade fragmentada, onde brotam resistências, lutas, alternativas, iniciativas autônomas e autogestionárias. Em todos os cantos e lugares do México (e do mundo).

Foi nessa mesma viagem que tive o primeiro contato com Chiapas, onde foi possível conhecer um dos caracóis (Oventic) na passagem de ano novo, participando do seminário “Planeta tierra: Movimientos Antisistémicos” na Uniterra, em San Cristóbal e realizando um trabalho de observação de direitos humanos junto ao Frayba. Não só isso, como nossa ida coincidiu com a “Marcha do silêncio” – no dia 21 de dezembro de 2012, no suposto dia do “fim do mundo” maia, os zapatistas voltaram a tomar as ruas das cidades onde tinham se levantado, mas agora, o fizeram em completo silêncio, num ato que simbolizava a derrocada (fim) do atual sistema (mundo) e a construção de um novo mundo.

Essas experiências me levaram a estudar o tema e, minimamente, contar essa experiência, a despeito das dificuldades e limites em abordar isso numa limitada monografia de economia. Consegui voltar ao México no final de 2013 e começo de 2014, para o curso da “Escuelita Zapatista”, um espaço de cinco dias importantíssimo para entender o significado da construção cotidiana dessa alternativa “abajo y a la izquierda” por parte dos povos indígenas

do EZLZ, com base na democracia direta e autogestão dos diversos âmbitos da vida. Isso nos estimulou ainda mais a reconhecer o heróico esforço e luta dos zapatistas.

Dessa forma, queremos apresentar este humilde e limitado trabalho, que conta um pouquinho dos antecedentes do EZLN. A academia realmente dificulta escrever sobre o tema, uma vez que é difícil projetar nossos sentimentos em relação ao objeto de estudo e nosso compromisso político com as causas das lutas populares. No entanto, trata-se de uma tentativa de relatar uma proposta de alternativa anticapitalista em gestação. Se alguém vai ler ou não este ensaio, não sei. Mas que este seja um espaço de denuncia da barbárie promovida pelo capitalismo a vários séculos e de anúncio de algo novo – muito além das nossas obrigações burocrático-acadêmicas de uma das universidades mais elitistas do país.

## INTRODUÇÃO

*PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático. (Primeira declaração da Selva Lacandona, Comandancia General del EZLN, ano de 1993)*

É com estas palavras que milhares de camponeses e indígenas organizados no EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) fazem sua aparição pública em 1o de janeiro de 1994. Este dia emblemático, que coincidia com a entrada em vigor do Acordo do NAFTA e a adesão do México ao mesmo, tinha como objetivo denunciar o histórico de espoliação, exclusão, miséria e repressão que os povos indígenas do país vinham sofrendo desde a colonização até os dias de hoje. Em particular, tratava-se de trazer à tona a condição de precariedade a que foram submetidas as populações camponesas e indígenas do estado de Chiapas, colocando em pauta a necessidade de construção de uma alternativa ao processo de aprofundamento das reformas neoliberais e à violência que o Estado imprimia para garantir tais (contra) reformas.

Ainda, após o surpreendente levante armado e enquanto se desenrolava o conflito entre o EZLN e o Estado mexicano – que passou da etapa de “fogo” para a de “negociação” e, diante do esgotamento desta, para a formação do governo autônomo zapatista –, não faltaram jornalistas, escritores e intelectuais que passaram a tentar entender aquela suposta “loucura”: o que levou um punhado de indígenas e camponeses de um canto tão esquecido como Chiapas a terem a ousadia de se insurgirem contra um Estado autoritário e um sistema social tão excludente, mesmo num contexto de “fim da história”? O que realmente esses personagens automeados de “zapatistas” queriam dizer ao povo do México? O que tem de tão novo nesse movimento?

Um conjunto de autores, assim, elaborou explicações a respeito das causas e fundamentos desse levante tão estranho e particular, apresentando desde perspectivas de defesa e apoio aos indígenas de Chiapas (oferecendo um discurso que interpretava o problema de Chiapas a partir de problemas históricos e sociais) até argumentos para contrarrestar e

deslegitimar o movimento (reforçando o discurso contrainsurgente, que tinha como ator central o governo mexicano). Nesse sentido, nosso trabalho busca levantar, a partir de alguns desses autores (que até hoje manifestam suas posições), quais são os elementos fundamentais para entender o levante zapatista de 1994 – em suma, trata-se de um debate historiográfico a respeito das distintas interpretações sobre o surgimento do EZLN.

A hipótese inicial que aqui levantamos é a de que o surgimento do EZLN é resultado de vários processos de caráter histórico e social. O primeiro, sob um olhar da longa duração, entende que este fenômeno deriva dos problemas acumulados ao longo da formação da sociedade mexicana e chiapaneca, de exclusão, opressão e exploração dos camponeses e indígenas; o segundo, sob a análise de cunho conjuntural, explica que o zapatismo se forja também como consequência de uma crise de múltiplas determinações (sociais, econômicas e políticas) a partir dos anos 60, tanto fora como dentro de Chiapas, crise esta que vai se acirrando ao longo das décadas seguintes; o encontro desses dois movimentos, assim, cria condições em Chiapas para o surgimento do EZLN (com sua bombástica aparição pública em 1º de janeiro de 1994), movimento social que representa uma ruptura com o dito sistema social ao elencar elementos de superação não só da crise, como também do próprio sistema.

Por outro lado, é preciso apontar que há diversas dificuldades em trabalhar esta questão. A primeira reside no fato de que se trata de um objeto de estudo distante da nossa realidade ou que é algo pouco conhecido no Brasil (ou na academia em geral), o que inclui a dificuldade de encontrar fontes confiáveis para discutir o tema. Buscaremos por momentos, no entanto, contrabalançar as afirmações dos autores aqui em estudo com alguns documentos dos próprios zapatistas, também realizando as devidas ponderações. O segundo problema, ainda, se expressa na dificuldade de elaborar um debate historiográfico entre os autores quanto ao surgimento do zapatismo, posto que os autores aqui nem sempre estão discutindo a mesma questão que nós, ou mesmo nem estabelecem um claro debate entre eles. Para isto, buscaremos organizar a exposição a partir da nossa pergunta inicial, levantando elementos nos seus textos para confirmar nossas hipóteses.

Também destacamos a dificuldade de discutir e abordar este tema uma vez que é impossível encaixar o zapatismo em esquemas teóricos predefinidos. Isso é também um mérito do próprio movimento: de um lado, porque evita que seus adversários o compreendam, e assim o combatam; por outro, pela sua flexibilidade, que permite se ajustar às diversas situações, assim como na sua capacidade de dialogar com muitos sujeitos nesse processo de construção de sua alternativa. Ao mesmo tempo, trata-se de um tema/objeto de estudo em

constante movimento, acompanhando os acontecimentos do presente. As perguntas, nesse sentido, mudam a todo tempo – seja pelos novos materiais de estudo, seja pelas novas perspectivas abertas pelo transcurso da história.

A tarefa em questão mostra-se complicada, porém, é nesse mesmo sentido que há interesse no estudo deste tema. Trata-se de um movimento que tem ganhado relevância nos últimos anos, principalmente por empreender (ao menos no seu discurso) a construção de uma alternativa de sociedade – uma alternativa anticapitalista – apresentando elementos inovadores: construindo coletivamente e cotidianamente novas relações e valores – não hierárquicos, de democracia direta e de autogoverno, de produção coletiva, etc. –, rompendo com o Estado e o Mercado, buscando o diálogo permanente com a sociedade civil nacional e internacional, rejeitando a tomada do poder do Estado, tendo como protagonistas a atores sociais camponeses e indígenas, defendendo a diversidade de sujeitos sociais nessa construção, dando ênfase em novas palavras-chave, como “autonomia”, “resistência”, “rebeldia”, “dignidade”. Assim, o estudo do zapatismo é importante para repensar o significado de novas formas de luta e as propostas dos movimentos sociais em geral, em especial para o estudo das estratégias adotadas pelos movimentos sociais latino-americanos em face do atual contexto de crise capitalista, na busca por alternativas anticapitalistas de reprodução social.

Temos como objetivo, assim, que esta investigação se constitua num guia de trabalho para o estudo do tema do zapatismo, tanto para pensar questões que derivam do mesmo como para preparar o cenário para o estudo do EZLN em suas etapas posteriores a 1994.

Por fim, comentamos que, no período de estudo, foi importante a nossa visita ao México. Por um lado, porque nos permitiu aumentar o material bibliográfico. Por outro, e principalmente, por conhecer Chiapas duas vezes, podendo entrar em contato com as comunidades e os caracóis zapatistas, a segunda vez por meio do curso da “Escuelita Zapatista”<sup>1</sup>. Essa vivência foi fundamental para compreender e mais que nada sentir na pele o que é o zapatismo e a construção da sua autonomia. A elaboração de um trabalho como este

---

<sup>1</sup> O curso elaborado pelo EZLN da “Escuelita Zapatista” foi um curso recente elaborado pelo movimento sobre o título de “La libertad según l@s zapatist@s”. A ideia do mesmo era apresentar para várias pessoas do México e do mundo (em especial militantes) como era a vida nas comunidades zapatistas, mostrando como surgiu e funcionava o governo autônomo, como era o cotidiano de vida das pessoas, quais os distintos problemas enfrentados pelos civis, seus conflitos com outras organizações e o Estado, etc., a partir de uma vivência de 5 dias nas comunidades. Tivemos a oportunidade de participar do segundo encontro (que até agora só teve 3 edições), no final de dezembro de 2013, o que foi de grande importância para nós.

não teria sentido se está completamente descolado da realidade a ser estudada, por isso a experiência que tivemos é, nesse sentido, muito frutífera.

O nosso trabalho será dividido em duas partes. A primeira constará de um capítulo que procura introduzir o leitor a uma realidade desconhecida – a realidade chiapaneca. Assim, tentamos localizar o debate nos marcos de um espaço e de um tempo particular, ensaiando alguns traços da formação da sociedade chiapaneca. Na segunda parte, ainda, serão apresentados e analisados distintos autores que falam sobre Chiapas e o EZLN, organizados em três interpretações distintas a respeito da nossa questão sobre as causas e fundamentos do surgimento do EZLN. Como dissemos, alguns desses autores não respondem diretamente essa questão, porém, levantam um conjunto de elementos que nos ajudam nessa tarefa, portanto, estaremos atentos a esses pontos. Por fim, exporemos as considerações finais, composto por um resumido balanço do debate aqui realizado em torno do surgimento do EZLN.

## **CAPÍTULO I – OUTRO CALENDÁRIO, OUTRA GEOGRAFIA: RECONSTITUIÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO CHIAPANECO**

Para o estudo de qualquer fenômeno social, a compreensão plena do mesmo só ocorre na medida em que é possível retratar, mesmo que de forma breve, o cenário geográfico e histórico onde o mesmo se desenvolve e ganha vida. Dado que aqui tratamos de um objeto de estudo tão amplo e tão desconhecido no Brasil – como o EZLN, com suas características próprias e diversas relações com o mundo –, o resgate espacial e temporal proporciona, tanto ao pesquisador como ao leitor, elementos iniciais para se familiarizar com as discussões aqui presentes. Isto é, trata-se de entender que os fenômenos da sociedade e seus problemas só têm sua razão de ser como produtos da ação humana (social), que cria e recria o espaço e o tempo da coletividade, apontando novos impasses e, em resposta, suas possíveis soluções.

O (Neo) Zapatismo tem, portanto, que ser colocado no seu espaço e tempo. É neles que são tecidas as relações sociais que dão origem a uma sociedade particular – sociedade que, nas palavras de Thomas Benjamin, é “um Pueblo pobre em Tierra Rica”. Nesse sentido, o surgimento do EZLN nasce, num primeiro momento, como produto de uma longa jornada de opressão, exploração e saqueio dos povos indígenas num local particular, as terras chiapanecas, considerando estas terras dentro dos marcos de uma nação – o México – e de um sistema mundial dominado pela lógica capitalista. Portanto, somos levados a preparar o cenário geográfico e histórico onde surge um silencioso movimento indígena rebelde, tema do nosso trabalho.

### 1.1 – Breve resumo da constituição geográfica de Chiapas.

O estado de Chiapas, apesar de seu tamanho relativamente pequeno em relação ao da nação mexicana – 75.643,4 km<sup>2</sup>, 3,7% do território mexicano – é marcado por inúmeros contrastes espaciais, sejam físicos como sociais. Situado no sudeste mexicano, faz divisa ao norte com o estado de Tabasco, ao noroeste com Veracruz, ao oeste com Oaxaca e ao leste com Tabasco, Campeche e Quintana Roo, além da Guatemala. Ainda, tem ao sul o Oceano Pacífico (ARELLANO; OLIVEIRA, 2002, p.20-21; NOLASCO, 2008b, p.15).

De acordo com os dados do censo de 2000<sup>2</sup>, a população de Chiapas é de 3.920.892 habitantes, enquanto que a população indígena é de 979.614<sup>3</sup>, isto é, 28,5 %, além de ser 14% da população indígena mexicana.

Sua localização, sua diversidade física (com diversos recursos naturais) e social (incluindo as múltiplas formas étnico-culturais), contando com uma população considerável para aquele local, fazem deste estado um grande locus de acumulação capitalista, uma vez que representa uma ampla fonte de mão-de-obra e matérias primas. Acompanhando o processo de incorporação subordinada da América Latina aos mercados mundiais desde a conquista e colonização, Chiapas sempre foi (e é) mais uma periferia dependente do centro, respondendo aos mecanismos de dominação, expropriação e apropriação de excedentes – via superexploração do trabalho e espoliação da população – impostos pelo centro à periferia<sup>4</sup>. Mais que isso: a despeito das inúmeras riquezas da região, a condição socioeconômica da maioria da população, em especial a população indígena, é de enorme precariedade (GANDARILLA, 2002).

Nesse sentido, o principal atributo de Chiapas é o seu território no amplo sentido do termo, uma vez que se trata de um local estratégico não só pelos interesses econômicos, mas também geopolíticos e militares. Sua localização nas proximidades da Guatemala e sua fácil conexão entre o Oceano Pacífico e Golfo de México permite um amplo e rápido movimento do capital, em especial o norte-americano, para mercados da América central, ao mesmo

<sup>2</sup> Os dados se referem a essa data por conta da bibliografia, que corresponde em sua maioria à década de 90 e 2000. Além disso, trabalha-se próximo às datas que estamos tentando analisar neste trabalho, que é a do aparecimento público do EZLN, formação dos MAREZ e das JBG's (décadas de 90 e 2000).

<sup>3</sup> Margarita Nolasco aponta que esse dado é do INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía), porém o critério para contagem do número de indígenas apenas toma em conta a população que fala línguas indígenas, desconsiderando elementos que vão além da questão linguística e, assim, subestimando o número de indígenas.

<sup>4</sup> Para uma melhor discussão quanto à inserção subordinada e dependente da América Latina aos países do centro, temos, na perspectiva da teoria da dependência, Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*.

tempo em que viabiliza o controle da área por parte do hegemom, EUA<sup>5</sup> (CECENÑA; BARREDA, 1995).

Contudo, um primeiro problema para retratar a geografia de Chiapas é a grande diversidade que o estado apresenta em todos seus aspectos – tanto em termos físicos como sociais. Tal diversidade é produto da formação da própria sociedade chiapaneca, uma vez que a interação dos homens com a natureza e, portanto, com as distintas regiões morfoclimáticas, configuram as variadas bases de reprodução material dos povos. Diante disso, faz-se necessária uma regionalização, mas apresenta-se a dificuldade de estabelecer algum critério de regionalização que capte os múltiplos aspectos. Considerando as três principais propostas – por critérios fisiográficos, econômicos ou étnico-culturais – buscaremos uma alternativa que contemple as três, dado que todas as últimas duas são o resultado da interação do homem com a primeira<sup>6</sup>. Além disso, citaremos brevemente a localização do EZLN nessas áreas, na tentativa de situar melhor os locais onde surge e se constitui o movimento.

### *Litoral pacífico*

Dada a proximidade com o mar a as baixas altitudes, é uma região de clima tropical, cujos limites estão marcados pela proximidade da “Sierra Madre”, tornando-a uma pequena faixa litorânea. Apresenta duas subdivisões: o “Soconusco”<sup>7</sup> e o “Istmo-Costa”. A primeira região é uma das mais importantes economicamente, já que concentra atividades ligadas à agricultura<sup>8</sup> para a exportação de produtos tropicais (como café, cana-de-açúcar, cacau,

<sup>5</sup> Existe também uma extensa literatura e material a respeito do papel do México dentro do raio de ação da Hegemonia norteamericana. Não nos detalharemos nesta análise, mas cabe lembrar que Chiapas é um estado que se localiza no eixo de articulação do Plan Puebla Panamá (Projeto Mesoamérica), que desde a década de 90 busca a integração e construção de inúmeros projetos estratégicos de âmbito econômico, tecnológico e geopolítico com a América Central e o México, preservando o controle estadunidense sobre o continente em todos os aspectos, inclusive sobre as insurreições.

<sup>6</sup> Não entraremos no debate sobre a metodologia da regionalização porque foge do escopo do texto. No entanto, nossas referências para esboçar uma regionalização que dê conta dos três aspectos citados são Olyvos (2008a), destacando a questão etnológica; Viqueira e Ruz (1995), que enfatiza a questão histórica; e Maza (1994), que trabalha tanto no âmbito fisiográfico como de atividades produtivas. Também é necessário apontar que o espaço ocupado pelo EZLN e sua divisão regional (em cinco regiões) não necessariamente corresponde à divisão oficial nem à aqui apresentada, porém, faremos os apontamentos necessários para articular as regiões à presença zapatista.

<sup>7</sup> Segundo as informações dos materiais zapatistas, não se conhece a presença de áreas autônomas aqui, mas pelos mapas (anexos) sugere-se que existam articulações do EZLN nesta área.

<sup>8</sup> Antes de falar desta região, é preciso destacar a grande importância que o setor primário tem em todo o estado, [tanto em termos de PIB como de população empregada], além de empregar em torno de 75% da população indígena do estado (NOLASCO, 2008c), em especial na atividade agropecuária. Ainda, convivem nesta atividade duas formas distintas de produção: uma de subsistência, produzida por comunidades para autoconsumo através

frutas). O destaque é para a produção de café, realizada em grandes fazendas com alguns recursos técnicos desde o final do século XIX, que nos últimos anos tem incorporado capitais na atividade, fazendo do estado o principal produtor do país. Apresenta algumas atividades industriais (com presença de maquiladoras<sup>9</sup>), o que o torna lugar de relativa presença populacional com destaque para a cidade de Tapachula. Em termos populacionais, ainda, sua população indígena é baixa, dado o histórico de epidemias, exploração e mortes provocadas desde a conquista, embora tenha sido povoada por populações da região dos Altos e migrantes provenientes da Guatemala para trabalhar nas lavouras de café. A segunda região, ainda, está na franja noroeste do litoral, sendo um pouco mais seca e menos povoada, apresentando atividade pecuária e pesca de camarão.

### *Sierra Madre de Chiapas<sup>10</sup>*

É uma franja composta por uma cadeia de montanhas que acompanha o litoral, separando o litoral dos “valles centrales”, decrescendo em tamanho desde o limite com a Guatemala para o Noroeste. É composta de poucos povoados (com destaque para Motozintla), dedicados à agricultura de subsistência, além de ter uma população que também se emprega nas lavouras cafeeiras.

### *Depresión Central o Valles Centrales*

---

de baixa tecnologia e com baixo rendimento, e uma de exportação, que incorpora mais capital e é realizada em extensões maiores de terra, mas que utiliza, também, o grande estoque de mão-de-obra do estado, incluindo jornaleiros provenientes das áreas de subsistência que não alcançam a produzir seu sustento sendo obrigados a se empregar nas grandes fazendas.

<sup>9</sup> As conhecidas maquiladoras são fábricas que tem se desenvolvido a partir da década de 90 como resultado do processo de internacionalização das grandes corporações no capitalismo contemporâneo, cuja competição se dá nos marcos globais. Nesse sentido, as corporações passam a alocar parte de seus processos produtivos em diversas partes do mundo, conforme suas possibilidades de ampliar seus lucros pela melhor exploração privada dos recursos oferecidos pelos países. Nesse sentido, México, inserido no mundo neoliberal a partir dos anos 80 e aderente ao NAFTA em 1994, passou por um processo de reestruturação produtiva no qual há uma crescente constituição de empresas cuja função é a de aproveitar a mão de obra barata e recursos naturais disponíveis para simplesmente fazer a montagem de diversas peças que provêm das importações, para logo exportá-las, com destino principal os EUA. Além de ser um esquema que gera pouco dinamismo para o país em termos de geração de valor e tecnologia, estas atividades são famosas por apresentar grandes problemas de superexploração do trabalho dado seus baixos salários e suas extensas jornadas de trabalho.

<sup>10</sup> Assim como a região do Soconusco, não se conhece a presença de áreas autônomas aqui, mas pelos mapas (anexos) sugere-se que existam articulações do EZLN nesta área.

Esta região é constituída pelo vale do rio Grijalva, um dos principais do estado, localizado entre a Sierra Madre e as montanhas do Centro. É uma região menos húmida, porém fértil, que fora utilizada para a produção pecuária, cana-de-açúcar e algodão. É um dos centros do poder do estado, onde reside a capital do estado, Tuxtla Gutiérrez, importante centro político e econômico, além da cidade Chiapa de Corzo (também centro político). Além disso, o rio Grijalva é fonte de energia elétrica não apenas no estado, mas para o país, com 4 usinas ao longo do rio<sup>11</sup>. Embora apresente bastante população relativa, possui baixa população indígena, com exceção de alguns povoados importantes, como Venustiano Carranza.

Embora o EZLN não apresente a existência de municípios autônomos aqui, seus próprios materiais apontam para a presença de algumas bases de apoio em municípios da região<sup>12</sup>. Além disso, como apresentaremos adiante, algumas informações apontam que uma das origens do EZLN (ou ao menos, algumas articulações) se localiza no município de Venustiano Carranza, local onde se originou a organização camponesa Emiliano Zapata (OCEZ).

### Montanhas Centrais

Trata-se de uma grande cadeia de complexas montanhas, com grandes elevações próximas ao vale central, mas que vão decrescendo no sentido norte e selva. A existência de muitas chuvas faz do espaço um lugar recortado por vários rios e brejos, que fazem difícil o transporte e a comunicação, assim como é um espaço apropriado para a resistência e a defesa de várias comunidades. É a grande área de presença do EZLN, suas comunidades, municípios e regiões autônomas. Para tanto, exige um exame mais detalhado, dividindo a região em várias subáreas.

### *Llanos de Comitán y Las Margaritas*

Localiza-se na parte oriente das montanhas, numa parte mais baixa próximo à depressão central, além de fazer limite com Guatemala. Trata-se de um lugar destacado pela

---

<sup>11</sup> As hidrelétricas aqui citadas são as de Malpaso (1966), La Angostura (1976), Chicoasén (1980) e Peñitas (1987). Posteriormente voltaremos a falar delas, uma vez que foram construídas nas últimas décadas, ou seja, são parte da conjuntura onde nascerá o EZLN.

<sup>12</sup> Informação extraída dos cadernos da “Escuelita Zapatista” (no caderno n.1, “Gobierno Autónomo I”).

produção de milho e pela pecuária, cujo centro político e comercial é a cidade de Comitán, localidade que historicamente concentrou família de latifundiários que a mais de um século utilizam de indígenas tzeltales e tojolabales como peões “acasillados”<sup>13</sup> nas fazendas. Muitos destes, contudo, passaram a fazer parte do movimento zapatista em busca de uma alternativa à dita relação de exploração, colonizando novas terras da região. Nas últimas décadas, ainda, tem sido receptora de migrantes indígenas que têm sido despejados por conflitos religiosos e políticos de outras áreas do estado, inclusive de milhares de indígenas da Guatemala que desde a década de 80 chegam como refugiados. Entretanto, a população indígena da região é baixa, com apenas 5,7% da população total<sup>14</sup>.

Há uma importante presença de bases de apoio zapatistas<sup>15</sup> (BAZ) nesta região, cujo centro organizativo é o Caracol<sup>16</sup> I, “La Realidad”, situado no município oficial de Las Margaritas (olhar mapa em anexo).

### *Los Altos de Chiapas*

Esta sub-região está situada na parte mais alta da cadeia de montanhas, apresentando um clima temperado úmido. Possui uma elevada proporção de população indígena – 87% da população, sendo 65% tzotzil e 33,6% tzeltal (OLIVOS, 2008a, p.38). Seu centro comercial, político e cultural é San Cristóbal de las Casas, lugar de confluência de vários comerciantes indígenas das comunidades próximas<sup>17</sup>. Além disso, se destaca a atividade agrícola de subsistência (como milho e feijão, além de café), que dado seu caráter de tecnologia rudimentar e as condições do terreno – com inclinações e baixa fertilidade – trazem uma produtividade baixa, dificultando a vida das populações locais. Nas áreas mais ao norte, como em Huitiupán e Simojovel, as falhas do relevo vão diminuindo, permitindo maior produção de

<sup>13</sup> Fazendo uso do termo de Casanova (1995), “Acasillados” significa “Agregados”.

<sup>14</sup> Dados de Nolasco (2008b, p.)

<sup>15</sup> As bases de apoio zapatistas são as bases sociais do movimento, isto é, os membros civis do mesmo, que moram nas comunidades e municípios autônomos zapatistas ou em municípios oficiais, mas fazem parte do movimento zapatista.

<sup>16</sup> Caracol é uma sede político-administrativa regional, local onde se encontram as Juntas de Bom Governo (JBG). O EZLN apresenta 5 caracóis, localizados conforme os mapas anexos (ver numeração).

<sup>17</sup> É importante citar como existe uma rede de intermediários que a muito tempo controlam a comercialização de peças artesanais e outros produtos (como café) produzidas na região, pagando baixa remuneração aos pequenos produtores e estabelecendo preços elevados no mercado, assim obtendo grandes ganâncias. Entretanto, tem-se desenvolvido cooperativas que buscam evitar esse agente como forma de se apropriar da maior parte do valor da mercadoria (NOLASCO, 2008c, p.91)

café em pequenas parcelas e produção pecuária extensiva, além de possuir algumas fazendas de grandes proprietários.

Ainda, é um local de grande diversidade cultural pela grande proporção indígena local, sendo uma área que presenciou diversos conflitos (inclusive intra-comunidades, por questões fundiárias, políticas e religiosas) e resistência à exploração e racismo das elites brancas da região – os chamados “coletos”. É também região de grande adesão ao EZLN, apresentando várias comunidades e alguns municípios autônomos, além de sediar o Caracol II, “Oventic”, no município oficial San Andrés Larráinzar (renomeado como município autônomo “San Andrés Sakam’chen de los Pobres”).

### *Selva Lacandona*

Esta é uma grande região localizada ao oriente do estado, apresentando um clima tropical e terreno acidentado (com exceção da região mais ao leste, que limita com Guatemala, mais plana), com uma riqueza biótica importante. Apesar de seu nome e exuberante vegetação, não alcança a ser uma selva, dada as características morfoclimáticas. É uma área cuja ocupação – tanto populacional como de projetos econômicos – remonta ao século XX, com maior ênfase a partir dos anos 70, sendo palco de conflitos pela ocupação e posse da terra e dos recursos naturais da região – ocupação com altos impactos sociais e ambientais, tais como o desmatamento provocado pelas empresas madeireiras e por pecuaristas, o desenvolvimento de projetos de extração de petróleo, além da demarcação da reserva de biosfera Montes Azules (que já tinha habitantes nessa área)<sup>18</sup>.

Quanto à questão populacional, conta com uma população de 200 mil habitantes, 68% dela indígena, principalmente de indígenas tzeltales (58%), com um montante menor de tojolabales (26%) e choles (6%) (e em menor expressão, tzotziles, zoques e lacandones) (OLIVOS, p.36, 2008a), muitos deles migrantes camponeses sem terra de outras regiões de Chiapas. Sua reprodução está baseada na produção de subsistência de gêneros básicos (como milho, feijão, café, abóbora, hortaliças), mas que dada a baixa fertilidade do solo e seu fácil esgotamento, a produtividade é baixa, dificultando a situação material.

É um dos locais onde mais se concentram as bases de apoio Zapatista (BAZ), assim como foi, segundo as informações do próprio EZLN, o sítio onde o movimento zapatista teve

---

<sup>18</sup> Não nos aprofundaremos na descrição do conflito agora, pois fará parte da exposição posterior. Para aprofundar um pouco mais o mapa de projetos econômicos na área, Ceceña & Barreda (1995).

origem (em 1983) ao ser fundado o primeiro núcleo de insurgentes. Tendo em vista que abarca uma ampla região, há presença de dois Caracóis, o Caracol III, “La Garrucha”, situado no município oficial de Ocosingo, e o Caracol IV, Morelia, presente no município oficial de Altamirano.

### *Montanhas Zoques*

Esta região localiza-se ao noroeste do estado, e como o próprio nome diz, tem uma grande presença de indígenas Zoques – etnia que não provém da matriz “mayanse”, e sim da “mixe-popolucá” – embora nas últimas décadas haja um processo de ocupação da área por tzotziles provenientes de Los Altos (45,11% é zoque e 51,5% é tzotzil). É uma região pouco povoada, inclusive por recentes saídas de migrantes desta área para a Selva Lacandona, e denota presença do EZLN em alguns pontos – nas proximidades da região dos Altos.

### *Llanuras del Golfo – região norte*

Esta área está composta pelas terras baixas do norte, composta por duas entradas nas terras do golfo, próximo a Tabasco, sendo marcada por clima quente e úmido. Um desses locais é a área de Pichucalco e Reforma, locais de produção de cacau, gado e, principalmente, de petróleo, com uma refinaria neste último município. O outro local corresponde à área de Palenque, próximo à Selva Lacandona. Representa uma área com grande proporção populacional indígena (75,6%), ocupada em sua maioria por indígenas da etnia Chol (54,4%) (OLIVOS, 2008a, p.37). No início do século XX esta área viveu uma importante atividade cafeeicultora de exportação, mantendo os indígenas como peões “acasillados” nas fazendas, mas é a partir da década de 50, com a promoção do reparto agrário, que se iniciarão conflitos entre camponeses indígenas e fazendeiros (OLIVOS, 2008a, p.37-38). Ainda, esta região corresponde a um importante local de desenvolvimento da atividade petroleira, além de ser um centro turístico cuja cidade destaque é a cidade de Palenque, o que tem gerado problemas relativos à ocupação do espaço pelo impacto socioeconômico, semelhante aos da Selva Lacandona.

É também área de grande presença zapatista de indígenas de origem Chol, região onde se localiza o Caracol V, “Roberto Barrios”, no município de Palenque<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Olhar mapa correspondente, nos anexos.

## 1.2 – Formação sócio-histórica de Chiapas

Como apontamos no início deste capítulo, a tarefa do cientista social exige um olhar espacial e temporal daquilo que se busca estudar e problematizar, uma vez que os fenômenos sociais têm seu sentido e importância dado pela própria construção da geografia e história pelo homem, no presente. Isso nos leva a reconstituir os fatos do passado a partir de olhares que esse presente em movimento – com seus novos conflitos, problemas, lutas – nos coloca como novidade. No entanto, quando estamos falando de tempo histórico, sempre surge a questão das distintas formas de retratar o objeto em estudo, caracterizando-o em suas múltiplas temporalidades, a depender da lente com a qual o fenômeno social está sendo analisado. Dessa maneira, uma primeira aproximação que propomos é a de longa duração, fazendo referência a uma das formas como Braudel<sup>20</sup> entendia a necessidade de se debruçar sobre o estudo da história.

Assim, para compreender a problemática que os neozapatistas colocam nos dias atuais, é preciso apontar que tais questões vão muito além da dinâmica mais imediata em que os fenômenos se apresentam. Para tanto, faz-se necessário resgatar alguns elementos da formação social mexicana e chiapaneca à luz de longos alcances temporais<sup>21</sup>, que permitem visualizar com mais clareza a constituição do atual conflito e o sentido histórico das demandas, símbolos e propostas que o EZLN apresenta no seu processo de luta e de projeto alternativo, a fim de entender as motivações do surgimento do movimento.

Uma primeira abordagem, em forma sucinta, diz respeito à forma como ocorreu a conquista e colonização deste território que já no século XIX viria a ser chamado de Chiapas<sup>22</sup>. A conquista e, logo, a formação da colônia em terras americanas por parte da Coroa espanhola, tinham como objetivo essencial a busca e extração de metais preciosos ou espécies que tivessem recepção nos mercados europeus, por meio do uso e exploração de mão de obra das populações locais (ou dos escravos trazidos da África). Mas não se trata apenas disso – a colonização foi também a incorporação destas terras a um novo sistema social, um novo sistema mundial em formação cujo centro era a Europa e, América, a periferia. Chiapas, não alheio a este processo, constitui-se assim como mais uma periferia, que embora não

---

<sup>20</sup> Explicar o esquema de três tempos de Braudel, com referências (ver depois).

<sup>21</sup> Rojas (2002, p.8-10).

<sup>22</sup> O nome “Chiapas” deriva do nome de uma etnia que existia na região dos vales centrais à época da conquista, os “chiapa”. Segundo a lenda, este grupo era guerreiro e rebelde e resistiu à conquista espanhola, sendo que uma das histórias famosas é a de que ao não aceitar a submissão aos espanhóis, preferiram o suicídio se atirando do Cañon del Sumidero no Rio Grijalva.

oferecesse desde cedo produtos de elevado valor – como metais preciosos – estava condicionado pela lógica de funcionamento desse sistema-mundo capitalista moderno (o primeiro, aliás, a articular todas as áreas do planeta a uma mesma lógica) (AUBRY, 2005, p.71).

Contudo, essa colonização teve um caráter específico, o que fez de Chiapas desde cedo uma região diferenciada de outros locais da América espanhola – e do México. Como assim destaca Zebadúa (2011), o espaço em estudo era, do ponto de vista físico, de difícil acesso, marcado por relevos variados e intensa vegetação, limitando o transporte e a comunicação do local e, assim, a colonização desta área. Além disso, não se encontrava em Chiapas grandes riquezas a explorar a não ser uma escassa mão de obra, o que somado a o anterior, preservou no local um relativo isolamento que marcará a forma de colonização da área. Nesse sentido, um primeiro movimento de integração a um novo sistema, articulado com o relativo isolamento, denota o primeiro passo da constituição da região<sup>23</sup>.

Dada a ausência de metais preciosos, ou mesmo a dificuldade de transportar excedentes para o exterior, a única riqueza básica era a espoliação e submissão da mão de obra indígena, cuja superexploração se realizava nas grandes fazendas inicialmente mediante a relação de *Encomienda* e, logo, de *Repartimiento*. Dessa forma, constitui-se uma primeira relação de concentração fundiária e exploração do trabalho indígena, que junto às epidemias e a violência foram importantes para a morte de grande parte da população autóctone, inclusive para a desagregação social das mesmas e a subsequente dominação. Ao mesmo tempo, foi importante o papel da igreja na empresa colonizadora, uma vez que legitimava a exploração ao mesmo tempo em que evangelizava os indígenas, incorporando-os à nova fé e aos novos valores do mundo ocidental; mais que isso, a Igreja foi importante na organização social da época, fundando Ciudad Real (posteriormente San Cristóbal de las Casas), criando as

---

<sup>23</sup> No entanto, é preciso problematizar a respeito do argumento do “isolamento” de Zebadúa (2011), por vários motivos. Primeiro, que o argumento da dificuldade física não explica como outras sociedades – como os Incas – desenvolveram um sistema técnico e social tão complexo, inclusive com técnicas produtivas e de comunicação que conseguiam superar as dificuldades geográficas. Segundo, é que ao superestimá-lo, pode-se cair na ideia de que a sociedade chiapaneca se formou como fechada em si mesma, desconsiderando toda a lógica da conquista e colonização. Por fim, pode-se incorrer na ideia muito cara a alguns sociólogos de que os problemas sociais derivam de uma “ausência de integração e abertura a outras sociedades”, uma vez que as sociedades estariam fechadas à “modernização” das suas relações sociais e, portanto, demonstram formas de dominação tradicionais. Perguntamos ao autor se a abertura se faz para a liberação de “todas as formas de dominação”, ou se trata-se apenas de substituir uma tradicional por uma moderna, como a visão neoliberal atual muitas vezes apregoa (a da integração aos mercados sob o domínio do capital). Além disso, não temos muitas informações a respeito da organização indígena pré-conquista, mas a literatura aqui em estudo aponta elementos para dizer que já existia um grande contato entre povos de Chiapas com o Centro de México, inclusive sob relações de dominação na qual a civilização azteca dominava vários grupos, exigindo cobranças de tributos e realizando trocas comerciais. (AUBRY, 2005) e (ZEBADUA, 2011).

instituições básicas da época, e promovendo espaços da Igreja no seio das comunidades, repartindo-as para facilitar a evangelização<sup>24</sup> (AUBRY, 2005, p.67-69; p.75-76).

Isto, no entanto, não significa que ocorreu sem resistência: desde a conquista, houve resistência dos indígenas zoques e chiapa, mas principalmente os anos de 1693 (originada em Tuxtla), 1702 (com surgiu em Guatemala e se espalhou até Chiapas) e 1712 (em Cancuc), presenciaram rebeliões de caráter mais amplo, pluriétnico e de mínima organização, que inclusive podem ser entendidas como três datas de um mesmo processo de lutas. Segundo Aubry (2005, p.79-83), foram rebeliões que podem ser entendidas como um mesmo processo, como resposta à pesada tributação, os *repartimientos* e a exploração de mão de obra indígena<sup>25</sup>.

É no século XIX, entretanto, com a independência do México em 1810, a anexação do estado de Chiapas ao México em 1824 e os conflitos sociais e regionais posteriores, que começam a se esboçar as estruturas econômicas, sociais e de poder no estado, constituindo a concentração de terras e a dominação das elites latifundiárias de cada região do estado sobre a exploração das populações indígenas cada vez mais usurpadas. Assim, é preciso estudar a trajetória da questão fundiária no estado, posto que a estrutura agrária chiapaneca aparece como um importante elemento da formação social. Ainda, é preciso destacar que, nesse movimento, os conflitos sucessivos entre frações das elites cessavam ante qualquer revolta e questionamento indígena das estruturas colocadas, apresentando-se nesse momento como uma “grande família” em defesa dos seus particulares interesses.

Diante da distância de Chiapas aos centros de poder mexicanos e a fragilidade do novo Estado mexicano, o desmembramento em relação à Guatemala e sua anexação ao México garantia certa autonomia aos poderes locais de exercerem sua dominação. Entretanto, após a anexação, iniciam-se disputas entre frações de latifundiários da região que conflitavam pelo controle do poder estatal. De um lado, concentrava-se a fração liberal, que era constituída pelas elites das regiões baixas – valles centrales e soconusco –, e que defendia a propriedade

---

<sup>24</sup> Entretanto, é preciso destacar a presença de alguns personagens da igreja que foram fundamentais para a defesa dos direitos indígenas. O principal nome é o de Fray Bartolomé de las Casas, dominicano, primeiro bispo de Ciudad Real, figura importante na defesa dos indígenas na América contra a pesada exploração e violência, inclusive apelando a contestar com vários argumentos contra a ação da Coroa espanhola. Seu nome é lembrado hoje pelo Frayba – centro de direitos humanos localizado em San Cristóbal, principal organismo de atuação e orientação jurídica de defesa de comunidades indígenas de Chiapas, inclusive dos zapatistas.

<sup>25</sup> Não nos aprofundaremos nas inúmeras revoltas e insurreições presentes em Chiapas, mas queremos destacar a compilação destas, desde a conquista até a revolução mexicana, realizada por García de León em “GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía: memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia*. 2<sup>a</sup> ed. México, DF: Era, 1997.”

privada e uma maior secularização das instituições, além de um maior acesso às “terras altas” (da região dos Altos) e à força de trabalho indígena. Do outro, residia o setor conservador, concentrado em Los Altos (os “Coletos”), próximo aos interesses da Igreja, que defendia a preservação do poder da mesma sobre as terras e sobre a mão de obra indígena (HARVEY, 2000, p.64-68). Como se pode notar, o conflito se resumia basicamente ao controle da terra e da mão de obra, em suma, ao controle do poder político, inclusive sendo comum a mobilização de indígenas subordinados a seus respectivos patrões para conflitar contra a outra fração.

As disputas se alastram sobre a primeira metade do século XIX, e é a partir da década dos 50 que se confirma a ascensão dos liberais ao poder. Nos marcos da nação mexicana, a luta contra o imperador Santa Anna (derrocado em 1854) por parte dos liberais mexicanos criou condições para a implementação de reformas liberais no país, fragilizando o poder da Igreja católica e de setores conservadores. Uma dessas reformas foi a lei Lerdo, aprovada em 1856, que permitia a expropriação das terras do clero e de antigas corporações, tornando as terras propriedade privada e passíveis de serem objeto de tributação por parte do Estado (SPINELLI, 2011, p. 54).

Tais mudanças políticas a nível nacional são sentidas, também, no âmbito regional, com a vitória das elites das terras baixas no governo de Chiapas<sup>26</sup> e a execução de reformas liberais, a partir de 1855. Assim, foram desenvolvidas mudanças que promoveram a expropriação de terras da Igreja e de comunidades indígenas, assim como a espoliação das propriedades da Igreja, que passaram a ser empregadas para a expansão comercial de produtos como cana-de-açúcar, cacau, pecuária e madeira (ZEBADÚA, 2011, p.111). Cabe destacar que no processo de apropriação privada das terras, muitas das comunidades e terras onde residiam os indígenas foram também usurpadas, tornando os indígenas não apenas expropriados, mas também obrigados a trabalhar para os donos de terras.

Esse processo de secularização ganha velocidade com o governo de Porfírio Díaz (1876-1910)<sup>27</sup> no México, numa política que preconizava a modernização do país a partir da promoção da entrada de capitais estrangeiros nas mais variadas atividades (com destaque para

---

<sup>26</sup> Dentre as elites liberais que dominaram o cenário político da segunda metade do século XIX, tem as famílias Cal y Mayor, Castellanos, Corzo, Domínguez, Grajales, Esponda, Moguel, Orantes, Ruiz y Zebadúa [Sobrenome deste próprio autor] (ZEBADÚA, 2011, p.113). Sobrenomes que (somados a novos), mesmo após mais de século e meio, continuam ocupando espaço na política local.

<sup>27</sup> É interessante notar a época, relacionando-a com a situação internacional – neocolonialismo, expansão do capital sobre novas áreas em busca de superar seus limites na Europa. Do ponto de vista da acumulação de capital, tem algumas semelhanças com as do final do século XX.

a atividade ferroviária, exploração de minérios e petróleo, têxteis, e agropecuária) (SPINELLI, 2011, p.). No caso da agropecuária, tratava-se de estimular a produção capitalista e moderna de produtos exportáveis. Em Chiapas não foi diferente, sendo gerados estímulos para a integração da região ao mercado mundial, o que gerou a constituição de atividades concentradoras de terras orientadas para o exterior, tais como a produção cafeeira no Soconusco por capitais alemães, e a penetração de empresas de extração de madeira e borracha na Selva Lacandona. Além disso, foram introduzidas algumas obras de infraestrutura que minimamente modernizaram a comunicação e transporte do Estado, principalmente implementados pelo governo de Emilio Rabasa (1890-1894).

Ainda, essa modificação teve implicações tanto sobre o destino das populações indígenas despojadas como uma manifestação diversa sobre o território chiapaneco. A perda do acesso à terra (apropriada pelas elites locais ou interesses estrangeiros) por parte dos indígenas forçava estes a terem que se empregar nas novas fazendas e atividades. De um lado, iam sendo empregados, seja de forma “voluntária” ou forçada, no desbravamento da Selva Lacandona, na medida em que penetravam novas atividades de exploração de madeira e látex na região, mantidos quase em regime de escravidão; por outro lado, muitos desses indígenas viravam força de trabalho para o grande desenvolvimento da atividade cafeeira e para o cacau, na região do Soconusco. Neste caso, dado que os indígenas despossuídos ficavam sem recursos nem mesmo para arcar com as despesas de viagem até as áreas de produção, já ficavam desde cedo presos a um sistema em que deviam trabalhar para pagar suas dívidas de viagem e despesas, isto é, constitui-se um sistema de trabalho compulsório estabelecido por dívida. Segundo Neil Harvey:

La fuerza de trabajo “voluntaria” que llegó al Soconusco estaba sujeta a formas tradicionales de servidumbre obligada. Dado que los desposeídos indígenas no tenían o casi no tenían recursos para pagar los costos de transportación y sustento se volvían dependientes al tomar préstamos obligatorios que solamente podían ser pagados con trabajo. Sin embargo, su trabajo era pagado con fichas que podían ser cambiadas en las tiendas de raya por comida y otros artículos básicos. De esta manera, los trabajadores rara vez acumulaban lo suficiente para liquidar los préstamos iniciales, se veían obligados a aceptar nuevos y, en consecuencia, acumulaban más deudas. [...] La gran cantidad de exportaciones de finales del siglo XIX fue apuntalada por ese tipo de relaciones (HARVEY, 2000, p.70).

Além disso, destaca-se também a expansão das fazendas de produção de gado na região que ia do norte de Chiapas até os Llanos de Comitán, com algumas incursões no início da Selva Lacandona (OLIVOS, 2008b, p.102).

A economia cafeeicultora na região do Soconusco teve grande sucesso, ao ponto em que foram expandidas para áreas ao norte de Chiapas e em Los Altos, inclusive com concessões de terras por parte do porfiriato a nacionais e estrangeiros, em localidades como Simojovel, Huitiupán, Tila, Yajalón e Tumbalá. A mão de obra era composta por indígenas tzeltales e tzotziles de Los Altos cujas terras foram arrancadas, sendo incorporados ao trabalho no mesmo sistema de endividamento descrito e se tornando peões “agregados”, devendo trabalhar nas plantações do patrão sem poder sair do local até não arcar com as dívidas e apenas tendo em troca a possibilidade de uso de uma pequena parcela da terra para seu próprio sustento (HARVEY, 2000, p.70-71). Além disso, muitos indígenas viviam em pequenas parcelas, mas a baixa produtividade os obrigava a se empregar temporariamente nas fazendas de café, migrando para regiões como as do Soconusco.

Havia também outros tipos de empregos da mão de obra. Os *baldíos*, por exemplo, eram pessoas que tinham ocupado terras destinadas a estar vazias há muito tempo, mas que as elites regionais se apropriaram no século XIX. Trabalhavam para o dono da nova fazenda em troca do usufruto de uma pequena parcela local. Também existiam os *mozos* o *laboríos*, aos que se lhes concedia terra por um ano em troca de seu trabalho, e os *arrendatários*, que tinham direito a trabalhar uma parcela da fazenda, mas precisavam pagar uma parcela em dinheiro ou produção para o dono da terra. No entanto, deve-se lembrar de que todas as modalidades de relações de trabalho eram garantidas a partir do clientelismo e da coerção, em que camponeses e trabalhadores dependiam do cacique para obter empréstimos, emprego, acesso à terra e pagamento pela produção (HARVEY, 2000, p.71-72).

Ainda, é essa mesma estrutura clientelista e caciquista – articulada à estrutura agrária e de poder que acima fora descrita – que nos ajudará a compreender a maneira particular em que os processos desencadeados pela revolução mexicana<sup>28</sup>(1910-1917) a partir de 1910 foram recebidos em Chiapas. Longe de apontar grandes modificações nas relações econômicas e políticas, “La revolución en Chiapas significaba esencialmente quién controlaría el acceso a las tierras, la mano de obra y la producción de los indígenas” (HARVEY, 2000, p.72). Nesse sentido, tratava-se da acomodação das elites agrárias do estado à nova conjuntura mexicana utilizando, inclusive, de exércitos indígenas que estavam

---

<sup>28</sup> Embora o EZLN faça alusão no seu nome a Emiliano Zapata, camponês que lutou na época da Revolução mexicana, não nos detalharemos na descrição da revolução mexicana (1910-1917), dada a ampla bibliografia e interpretações, além do fato de que as cenas centrais do conflito ocorreram em outros locais do México. Assim, apenas apontaremos os elementos mais fundamentais referentes a tais acontecimentos quando tocam a questão de Chiapas.

sob o subjugo de seus respectivos caciques, manipulados para participar da guerra civil em questão<sup>29</sup>. Nas palavras de Adolfo Gilly:

La provincia de Chiapas, como es bien sabido, permaneció en los márgenes de la revolución mexicana. [...] El gobierno de Obregón pactó con la oligarquía terrateniente local y a cambio de su apoyo político dejó intacta su dominación sobre los campesinos y los pueblos indios. Ese pacto fue, para la oligarquía chiapaneca, una etapa más de su historia de “modernización” desde arriba sin cambio en las relaciones sociales: ferrocarriles, carreteras, capitales, administración estatal, todo montado sobre una oscura y terrible relación servil mantenida por la fuerza y la ignorancia sobre los habitantes del campo chiapaneco, negados no sólo en su condición de ciudadanos mexicanos sino casi también en la de seres humanos (GILLY, 1997, p.45-46).

Trata-se, assim, de um pacto entre elites regionais e a nova república, na aceitação da constituição da nação mexicana, desde que as mudanças desencadeadas pela revolução mexicana não afetassem as estruturas regionais de poder, garantindo assim a reprodução do sistema de exploração indígena por parte de tais elites. Não só isto, como também a própria incorporação dos indígenas se realizou, nos marcos do Estado liberal de direito, sobre o status abstrato de “cidadão”: não se incorporavam a este Estado as particulares demandas da situação indígena, neste caso a dos povoadores de Chiapas, senão que apareciam sob a forma geral do direito à terra como “camponeses” e “comunidades” (GILLY, 1997, p.44-45).

“Um cambio para que todo siga igual”, nas palavras de Aubry (2005), posto que se inicialmente, em 1911, tratou-se do levantamento das elites de Los Altos contra o predomínio dos Valles centrales na política chiapaneca, o período de 1914-1918 será o da verdadeira “contra-revolução”, no qual as elites, receosas de perder seu poder local – com a liderança dos “Mapaches”, liberais, e aos quais inclusive se somaram os “Pinedistas”, de Los Altos – se organizaram contra as mudanças que vinham sendo implementadas pelo poder central e, posteriormente, pelo presidente constitucional, Venustiano Carranza. “Mapaches” que nada mais são a tradicional “família chiapaneca”, antepassados dos atuais nomes da política local (AUBRY, 2005, p.139-149).

Nos marcos do conflito da revolução mexicana, algumas reformas legais importantes a nível nacional foram implementadas, como a “Lei de obreros”<sup>30</sup>, em 1914, que estabelecia o

<sup>29</sup> É preciso apontar que também houve resistência a este processo, com diversas reações. Em alguns locais, as populações indígenas se atrincheiravam, enquanto que em outros se aproveitaram da situação para expulsar os patrões. (HARVEY, 2000, p.72)

<sup>30</sup> Segundo Rivera (2008), a “ley de obreros” instituía o fim da servidão por dívidas e garantia alguns direitos básicos aos trabalhadores indígenas.

fim da servidão por dívidas, e a “Ley do Ejido<sup>31</sup>”, com a elaboração da constituição de 1917, que correspondia à possibilidade da expropriação de terras para a realização da reforma agrária. Contudo, estas mudanças pouco ressoaram sobre as terras chiapanecas: apenas foram aplicadas algumas políticas com base nas mudanças constitucionais no governo estadual de Agustín Castro, com alguma modificação mais sensível a partir do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940)<sup>32</sup>, ainda assim com certa timidez. Além disso, se por um lado os indígenas ficavam “liberados” com as reformas, a falta de alternativas para esta mão de obra fez os mesmos retornarem ao antigo sistema de peonagem, preservando o sistema anteriormente tratado.

É nesses termos que Rojas (2002) vai apontar que nas regiões norte e centro do México, a revolução mexicana teve fortes impactos dinamizadores sobre a economia – desencadeando processos de industrialização e de expropriação de terras para a formação de Ejidos, principalmente após o governo de Cárdenas, apoiada numa constituição inovadora que garantia mecanismos de intervenção do Estado no âmbito econômico e social. Entretanto, esses efeitos foram pouco sentidos na região sul do país – onde Chiapas se localiza –, sem provocar mudanças significativas sobre a estrutura social, elemento que será motivo de revoltas pelo campesinato mexicano durante o século XX.

Não obstante, é razoável considerar as especificidades do Estado mexicano em formação, recém-constituído como resultado de um conflito que deixou dois milhões de mortes e apresentava inúmeros atores sociais e regionais em disputa – latifundiários de várias partes do país, burguesia industrial nacional, interesses capitalistas dos EUA e Europa, sindicatos e operários de distintas vertentes, camponeses do norte e do sul, etc. Esse novo Estado, consolidado com o governo de Lázaro Cárdenas e materializado na constituição de 1917, era a consequência de um pacto social entre as diversas tendências, o que exigia a formação de um Estado que carregasse todas as contradições internas entre tais interesses

---

<sup>31</sup> A Lei do Ejido foi estabelecida pela Constituição de 1917, resultado direto do papel dos camponeses na revolução mexicana. O ejido é a noção indígena comunal da terra, não-comercializável até 1994, quando as condições para a entrada do país no NAFTA resultaram na aprovação de emenda que permitia sua venda. Nos anos 70 e 80 se constituía como o último dispositivo legal de reivindicação de expropriações e defesa dos meios de subsistência das comunidades indígenas-camponesas do México e, principalmente, de Chiapas, onde predominavam esses tipos de propriedade da terra.

<sup>32</sup> Como já apontamos, o caráter e periodização da revolução mexicana é motivo de grande debate na história e historiografia mexicana. Contudo, sem querer entrar em grandes debates, estamos caracterizando aqui o período de 1910-1940 como o revolucionário, considerando que é o momento que se inicia com explosão das revoltas e finaliza com o fim do governo de Lázaro Cárdenas, ou seja, considerando não apenas o primeiro período (1910-17), como também os posteriores, etapa de ajustes nos arranjos políticos e de consolidação do Estado nacional mexicano.

conflituosos. Diante disso, criou-se um Estado capaz de “estatizar” todas as instâncias da sociedade civil para se legitimar, absorvendo as demandas do operariado e do campesinato, mas exigindo, em contrapartida, a cooptação das estruturas organizativas destes grupos e, portanto, de sua autonomia (SPINELLI, 2011, p.65). Como aponta Casanova em seu livro clássico, “A Democracia no México”:

[...] não ocorre o modelo dos “três poderes”, ou do sistema dos “contrapesos e balanças”, ou do governo local dos vizinhos eleitores, idealizado pelos filósofos e legisladores do século XVIII e princípio do século XIX, mas uma concentração do poder: a) no governo; b) no governo central; c) no Executivo; e d) no presidente. [...] Só a análise dos verdadeiros fatores do poder e da estrutura internacional conduz à delimitação e ao relativismo do poderio presidencial. Os verdadeiros fatores do poder no México – como em muitos países hispano-americanos – foram e às vezes continuam sendo: a) os caudilhos e caciques regionais e locais; b) o exército; c) o clero; d) os latifundiários e os empresários nacionais e estrangeiros (CASANOVA, 1968, p.35-36).

Isto é, tratava-se de uma obra de engenharia social e política que forjava uma institucionalidade capaz de garantir relativa paz social, consolidado num Partido-Estado capaz de ganhar sucessivamente as eleições (PRI)<sup>33</sup>, mas preservando a autoridade, a concentração fundiária e o desenvolvimento dos negócios industriais. Para isso, era necessário um esquema de controle social que permitia a inclusão social pela carreira política (partido), burocrática (Estado) ou social (programas assistenciais), ao mesmo tempo em que as decisões de Estado tinham, como mecanismo de transmissão, as distintas lideranças comunitárias e sindicais cooptadas nessa estrutura corporativa, reproduzindo uma lógica hierárquica, caciquista e clientelista da política.

Os dois instrumentos constituídos no Cardenismo para estabelecer o vínculo institucional entre Estado e massas seriam a Confederação dos Trabalhadores de México (CTM) e a Confederação Nacional Campesina (CNC), consolidando assim a legitimidade do Estado corporativo frente a operários e camponeses, que ademais compunham o Partido da Revolução Mexicana (posteriormente, PRI). Ambas as entidades, ainda, exerceram um importante papel ao permitir a integração das massas chiapanecas ao raio de ação do Estado.

---

<sup>33</sup> O PRI (Partido da Revolução Institucional) é um partido formado em 1928 sob o nome de “Partido Nacional Revolucionário” (depois mudado para o atual nome em 1946). Monopolizou o poder até 2000, voltando ao mesmo no ano passado. A enorme importância dessa máquina burocrática reside na sua relação íntima com o Estado mexicano pós-revolucionário e a penetração em todas as instâncias da sociedade civil mexicana, uma vez que domina os espaços e negocia em todos eles. Um termo interessante cunhado por Octavio Paz para esse “Estado-Partido” é o de “Ogro Filantrópico”. Apontar o mecanismo de cooptação de lideranças de movimentos sociais e sindicatos é indispensável para entender o projeto e discurso zapatista que dá forte ênfase na palavra “Autonomia”.

Em Chiapas, no caso da CTM, a tarefa principal era a de conseguir sindicalizar e organizar os “peões acasillados”, posto que estes eram legalmente excluídos da confederação camponesa por não residir em comunidades agrárias. Por outra parte, a CNC integrava todos os comitês agrários das comunidades que pediam terra e a todos os comissários ejidais (BENJAMIN, 1995, p.221-226).

Como afirmamos, a reforma agrária em Chiapas (baseada na Lei do Ejido) foi iniciada com Lázaro Cárdenas na década de 30<sup>34</sup>, com a formação de novos Ejidos e o fim da servidão por dívidas, apesar de ter sido num ritmo muito mais lento que no resto do país. Entretanto, as estruturas do novo Estado também estarão presentes na região, embora em diversos graus. No caso de comunidades da região de Los Altos, como em San Juan Chamula, houve um processo de institucionalização das comunidades da região. Mais do que isso: o Estado mexicano aproveitou-se das estruturas comunitárias político-religiosas existentes para compor a institucionalidade, promovendo as lideranças indígenas locais – que se alavancavam na sua posição de autoridades comunitárias – a um status de mediação entre a comunidade indígena e o Estado, ou seja, “incorporou as comunidades com suas próprias tradições corporativas ancestrais de organização social y política entrelaçada com suas crenças e seus cargos religiosos” (GILLY, 1998, p.52). Assim:

Podían sustentar las ‘tradiciones de la comunidad’ al mismo tiempo en que ampliaban su influencia como contratistas de mano de obra, líderes de comités agrarios y representantes de la CNC y el PRI. [...] El resultado de ello fue la consolidación de un grupo de caciques indígenas bilingües, relacionados políticamente, cuyas alianzas con el PRI y con los ladinos les permitieron acumular riqueza y tierras dentro de sus comunidades. El uso privado de dinero público (...) creó las condiciones para la estratificación social interna y el ejercicio del control político a través del PRI (HARVEY, 2000, p.76-77).

Em locais como Simojovel e Venustiano Carranza, o processo de luta pela reforma agrária ganhou novos matizes, uma vez que vários camponeses sem terra e trabalhadores desses locais passaram a reivindicar a criação de Ejidos com a iniciativa cardenista de realizar o reparto de terras. Na primeira localidade, no entanto, a formação de Ejidos foi feita de maneira tímida e quase se esgotou a partir de 1940, ensejando uma pressão cada vez maior sobre a terra de Los Altos e reforçando um conflito que se alastrou nas décadas seguintes. Além disso, as grandes plantações não foram seriamente afetadas, uma vez que a distribuição

---

<sup>34</sup> Casanova (1995) também lembra que a década de 30 foi um momento de crise do café, o que levou muitos indígenas antes empregados nas fazendas de café a migrar para novas áreas em busca de sobrevivência.

de terras foi realizada em “terras nacionais”. Ainda, a região de Venustiano Carranza foi marcada pela reconstituição das estruturas internas da comunidade, que se por um lado foi penetrada pelo Estado e pelo PRI, apresentaram lideranças indígenas receosas de uma relação institucionalizada. Assim, foram formados vários ejidos, principalmente em 1965, com o direito legal das comunidades a mais de 50 mil hectares (HARVEY, 2000, p.77-80).

Também houve expropriação significativa de grandes extensões cafeeiras no Soconusco, sendo promovida durante o governo de Cárdenas. Em abril de 1939, o governador Efraín A. Gutiérrez (1936-1940) estabeleceu sete ejidos na zona, numa área de oito mil hectares, logo com mais três mil hectares do magnata Fernando Brum, e já em 1940, foram acrescentados 20 mil hectares, esta última com algumas expropriações de plantas processadoras. O setor latifundiário, entretanto, buscou mecanismos de ludibriar as expropriações, muitas vezes dividindo suas terras entre familiares e amigos e exigindo certificados que os liberassem, além de realizar ataques contra ativistas e tentativas de suborno aos comitês agrários. No caso dos donos alemães, estes chegaram a solicitar permissões de naturalização como mexicanos para fugir da ação estatal. Já em 1941, o novo presidente Manuel Ávila Camacho apontou para a finalização das concessões de terra durante o seu mandato, outorgando certificados que deixavam de afetar os donos de terra. Como resultado, entretanto, 50% das plantações de café tinham sido afetadas pelas expropriações, constituindo mais de 100 ejidos, muitos deles formando 31 sociedades de crédito com apoio creditício estatal.

Entretanto, as tais sociedades de crédito foram mais um agravante do que um esquema de melhoria nas condições de vida dos ejidatários. Foi criada uma burocracia estatal para gerir os recursos destinados e a sua aplicação nos novos ejidos formados, financiamentos que viriam por parte do Banco de Crédito Ejidal. Dessa forma, o banco, por meio das sociedades de crédito, definia não apenas o que era emprestado, sino também as tarefas que os trabalhadores deviam cumprir, o preço dos produtos (como o do café do Soconusco), supervisionava o trabalho e definia salários, além de comercializar os produtos. Nesse sentido, os ejidatários deixaram de servir ao latifundiário para agora serem explorados pelo novo patrão, o banco. Em 1945, o Banco de Crédito Ejidal não apenas controlava as operações e finanças de 15 sociedades de crédito, senão que ele mesmo era proprietário e operava plantações de café e processadoras. O resultado foi o fortalecimento de caciques ligados a essa burocracia e o debilitamento dos camponeses e trabalhadores do campo. (BENJAMIN, 1995, p.230-240).

Por outra parte, a Selva Lacandona apresentava-se como uma válvula de escape para as demandas por terra que se iniciaram na década de 30 e, portanto, passou a ser espaço de confluência de vários indígenas de outras partes de Chiapas que passaram a colonizar a região. Estes indígenas, tzotziles, tzeltales e tojolabales, eram provenientes das regiões do norte e oriente – onde a partir da década de 50 começavam a se instalar algumas fazendas pecuárias e liberaram os antigos peões –, além de populações de Los Altos que eram expulsas por contradizer as normas de caciquismo das comunidades (como em Chamula). Este movimento era, inclusive, estimulado pelo próprio Estado, uma vez que não exigia a expropriação de latifundiários para a concessão de terras aos camponeses. Assim, a população da região teve um aumento exponencial<sup>35</sup> (HARVEY, 2000, p.80-84; GILLY, 1998, p.56).

O modo como se realizou e se levou adiante a ocupação da Selva Lacandona, ainda, terá importantes elementos para o entendimento da luta zapatista na região, o que será detalhado a seguir ao discutir as rupturas colocadas na década de 60 e 70. Nesse sentido, foram apresentados um conjunto resumido de elementos que expõem o cenário onde os novos acontecimentos terão lugar a partir das décadas acima destacadas, sendo que é na década de 80 que surge e se forma o EZLN, tema do seguinte capítulo.

---

<sup>35</sup> Harvey (2000) aponta a partir de algumas fontes alguns dados a respeito do povoamento da região. Aponta que em 1970, haviam se assentado 100 mil pessoas. A principal localidade da região, Ocosingo, viu um crescimento de 5,66 % ao ano, passando de 13.940 pessoas em 1950, para 34.356 em 1970, 69.757 em 1980 e 121.012 em 1990.

## CAPÍTULO 2 – DEBATE/INTERPRETAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO ZAPATISMO

### 2.1 – Interpretações Oficial/Governistas – crítica ao EZLN<sup>36</sup>

Como dizemos, a aparição armada do EZLN no cenário político mexicano gerou inúmeras manifestações no debate midiático, jornalístico e acadêmico, tanto de apoio como de contestação. Os autores que trilharam por esta última posição buscaram, desde o início, levantar todo tipo de argumento para deslegitimar a ação empreendida pelo movimento neozapatista, apontando críticas tanto no âmbito das razões do levante como na forma – violenta – da insurgência. Nesse sentido, tais autores colocavam-se sob o raio discursivo do governo, que além de combater o movimento por meios militares e diplomáticos, tentava cercear o crescente apoio popular e intelectual aos insurgentes ao construir uma imagem negativa dos mesmos frente à opinião pública. No contexto dado, trata-se de interpretações que claramente reafirmam o discurso neoliberal, dominante no governo de Salinas de Gortari, deixando nas entrelinhas ou explicitamente a defesa do “fim da história”, além de elogiar as mudanças institucionais e econômicas implementadas que garantiriam “o caminho do México à modernidade”.

As críticas realizadas tinham dois eixos principais: a primeira considerava que o levante neozapatista não era um movimento de iniciativa indígena, senão de grupos de pessoas, externos àquela realidade, que submeteram ou convenceram os indígenas de Chiapas a se lançar à luta armada em prol de consignas alheias às demandas indígenas – como o da revolução socialista, próprias de radicais de esquerda – e cujas figuras principais atacadas serão o Subcomandante Marcos e Samuel Ruiz (bispo da diocese de San Cristóbal de las Casas); a segunda apontará para o método utilizado pelos insurgentes – a guerrilha, segundo a interpretação destes autores –, que atentava contra o Estado de direito e os mecanismos democráticos existentes, gerando uma esfera de ingovernabilidade. (LEETOY, 2008, p.76-78).

O ponto de partida da crítica, ao qual muitos autores farão referência, será o realizado por Arturo Warman, um acadêmico de renome e estudioso da questão agrária e indígena no

---

<sup>36</sup> Apresentaremos apenas algumas referências desta interpretação, posto que há uma extensa literatura – nem sempre muito qualificada – a este respeito. Nesse sentido, destacamos alguns autores que tem sido destaque na defesa desta interpretação.

México, no texto publicado em “La jornada” no dia 16 de janeiro (poucos dias de iniciado o levante) com o título “Chiapas hoy”<sup>37</sup>. Mais que isso, era um personagem importante nos quadros do governo, ocupando postos importantes nos sexênios de Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo, e inclusive sendo um dos promotores da reforma do artículo 27 da Constituição<sup>38</sup> – que teve como principal objetivo a mercantilização das terras ejidais e a necessidade da mesma para a entrada no NAFTA.

Logo de início, aponta para o movimento como “uma guerrilha que nasce fora do tempo”<sup>39</sup>, dado o triunfo do neoliberalismo, numa clara defesa do “fim da história”. Em seguida, o mesmo centrará sua crítica na ideia de que o EZLN não era um movimento indígena nem o legítimo representante das causas indígenas, posto que a organização, na verdade, teria se servido das comunidades indígenas chiapanecas (ou seja, manipulando-os) para defender interesses políticos. Nesse sentido, defenderiam uma causa “antissistêmica” que nada teria que ver com os interesses indígenas:

[...] La pobreza de la gente fue una consideración, un pretexto, una justificación, no la raíz del movimiento. [...] No hay que descartar la oferta de protagonismo, de ser alguien importante, de gloria y muerte heroica en un contexto de restricciones y penuria. No me parece el movimiento de los pobres, sino la manipulación de la pobreza, del aislamiento, de la dificultad.

[...] No es un movimiento indígena, es un proyecto político-militar implantado entre los indios pero sin representarlos.

[...] No debemos confundir: no es la voz de los indios, simplemente algunos de ellos están presentes, como todas las expresiones de la vida nacional. La pobreza, la exclusión y discriminación fueron un caldo de cultivo para el reclutamiento, pero no son la causa directa de la aparición de un movimiento político-militar que propone la guerra total y la propaganda. (WARMAN apud LEETOY, p.79-81).

O interessante deste ponto é que o autor chega a admitir que existam graves problemas sociais em Chiapas, mas a sua argumentação se centra na crítica à atuação de supostos “agentes externos” como manipuladores da situação. Nesse sentido, podemos problematizar: porque o autor não explora esses problemas sociais em sua exposição, dado que são significativos? O que este tem a dizer sobre as demandas levantadas pelo movimento que, segundo a primeira declaração, vão muito além das consignas de “radicais de esquerda” e trabalham no âmbito das necessidades indígenas? Ao mesmo tempo, também questionamos a

<sup>37</sup> Buscamos o texto mas não o encontramos na internet. Assim, extraímos suas informações do texto de Leetoy (2008), além de considerar que é um texto muito utilizado pelos autores que aqui analisamos e que confirmam a veracidade das nossas afirmações.

<sup>38</sup> Mais adiante explicaremos melhor.

<sup>39</sup> Palavras de Leetoy (2008).

postura de desqualificar os indígenas, considerando-os como passivos e de fácil manipulação que se sujeitam a um mando superior, como se os mesmos não tivessem possibilidade de pensar e agir por si mesmos. Assim, este não apenas é um discurso de defesa governista, como também reafirma a visão discriminatória e etnocêntrica.

Por outra parte, Warman destaca o importante papel desempenhado pelo governo mexicano ao tentar o suposto diálogo e a conciliação, aberto a negociações, mas critica o EZLN por sua postura violenta e intransigência. No editorial publicado pela revista Nexos, em 1995, o mesmo afirma:

Al cierre de esta edición, el EZLN, por medio de su vocero el Subcomandante Marcos, había rechazado todas y cada una de las propuestas del gobierno de la República para llegar a una solución pacífica en Chiapas.  
[...] Al parecer, el EZLN ha decidido también cerrarse a sí mismo todo camino distinto a la guerra y la muerte. (WARMAN apud LEETOY, 2008, p.82).

Parece-nos um pouco estranha esta afirmação, posto que o EZLN aceitou o diálogo com o governo e incluiu a participação da sociedade civil mexicana na realização deste diálogo, que contou com a mediação de Samuel Ruiz. Se não fosse pelo diálogo, não teriam sido elaborados os “Acordos de San Andrés”, em 1996<sup>40</sup>. Ainda, questionamos a sucessiva ênfase na atuação político-militar dos zapatistas, pois em nenhum momento o autor cita as questões civis do zapatismo, suas demandas e condições. Entendemos que esse discurso reforça a ideia de “combate ao inimigo”, e não de resolução dos problemas dos civis em Chiapas.

Como dissemos, esta abordagem inspirou um conjunto de acadêmicos que se alinharam ao discurso do *establishment* político em México e passaram a fazer duras críticas ao zapatismo. Dentre estes, duas importantes figuras foram Octavio Paz e Enrique Krauze, que eram conhecidos adeptos da visão neoliberal. O primeiro destes autores deixou sua marca ao publicar um conjunto de três textos logo compilados sob o título “Chiapas, ¿Nudo ciego o tabla de salvación?” (PAZ, 1994)<sup>41</sup>, onde expunha suas críticas ao EZLN. Busca, assim, descaracterizar o movimento tanto pelas motivações como pela forma de atuação, também se

<sup>40</sup> Os “Acordos de San Andrés” foram o resultado de uma série de encontros realizados na cidade de San Andrés Larráinzar cujo objetivo era resolver as demandas colocadas pelo EZLN e encontrar uma saída para a paz. Além de envolver o governo, incluiu vários organismos da sociedade civil, e se debruçaram sobre várias matérias, em especial sobre a questão indígena. Embora não tenham sido efetivadas todas as discussões (por intransigência do governo mexicano), resultou dessas reuniões um conjunto de acordos que até hoje não foram cumpridos pelo governo.

<sup>41</sup> Os dois primeiros textos foram publicados em La jornada, nos dias 18 e 21 de janeiro, sendo o terceiro uma continuação e síntese dos outros dois, todos eles compilados na publicação da Revista Vuelta.

servindo do texto para defender a visão oficial e os princípios neoliberais – destacando como o país caminhava para a “modernidade” e a “democracia”.

No primeiro texto, “La recaída de los intelectuales”, inicia sua exposição criticando a intelectualidade em geral de ter “recaído” em supostos que tinham sido negados “pela história”. Nas palavras de Paz (1994), “Somos testigos de una recaída en ideas y actitudes que creíamos enterradas bajo los escombros-cemento, hierro y sangre del muro de Berlin”. E, mais adiante: “La historia no ha curado a nuestros intelectuales”. Era uma defesa explícita do “fim da história”, isto é, da vitória do capitalismo como sistema social hegemônico. No final do texto, além disso, reforçará este discurso, somada à crítica do zapatismo quanto a sua atuação “violenta” (segundo o autor, própria de todos os regimes ditos socialistas e revolucionários) e a forma de guerrilha:

Así, no es extraño que estos guardianes de la moral pública sean los mismos que durante años callaron y no pocas veces aplaudieron las atrocidades de los Mao, los Brejnev y los Castro. Los mismos que apoyaron de palabra e incluso de obra a los tupamaros de Uruguay y a los montoneros de Argentina, a los sandinistas de Nicaragua y a los guerrilleros de El Salvador. [...] Han olvidado, si alguna vez aprendieron, la terrible lección de la guerrilla latinoamericana; en todos los países, sin excepción, ha sido derrotada, no sin antes arruinar a esas desdichadas naciones y no sin provocar la instauración de regímenes de fuerza. ¿Esto es lo que quieren para México? (PAZ, 1994).

O interessante desta afirmação é que Paz, no próprio texto, contradiz seu argumento: ao criticar os autores que trilham pela defesa da revolta como derivada da “espontaneidade revolucionária das massas”, ele se utiliza dos próprios comunicados zapatistas para apontar que o movimento vinha se organizando há vários anos. “Añaden con orgullo que su organización es un ejército, no una mera guerrilla” (PAZ, 1994).

Assim como Warman, critica a ideia de que se trata de uma revolta de iniciativa indígena, mostrando como os personagens destacados, os “comandantes”, são pessoas que, nem pelo aspecto, nem pela linguagem, são indígenas, e que estes dirigentes são ideólogos do maoísmo e da teologia da liberação. Com isso, o próprio autor diz não cair na simplificação de entender o levante como produto da ação destes militantes, e aponta que “No cierro los ojos ante la miseria y el desamparo de las comunidades indígenas [...] tampoco cierro los ojos ante las responsabilidades de nuestras autoridades” (PAZ, 1994). No entanto, não entendemos então porque buscar combater o movimento e não enfatizar na discussão de tais problemas sociais levantados. Por outra parte, voltamos às perguntas feitas a Warman, em especial ao

porque de subestimar a capacidade indígena como sujeito do movimento e negar os aspectos civis do EZLN.

Por outra parte, o autor não deixa de apresentar algumas causas que ele entende importantes para explicar o que ocorre em Chiapas. Causas que, segundo o autor, “escapan a esa moral, fácil y esquemática” e que estaria baseada em um suposto de “maniqueísmo”, de buscar culpáveis e de criar uma dicotomia que não existe, de “obcecación ideológica y por espíritu de partido; en proyecta nuestros sentimientos de culpa sobre cualquier chivo expiatorio ad hoc (papá, maestro, gobierno); por cálculo; trampolín publicitario” (PAZ, 1994). Trata-se de uma ideia que desqualifica as versões que entendem a sociedade como desigual e segregada, dividida (em todas as esferas de sociabilidade), naturalizando os problemas da sociedade. Nesse sentido, entendemos que as ideias de Paz mascaram problemas estruturais, chancelando a visão homogeneizante do neoliberalismo.

Para Paz (1994), as causas se resumem a dois aspectos: o histórico, mas destacando que remontam à época pré-hispânica (afirmando que tais povos viviam em estado perpétuo de guerra); os contemporâneos, dentre os quais “a la caída de los precios de café, la inmigración de campesinos de otras regiones, las sucesivas oleadas de refugiados guatemaltecos y, en fin, la plaga mayor de México, la gran piedra que tiene atada al cuello: la explosión demográfica” (PAZ, 1994).

Aqui temos importantes considerações. Primeiro, além de desconsiderar os cinco séculos de formação da sociedade mexicana após a conquista e colonização (não existe nada de importante para o autor considerar, nesse período?), busca a explicação no mundo pré-hispânico. Mas até onde essa época ressoa nos problemas atuais? Não negamos que é importante considerar essa história, que inclusive a história oficial faz questão de negar, e também não negamos os conflitos interétnicos da época. No entanto, nos interessa notar que essa argumentação reafirma a ideia de que o problema atual em Chiapas é produto de um conflito local, entre etnias, o que exime de responsabilidades o governo e evita o entendimento do problema como produto do sistema capitalista (e sua formação no México). Segundo, nas causas contemporâneas, enfatiza causas locais, ou que nega problemas estruturais do capitalismo no México. Se bem houve um grande aumento populacional no estado de Chiapas nas últimas décadas<sup>42</sup> – e que certamente pode ter gerado tensões –, nos

---

<sup>42</sup> Para um detalhe do aumento populacional em Chiapas e os impactos e conflitos derivados desse processo, Rebón, Julián. *Conflicto armado y desplazamiento de población: Chiapas, 1994-1998*. México, DF: FLACSO/M. Ángel Porrúa, 2001.

parece muito exagerado como para explicar todos os problemas da sociedade mexicana e chiapaneca, e se assemelha aos argumentos malthusianos (dos quais o neoliberalismo também se utiliza) que culpavam a miséria dos pobres pela sua elevada taxa de fecundidade. Ao mesmo tempo, reforça a argumentação anterior, de que se trata de um problema da dinâmica interna de Chiapas.

No segundo e terceiro textos de Octavio Paz, ainda, a questão se centra no processo de democratização que o México vinha vivenciando, e elogia o presidente Salinas por sua postura aberta ao diálogo (em contraposição aos mascarados zapatistas). Nesse sentido, busca identificar quem são os zapatistas, ao que entende que se constituem em dois grupos distintos: os “comandantes”, que apresentam demandas de cunho nacional e gerais (como “libertad” e “democracia”); as comunidades indígenas, que teriam demandas locais. O autor, ainda, considera que estas demandas locais, além de mais simples de serem reparadas, são as fundamentais. Quanto às outras, as entende como irrealistas (PAZ, 1994). Mais que isto, o autor vai mostrar como a “vocação para a democracia”   um processo lento de constru o, de forma o de uma cultura política que, inclusive, afirma estar ocorrendo no México – no seu caminho   modernidade. E, logo, vai desqualificar o movimento, mostrando como tem trazido ingovernabilidade e dificultando esse processo democrático (e mais uma vez, questionando a atua o pelas armas).

Contudo, a que democracia se refere o autor? O sistema político mexicano vinha sendo questionado pela fraude eleitoral de 1988<sup>43</sup>, e as tensões em torno do aumento da repressão e coopta o do Estado eram significativas. Nesse sentido, o governo mexicano carecia de legitimidade, o que as demandas zapatistas apontavam muito claramente<sup>44</sup>. Sem contar que o autor não explicita ao que se refere com “Democracia”, entendemos que esta não se restringe, aliás, ao plano da política: resolver os problemas estruturais de segrega o material e racial também são essenciais para a garantia da democracia. E também: se as portas da participa o cidadã estavam fechadas, quais os mecanismos que os indígenas de Chiapas teriam para apresentar suas demandas? A insurgência armada terá sido algo a priori desejável ou uma última saída de defesa e voz na sociedade mexicana que os excluía da constru o nacional?

---

<sup>43</sup> Este episódio corresponde   fraude eleitoral desse mesmo ano. Nas vésperas da elei o, as pesquisas indicavam uma ampla vantagem da frente popular, cujo candidato era Cuauhtemoc Cárdenas (neto de Lázaro Cárdenas), sobre Carlos Salinas de Gortari (candidato do PRI). Contudo, durante a contagem dos votos, houve um apagão e, após a volta da mesma, os painéis mostravam vitória de Salinas. A absurda situa o gerou indigna o da sociedade, e desde então a descrença no sistema eleitoral tem sido crescente, acompanhando a repeti o dessas fraudes.

<sup>44</sup> Ver primeira declara o da Selva Lacandona (EZLN, 1994) e suas demandas.

Aliás, no terceiro texto faz coro reiteradas vezes à ideia de que o México “está em vias de modernização”, a partir de um argumento bastante eurocêntrico:

El elemento indígena está en todos los dominios de nuestra cultura y la vida mexicana [...] Pero sería mucho olvidar que nuestras ventanas hacia el mundo – mejor dicho, nuestra puerta – son el idioma español y las creencias, instituciones, ideas y formas de sociabilidad trasplantadas a nuestras tierras durante el periodo nuevo-hispano. [...] Observo que esas demandas [de las comunidades] se inscriben dentro de las coordenadas políticas, jurídicas y sociales del México moderno, una nación que ha hecho suya gran parte de la herencia cultural e histórica de occidente. (PAZ, 1994).

Este discurso, ainda, também se insere dentro da perspectiva neoliberal: a tese da superioridade da cultura ocidental, moderna e capitalista, sobre as estruturas sociais indígenas. Parece-nos ser um argumento bastante etnocêntrico, que chancela a dominação de uma certa visão de mundo sobre outra, ou melhor, que permite reafirmar a dominação político-ideológica de um certo grupo sobre a maioria da população indígena. Isto é, trata-se de um paradigma liberal das instituições modernas, homogêneas, formais, mas que em termos reais realçam o racismo e o etnicismo, e desqualificam os saberes dos povos indígenas.

O outro autor a considerar nas críticas ao neozapatismo é Enrique Krauze, renomado historiador mexicano<sup>45</sup>. Um dos seus primeiros textos a abordar a questão do levante zapatista foi “Tratando de Entender”, de fevereiro de 1994, no qual expõe suas opiniões de crítica ao zapatismo a partir de uma suposta entrevista a José Pérez Méndez, suposto ex-membro do EZLN. As suas críticas buscam reforçar os pontos acima levantados: por um lado, mostra-se a separação entre os interesses das comunidades indígenas e os “comandantes” (maoistas e membros da igreja), estes sendo agentes externos que passam a se constituir-se como “messias” ou “profetas” nas comunidades e manipular os membros; por outro, busca deslegitimar o movimento pela forma violenta da ação guerrilheira. Nas palavras de Krauze:

[...] Sigo creyendo que en la guerrilla de Chiapas hay "los de arriba" y "los de abajo", sostengo mi opinión crítica de la Teología de la Liberación, sigo reprobando la vía armada para la solución de los problemas mexicanos. La democracia que queremos no puede salir del fondo del fusil: del fondo del fusil sólo sale la muerte. [...] En los primeros días, las insistentes alusiones de los comandantes a su "mexicanidad" aumentaban mi sospecha de que el EZLN era sólo una versión anacrónica de las guerrillas centroamericanas que no sirvieron más que para

---

<sup>45</sup> Destacamos aqui que é um autor conhecido por defender a visão neoliberal e se envolver em diversas polêmicas – como ao criticar o candidato do PRD às eleições de 2006 como um radical de esquerda, e escrever o livro “El poder y el delirio” de crítica ao governo de Hugo Chavez, além de ter proximidade com “Televisa”, o maior grupo de televisão mexicana.

empobrecer al pueblo y enriquecer a sus comandantes. O peor aún, de "Sendero luminoso", esa versión inca de Polpot que ajusticia perros colgándolos de los árboles. La larga preparación de su movimiento y otros muchos indicios de fanatismo teológico, siguen confirmando mi pesimismo [...] (KRAUZE, 1994).

Assim, Krauze recorre a todo tipo de argumentos para desqualificar o movimento. Afirma que os indígenas são vítimas de “Teólogos da violência”, comandantes que são “guerrilleros profesionales, universitarios y urbanos, cuyo perfil es la típica guerrilla centroamericana o peruana”. Mais que isso: o autor “absolve” os indígenas, colocando-os como vítimas desse processo, afirmando que estes não participam desse culto à violência que os comandantes professam – a morte redentora, os rios de sangue, a violência cristã. Nesse sentido, o autor é bem categórico em afirmar a manipulação de agentes externos e a crítica à violência. Contudo, além de voltar aos apontamentos já feitos sobre Paz e Warman, perguntamos: aonde o autor quer chegar ao ofender e desprestigiar a estes personagens? E o que tem a dizer sobre as demandas indígenas? Mais uma vez questionamos o ponto de vista do autor, de esquecer outros aspectos para além destes personagens que ele elenca como fundamentais – como os problemas sociais da população chiapaneca e o histórico de opressão das mesmas. Não só isso, como também é complicado o tratamento “servil” e “ingênuo” que o autor faz dos indígenas, como se não tivessem opiniões e fossem meros alienados a uma liderança carismática.

Esta postura, aliás, ganha contornos fortes quando afirma que o processo de mestiçagem “atenuó y disolvió las tensiones étnicas”. No entanto, e assim como Leetoy (2008) pontua, trata-se de uma postura muito problemática, já que “El mestizaje se implanta como un discurso dominante que a la postre vino a desencadenar un terrible etnocidio. Esa ‘disolución de tensiones’ no se verificó, ya que prevaleció un racismo funcional”. Observa-se, assim, uma postura de Krauze ora preconceituosa, ora homogeneizante, que busca desqualificar o movimento em seu conteúdo e razões étnicas.

Na linha de criticar o suposto “redencionismo/messianismo” do movimento, o autor escreve mais alguns textos, como “Marcos, los riesgos del mesianismo” (2001), onde afirma que a atitude de Marcos está baseada em dois origens “messiânicos”: “la mentalidad indígena, siempre en busca de un guía, del que la va a redimir, y el marxismo” (KRAUZE apud LEETOY); logo, aponta o receio que o autor tem em que o movimento se construa com base no fundamentalismo e não na política. Outro texto importante, ainda, é o titulado “El profeta de los indios”, de 1999, agora colocando a Samuel Ruiz centro do debate. Neste texto, o autor

busca comparar a Samuel Ruiz ao frei Bartolomé de Las Casas, apontando que aquele buscava dar continuidade à obra deste na construção do índio como o “hombre nuevo”, inspirado na teologia da liberação e na pedagogia do oprimido (de Paulo Freire). Além disso, trata de colocar a Ruiz como alguém autoritário, um “teocrata fundamentalista”, que iria contra a tradição liberal humanista.

Este último texto<sup>46</sup>, embora com posições que buscam no geral apenas adjetivar os personagens do conflito, traz alguns elementos importantes: ele detalha o trabalho de base empreendido pela diocese de San Cristóbal (com o bispo Samuel Ruiz na liderança), que formou um conjunto de catequistas, atuantes nas comunidades, orientados pela “teologia da liberação”, constituindo assim uma importante estrutura político-organizativa. Segundo o autor, essa estrutura é prévia à formação do EZLN, inclusive chamando-a de “exercito catequista de liberação”, e que seria utilizada posteriormente pelo próprio neozapatismo. Se bem estes elementos coincidem com as interpretações de outros autores – inclusive por aqueles que defendem o EZLN –, o objetivo final sempre é o de enfatizar a visão de que a luta é apenas produto da manobra de Samuel Ruiz (inclusive caracterizando-o como uma pessoa autoritária). No entanto, não negamos a importância dos personagens na obra, mas deve-se lembrar que só fora possível a atuação de Samuel Ruiz num contexto de problemas e demandas sociais importantes em Chiapas.

Além deste tipo de abordagem, um conjunto de autores centrou a análise em buscar dados e identificar quem eram os “mascarados”, da mesma maneira que o governo mexicano realizava suas investigações para decifrar os detalhes do movimento (os membros e suas fontes materiais de sustentação). Da mesma maneira, era necessária a compilação de dados que oferecessem ao governo uma explicação “negativa” do EZLN frente à sociedade mexicana. Um dos principais textos, que posteriormente será citado por todo aquele que visa criticar o EZLN, é o livro de Carlos Tello Diaz, “La Rebelión de las Cañadas. Origen y Ascenso del EZLN”, de 1995. O objetivo do texto era claro: mostrar que o movimento era puramente desenhado por Marcos, cujo discurso indigenista obedecia a uma estratégia de ganhar adeptos, mas que preservava internamente uma organização antidemocrática.

Assim, através de entrevistas a alguns supostos personagens do local do levante, como a membros de outras organizações camponesas ou pessoas que passaram pelas filas do EZLN,

---

<sup>46</sup> Se bem se trata de uma análise que busca apenas centralizar as realizações e eventos em Chiapas na figura de Samuel Ruiz, muitos autores das outras interpretações considerarão como importante esta labor eclesíastica, como um dos tantos elementos que fazem parte da história de Chiapas e da organização camponesa e indigena.

são apresentados detalhes da organização zapatista, de como se formou o movimento, as formas como se deram as decisões, o autoritarismo da organização e as cisões internas, além de contar a decisão e os preparativos para a insurreição. No entanto, Tello não realiza nenhuma entrevista a membros dirigentes do EZLN, pelo que a versão contrária à causa zapatista fica sem contestação. Ao mesmo tempo, consta de dados sem fontes claras<sup>47</sup>, e muitos desses dados aparentemente se contradizem, ou não coincidem com a versão dos fatos oferecida pelos comunicados e documentos zapatistas<sup>48</sup>.

Por outra parte, segundo Leetoy (2008), o resto dos trabalhos “jornalísticos” de levantamento de dados, como os de Bertrand de la Grange e Maite Rico, são bastante especulativos, o que mais parece uma construção conspiratória do que uma explicação rigorosa dos acontecimentos.

---

<sup>47</sup> Alguns autores da nossa bibliografia, como Harvey (2000) e Rojas (2013), também colocam em questão a verdadeira existência das fontes. Por outro lado, existem boatos que apontam que a atuação de Tello nas Cañadas foi inclusive de espionagem.

<sup>48</sup> Um exemplo foi a da decisão do levante por parte dos zapatistas. Segundo Tello, a decisão teria sido dada pela “cúpula” do movimento, num contexto de crise interna – aliás, no seu texto, reforça a ideia de que o movimento apresentava deserções por conta da queda do bloco soviético, e que havia uma fratura entre as bases sobre a decisão do levante. Ao contrário, a versão fornecida por Marcos diz que a decisão foi tomada por uma ampla consulta das bases civis, sendo que a decisão – motivada pela fraude de 1988 e a mudança do artigo 27 da constituição mexicana (a Lei do Ejido), tendo o apoio quase unânime. Podemos ponderar a argumentação de Marcos, se pensamos que o mesmo buscou deixar um aparente tom democrático nas decisões do movimento. Porém, este tipo de coisa é difícil de conhecer, e fica como mistério.

## 2.2 – Interpretações Parciais da questão chiapaneca – Chiapas e o “Atraso/Isolamento”

Após detalhar as interpretações que criticam o EZLN, colaborando com a versão governista dos acontecimentos, passamos a incluir novos olhares para o problema de Chiapas. Se bem tratam muito pouco – ou nem citam – o EZLN, estes autores elencam alguns elementos históricos importantes para discutir a problemática em Chiapas.

O ponto central nestas interpretações reside na ideia de que Chiapas constitui, dentro da federação mexicana, uma entidade que historicamente apresenta um relativo “isolamento”, apresentando uma formação social diferenciada. Esta formação, em certa medida alheia aos processos de industrialização e modernização mexicanos, consolidou uma estrutura econômica, social e política apontada como “atrasada”, ou seja, que apresenta um conjunto de atividades produtivas de baixa produtividade – como a agropecuária extensiva e a produção de subsistência –, um acesso restrito da população a infraestrutura social básica (saúde, educação, saneamento, vias de transporte e comunicação, entre outros), e um padrão social e de poder dominado por elites regionais, tradicionais proprietárias de terras e das atividades agropecuárias do e constituem os chefes do poder local.

Nesse sentido, as teses aqui expostas farão referência a como nos últimos anos há uma mudança nessa estrutura econômica e no padrão de dominação, destacando que isto traz possibilidades – benéficas – de romper com o “atraso” e integrar (pela via do mercado ou das políticas sociais) a sociedade chiapaneca ao resto do país. Em certa medida, são visões que também colaboram com a defesa da tese governista, de uma “modernização em processo” promovida pelas políticas neoliberais aplicadas, principalmente, pelo governo de Salinas de Gortari. Contudo, não deixamos de reconhecer que os textos podem levantar elementos para entender a problemática chiapaneca e situar melhor o EZLN nesse cenário.

A primeira leitura é a realizada por Gonzalbo (1995), no texto “Cambio y políticas modernizadoras en Chiapas”. Este texto é o primeiro de uma compilação de textos editados por Diana Guillén, no livro “Chiapas: una modernidad inconclusa”<sup>49</sup>, um trabalho que reúne a labor de campo e de análise documental realizada por alguns pesquisadores em Chiapas, buscando entender e dar respostas à explicitação dos problemas no estado. O mais

---

<sup>49</sup> É interessante, também, a leitura dos outros textos que compõem o livro, uma vez que retratam com maior detalhe as problemáticas de cada região do estado. No entanto, não nos deteremos nesses textos porque fogem da nossa discussão.

interessante é que a despeito de reconhecer que “En los primeros días de 1994, los graves problemas y atrasos de Chiapas salieron a la luz pública”, não mencionam na totalidade de ambos os textos, o EZLN, ou os zapatistas, nem na apresentação de Guillén, nem no texto de Gonzalbo (1995). Isso nos parece curioso: busca-se entender a realidade social sem ao menos dialogar com as demandas colocadas por uma fração dessa sociedade em estudo. Essa postura pode ser entendida como uma tentativa de não tomar partido no conflito e garantir a “objetividade” da análise, sem fugir do aparente objeto de estudo – Chiapas – para o estudo do EZLN (como se o EZLN não estivesse inserido nesse mesmo objeto, “Chiapas”). Mas perguntamos: é possível nas ciências sociais distanciar-se do objeto de estudo? As afirmações iniciais, de reconhecer graves problemas sociais, já não seriam um posicionamento quanto às demandas do EZLN?

Por outra parte, tanto o nome do livro como do texto de Gonzalbo centram no ponto da “Modernização”. Segundo as autoras, há em curso um processo de modernização em Chiapas que vem constituindo uma série de transformações de cunho econômico, político e social, que acabam por alterar a correlação de forças, de um lado, em detrimento do poder político local e em favor do governo central, e do outro, diminuindo o poder dos latifundiários em favor de um novo grupo de poder – o dos comerciantes. Ainda, Gonzalbo analisa como isso provoca mudanças nas formas de atuação dos movimentos camponeses, no sentido de buscar outro tipo de cultura política e de relação com o novo Estado em formação – o Estado neoliberal (GUILLÉN, 1995, p.7-8; GONZALBO, 1995, p.11-12). As palavras iniciais de Gonzalbo (1995) são importantes:

Un primer cambio importante fueron las reformas al artículo 27 constitucional que, según pude apreciar entre 1990 y 1991 vinieron, más que otra cosa, a formalizar una situación que de hecho venía dándose.

[...] Otro elemento que se observaba: los efectos de la modernización salinista en el estado de Chiapas que habían llevado a un cambio notable en la correlación de fuerzas regional y en las estructuras sociales que las sostenían.

[...] Esta redefinición de grupos de poder significó la agudización de las diferencias entre los grupos, una concentración mayor del poder en pocas personas y una marginación aún mayor para ciertos grupos que fueron replegándose en sí mismos y fortaleciendo su identidad de “enemigos” políticos de los grupos políticos más poderos (GONZALBO, 1995, p.11-12).

E, mais adiante, a autora se refere mais diretamente aos camponeses:

[...] Algunos de los más recientes análisis plantean que las reformas al artículo 27 constitucional conducen a que el esquema tradicional de funcionamiento de las organizaciones campesinas se vuelva inoperante. En el caso de las organizaciones y

de la región aquí consideradas, puede observarse que el esquema tradicional de funcionamiento de las organizaciones ya estaba transformándose (GONZALBO, 1995, p.13).

Dessa forma, a autora procura mostrar essa mudança, que impacta o modo como organizações camponesas lutam, forçando-as a “ajustar-se” a esse processo de modernização. No entanto, nos parece que há duas posições implícitas aqui. O primeiro, é a defesa da “inevitabilidade” desse processo de modernização, que inclusive é reforçado no trecho “La modernización política es un hecho, pero la transformación global de la sociedad, la *gestación de los “ciudadanos” que reclama el modelo político neoliberal*, pareciera que sigue siendo algo remoto” [grifo nosso] (GONZALBO, 1995, p.13). Assim, parece que a autora reconhece os problemas em Chiapas, mas argumenta que a sua resolução só pode ocorrer no âmbito do “fim da história”, como única opção viável. O que leva à segunda posição: diante desse quadro, as organizações devem se *adaptar* e encontrar no governo federal – agora com maior poder em Chiapas – um interlocutor das suas demandas, posto que do contrário (se isolando) sofreriam, como dito no trecho acima, “una marginación aún mayor”. Percebemos que, se não explicita a presença do EZLN, há um diálogo que implicitamente critica a postura zapatista de “não-adaptação” as novas condições que o neoliberalismo, como única via, impõe. Mas, com isto, não consegue explicar o surgimento do EZLN, posto que o movimento surge na crítica ao governo mexicano, do fechamento a qualquer alternativa de resolver as demandas.

Ao longo do texto, assim, será frequente esse posicionamento: Chiapas sofre um histórico “atraso”, inclusive chamado pela autora de situação “semicolonial”, mas vem ocorrendo uma mudança na realidade política chiapaneca – especialmente durante a administração salinista (1988-94) – que modifica as condições políticas no estado e, logo, propõe novas possibilidades aos camponeses, que devem aproveitá-las. Contudo, examinaremos melhor os pontos da autora.

Ao examinar o período de 1974 a 1991, descreve a formação de novas organizações independentes nesse período – como a Associação Rural de Interés Colectivo-Unión de Uniones (ARIC-UU), a Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC) e a Organización Campesina Emiliano Zapata (OCEZ) –, incentivadas pelo crescente problema da terra e o aumento da repressão do governo estadual (este, especialmente na década de 80), e cujo ponto importante foi o Congresso Nacional Indígena (CNI), em 1974. Ao mesmo tempo, descreve como os governos do estado buscaram conter os movimentos, primeiro pela via da repressão e, logo, pela elaboração de planos de combate a problemas

sociais (como o Plan Chiapas). Contudo, conclui afirmando que a atitude “modernizadora” de Salinas veio exercer pressão sobre os latifundiários, obrigando estes a integrar-se à política nacional e a se modernizar, redefinindo as relações entre poder local e central. Por outra parte, faz surgir outro sujeito político importante – os comerciantes –, que viriam a ganhar espaço como grupo dominante (GONZALBO, 1995, p.14-30). No meio disso, as alternativas dos camponeses seria a de “aproveitar a conjuntura”, mas dentro dos marcos da constituição de um Estado de caráter neoliberal – tanto por meio de aceitar a nova “legalidade” e negociação como a de se enquadrar na atividade do mercado.

En tal contexto, el movimiento campesino se recompone y decide luchar básicamente dentro de los límites institucionales y formales; con ello, renuncia, de hecho, a luchar por el cambio de orden establecido, encerrando su lucha dentro de los cauces que el sistema político establece.

[...] En un principio podía pensarse que la nueva situación favorecería al movimiento campesino, pues la extensión de las relaciones capitalistas en el campo podría permitir la proliferación de la pequeña propiedad o bien el otorgamiento de salarios justos a los trabajadores agrícolas. Sin embargo, los grupos no pueden, en la nueva situación, triunfar con sus demandas tradicionales, las cuales resultan también reaccionarias y un lastre para la “modernización” que se busca (GONZALBO, 1995, p.30 e p.35).

Se bem este análise nos ajuda a entender que há sensíveis mudanças na correlação de forças – com a concentração do poder cada vez mais no Estado mexicano e a presença de novos atores, como os comerciantes, no cenário político de Chiapas – não nos explica o porquê então o EZLN decide a ruptura com o Estado e realizar um levante armado, negando-se a qualquer integração – tanto sob o raio da legalidade como do mercado – que a autora sugere. Não só isso, como não se verifica em todos os casos o argumento de que as organizações camponesas em geral veem aceitando essa integração, pois o EZLN escolheu uma via oposta. Nesse sentido, questionamos esta abordagem, pensando se o EZLN surge apenas para contestar um problema econômico, político e social local, contra a elite fundiária local, para buscar aderir às novas possibilidades da conjuntura ensejada pelas políticas neoliberais, ou se na verdade estas políticas (neoliberais) também são a base e causa do surgimento do movimento (e que se somam aos históricos problemas locais).

Outro autor aqui em estudo é Emilio Zebadúa<sup>50</sup>, que publicou em 2011 o livro “Chiapas: Breve Historia”. Este livro, como o mesmo autor indica, trata de apresentar um resumo da formação histórica de Chiapas, a partir da ótica do caráter particularmente *isolado*

---

<sup>50</sup> Cabe destacar que este autor é descendente de antigos latifundiários liberais do século XIX.

de constituição do estado. Logo no seu “prólogo”, chamado pelo autor de “uma história própria”, afirma que:

“Causas de fuerza mayor – de carácter natural o político – han colocado a Chiapas en un lugar especial en la historia reciente. En los últimos años ha sido, en más de una ocasión, el centro de la atención nacional (e internacional). Su propia historia, un tanto *aislada* del resto de México, nunca ha estado del todo marginada de los procesos más amplios que han moldeado a la nación en su conjunto” (ZEBADÚA, 2011, p.15).

Esse suposto caráter isolado não nega, contudo, a relação da entidade com a nação, pois estará presente ao longo da sua obra. No prólogo, ainda, o autor destaca as questões que o fazem escrever este escrito: o fato de Chiapas ser o estado mais pobre de México (pelos dados do INEGI<sup>51</sup>); o fato de ser um estado de baixo desenvolvimento produtivo (empregando a população em atividades de baixa produtividade ganhando baixos salários); e os fatos contemporâneos, que fazem a sociedade mexicana olhar para esta “região esquecida” – destacando o levantamento do EZLN em 1994 como um marco (ZEBADÚA, 2011, p.15-17). Ao mencionar este acontecimento, enfatiza como a partir de então surgiu um intenso debate a respeito da “questão indígena”, em torno das condições materiais e dos direitos destes povos. Por outra parte, afirma como tem sido importante a participação do governo federal, com crescente aplicação de recursos e um poder mais direto na entidade. E, no fim do prólogo, conclui com a sua preocupação central, que parece estar implícita na conclusão da obra:

Por eso, el progreso del estado a fines del siglo XX (cuando termina la historia que este libro narra) depende, por una parte, de que se reconozcan plenamente las desigualdades – económicas, sociales, políticas y culturales – que han caracterizado a Chiapas desde sus orígenes y, por otra, de la necesidad de generar un esfuerzo nacional a favor del desarrollo de la entidad que modifique estructuralmente su propia historia; sólo así se podría aliviar la marginación del estado.  
[...] En todo caso, hay un esfuerzo permanente por desentrañar, de la historia de Chiapas y sus pobladores, las causas y las razones que ayudan a explicar la realidad de hoy (ZEBADÚA, 2011, p.11).

Dessa maneira, o autor constrói sua narrativa na perspectiva aqui apresentada, num conjunto de capítulos organizados de forma cronológica – explicando a formação dos primeiros assentamentos na região, o desenvolvimento da sociedade indígena, a Conquista espanhola, a Colônia, a Independência e incorporação do estado à República Mexicana, o

---

<sup>51</sup> INEGI – Instituto Mexicano de estadística e geografia

século XIX, o Porfiriato, a Revolução e o desenvolvimento moderno (este último, palavras de ZEBADÚA, 2011, p.19).

Logo de início, assim, dá forte ênfase na tese do “isolamento”, como no título do primeiro capítulo, “un origen aislado”<sup>52</sup>, e assim também o expressa nos capítulos subsequentes. Para isto, se atém no seguinte ponto: tanto a origem como a formação da sociedade ali é fortemente marcada pela questão geográfica, constituindo povoados relativamente isolados e fechados, que definiram um padrão de baixo desenvolvimento técnico. Além disso, a própria conquista e colonização teriam sido limitadas por este fator geográfico e pela inexistência de produtos como metais preciosos para ser extraídos, o que conformou um tipo de economia baseada na agricultura com base na superexploração da mão-de-obra indígena (no sistema de encomiendas e, logo, repartimientos), e um tipo de poder político localista. Assim, também nota-se outro elemento de destaque: a questão do desenvolvimento técnico que, como consequência e acompanhando a questão do isolamento, marcará a formação do estado de Chiapas (ZEBADÚA, 2011).

Após a exposição, ao longo do livro, ele finaliza o livro com o “Epílogo: un lugar en el mapa”, aponta uma série de questões e problemas que colocaram a Chiapas como centro de atenções, mas que também revelam a tentativa de incluir Chiapas nos marcos da nação mexicana.

Em primeiro lugar, Chiapas tem atraído, a partir dos anos 1970, um conjunto de investimentos extrativistas destinados à exploração madeireira (e de papel), de extração de água, petróleo, e produção de eletricidade (com a construção das usinas hidrelétricas de Malpaso, La Angostura, Chicoasén, e Peñitas). Entretanto, segundo o autor, essa riqueza permanece mal distribuída entre os habitantes do estado. Em segundo lugar, Chiapas continuava sendo um estado predominantemente agrícola, o que define um baixo grau de produtividade e baixos ingressos para a população. Neste segundo ponto, o autor elenca duas explicações: a reforma agrária em Chiapas começou muito tarde (intensificada apenas em 1950-70), preservando certo grau de concentração de terras, ao mesmo tempo em que, nas pequenas parcelas, houve um sobrepovoamento que gerou esgotamento nas terras, obrigando a muitos camponeses a emigrar para regiões como a Selva Lacandona. Como diria o autor, “La mala distribución en la tenencia de la tierra y en el ingreso, junto con un crecimiento

---

<sup>52</sup> Em português, “uma origem isolada”

demográfico muy alto en este periodo, creó condiciones que volvieron inviable la manutención de miles de familias camponesas” (ZEBADÚA, 2011, p.174).

Esse movimento de pressões materiais e expansão da fronteira agrícola foi gerando tensões que alimentaram a organização política camponesa, no qual se manifestou tanto no aumento das ocupações de terras (principalmente na década de 80), como na formação de novas organizações populares independentes, muitas delas derivadas do Congresso Nacional Indígena de 1974 (como exemplo, a Unión de Uniones Ejidales<sup>53</sup>, atuante na Selva Lacandona como uma união de crédito). Por outra parte, o autor é enfático em mostrar que o governo federal, na década de 80, buscou o “desarrollo equilibrado”, com programas públicos de combate à pobreza extrema e assistência, mas que não alcançaram a distribuição de maneira equitativa (ZEBADÚA, 2011, p.175-176). No entanto, questionamos aqui a ausência da referência à crescente repressão do governo estadual na década de 80, expressada em muito dos autores estudados nesta tese. Por outra parte, não é especificada que tipo de assistência foi levada ao estado a fim de combater essa pobreza.

O autor ainda mostra como nos finais dos 80, as condições de precariedade da vida se agravaram (apesar dos esforços oficiais de resolver os problemas), decorrente da crise econômica nacional, que afetou as finanças do governo e dificultou a elaboração de políticas sociais e de apoio ao campo. Além disso, o preço do café sofreu brusca queda internacional em 1989, levando os produtores à ruína e deixando muitos jornaleiros desempregados<sup>54</sup>. Além disso, tanto o governo estadual como o federal fechariam as portas para a reforma agrária, este último com a mudança do artigo 27 da constituição (permitindo a venda dos Ejidos) e a liberalização comercial do milho e feijão – permitindo a entrada de produtos estrangeiros a preços mais baixos (ZEBADÚA, 2011, p.176).

Logo, o autor mostra, sem muitos detalhes, a aparição do EZLN – primeiro, cita como houve uma prévia, num ato em 1992 durante a comemoração dos 500 anos do descobrimento de América, momento no qual os indígenas protestaram contra a histórica condição de exploração; segundo, fala da aparição de uma “força político-militar” que evoluiu desde a Selva a partir de organizações de esquerda, comunidades indígenas e lideranças eclesiásticas (ZEBADÚA, 2011, p.176-177).

---

<sup>53</sup> Posteriormente ARIC-UU, citada anteriormente.

<sup>54</sup> Para mais informações sobre esta questão, num interessante texto sobre a relação entre a questão da crise do café em Chiapas, os problemas sociais e a crescente protesta camponesa, ver Navarro, L. H. “O Café e a Guerra”, In: Chiapas: construindo a esperança. (Extraído de La Jornada, 30/01/1994)

A exposição do autor nos coloca, assim, alguns pontos interessantes: segundo a sua argumentação, os problemas de Chiapas estariam ligados, em grande parte, a problemas históricos locais de relativo isolamento, de certo atraso nas estruturas produtivas e a tensões sobre a terra geradas pelo aumento populacional dos Ejidos e pela sua resposta de migração à selva. Se bem esta explicação ajuda a entender um aspecto da problemática de Chiapas, não contempla os aspectos externos – que, inclusive, parecem ser elementos muito importantes, como os novos projetos da década de 70 e a crise dos 80, além das mudanças jurídicas implementadas pelo governo federal. Também não é analisada em que medida há um diálogo entre esses elementos internos e externos. Ao que também parece não ficar tão claro como esses elementos desembocaram no levante zapatista, em 1994.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico realizado pelo autor nos leva a entender que a resolução dos problemas do estado teriam que ser realizados no sentido de buscar a integração do estado ao desenvolvimento nacional, à inclusão social e o desenvolvimento de atividades produtivas que superem o atraso material. Porém, a que tipo de integração o autor se refere? Já no final do livro, o autor elogia tanto o governo estadual como o federal por promover uma série de investimentos de infraestrutura e, mais que nada, a implementação de planos como o “Plan Puebla-Panama” que tem visado essa integração. Contudo, mais nos parece que se trata de um tipo de integração ao estilo proposto pelo neoliberalismo – promover novos negócios locais, apoiados em apoios e investimentos estatais, e integrá-los à cadeia de negócios globais, isto é, uma integração aos mercados – o que estaria na contramão das demandas zapatistas. Na nossa visão, ao não enfatizar os elementos externos, se esquece que muitos dos conflitos em Chiapas se devem a esses empreendimentos que o autor tanto defende e entende como necessários. Também entendemos que essa visão integracionista e que se pauta no “atraso” chancela o discurso de “modernidade” que, assim como a exposição de Gonzalbo (1995), legitima a ação do governo com suas políticas neoliberais.

Ao mesmo tempo, elogia os governos recentes por buscar resolver os problemas regionais, mas não faz menção à fraude eleitoral de 1988, nem toca no aumento da repressão estatal a partir dos anos 80, ambas as coisas sendo destacadas por outros autores como fatores que podem ter motivado a mobilização camponesa diante do fechamento das possibilidades eleitorais e a inexistência da democracia, ampliando a base de apoio à organização zapatista –

pois, como o próprio depoimento de Marcos, após o fraude eleitoral houve um aumento expressivo do número de pessoas nas fileiras do movimento<sup>55</sup>.

Dessa forma, notamos que as interpretações aqui, se bem apontam alguns elementos que complementam a discussão para entender o surgimento zapatista, apresentam muitas restrições, se consideramos que ficaram ausentes alguns pontos importantes, além de não aprofundar o tema do EZLN nem se posicionar tão claramente quanto ao tema, ou mesmo por defender, implicitamente, uma visão contrária ao movimento, mas sem explicitá-la.

---

<sup>55</sup> Mais adiante trataremos dos autores que se pautam nesse depoimento do Subcomandante Marcos. Este pode ser encontrado na *Entrevista sobre los orígenes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, de Julio de 1994, compilado na revista *ContraHistórias*, 2013, n.20 (Rojas org.).

### **2.3 – Interpretações do EZLN como decorrência de problemas históricos e sociais no México e em Chiapas**

Após apresentar um conjunto de interpretações de cunho crítico ao EZLN – seja pela sua forma de atuação e organização, seja pelas razões da aparição pública – ou que trabalham no âmbito da defesa do *status quo*, argumentando a necessidade de adaptação à nova “modernidade” – no caminho da superação do “atraso” e “isolamento” –, faremos alusão a vários intérpretes que partem de um enfoque mais otimista em relação ao levante zapatista. São autores que abordam o surgimento do EZLN como resultado de um acúmulo de processos e tensões sociais tanto em Chiapas como em México, na perspectiva histórica de longa duração de tempo conjuntural – especialmente, a partir da década de 60, momento de importantes rupturas –, entendendo o movimento como uma tentativa de resolução e superação das ditas tensões. Nesse sentido, se bem cada autor enfatiza um aspecto da análise, o EZLN é motivo de esperança para os mesmos, como principal bastião da luta contra os históricos problemas mexicanos e chiapanecos, de resistência ao processo de espoliação neoliberal e de construção de uma alternativa de sociedade.

Serão aqui expostas três interpretações. A primeira é realizada por Adolfo Gilly, onde é enfatizada a ruptura, a partir dos anos 60 e 70, do pacto nacional mexicano (derivado da revolução mexicana), cujos efeitos desembocam num conjunto de mudanças que condicionam a insurgência camponesa e, neste caso, a do EZLN; a segunda esta composta por dois autores, Pablo González Casanova e Neil Harvey, que destacam a questão da luta pela terra e, principalmente, pela democracia em Chiapas, pontos centrais para entender o surgimento do zapatismo como movimento de construção de uma democracia alternativa e radical; por último, são apresentados mais dois autores, Andrés Aubry e Carlos Aguirre Rojas, elencando elementos importantes para entender o surgimento do zapatismo com base na perspectiva do sistema-mundo de Wallerstein – isto é, entendendo o EZLN como resultado e superação da atual “crise sistêmica” –, além de propor um novo olhar para a construção de uma narrativa histórica desse novo “sujeito histórico” em formação a partir “de baixo”.

2.3.1 – *A interpretação da tradição da rebeldia mexicana e a ruptura do pacto de nação, “o Direito a Rebeldia” – Adolfo Gilly.*

Um dos autores a apresentar elementos importantes sobre o surgimento do EZLN é Adolfo Gilly<sup>56</sup>, no seu livro *Chiapas: La Razón Ardiente*, de 1997. Logo na introdução, o autor destaca o objetivo deste ensaio: “explicar a recepção do zapatismo, um movimento de recepção armada, por parte de uma sociedade, a mexicana, não em busca das armas e a guerra civil senão de democracia, justiça e tolerância” (GILLY, 1997, p.13) [tradução nossa]. Embora o autor não trate diretamente das causas e motivações do surgimento do EZLN, o mesmo se vê obrigado a elencar elementos que nos ajudam a compreender a nossa questão, posto que a estratégia utilizada para discutir seu problema será a análise da história agrária e nacional mexicana, além de explicar um conjunto de fatores contemporâneos, de México e de Chiapas, que tocam na questão do surgimento do EZLN.

Logo no resumo da estrutura de capítulo, na introdução, fica patente o eixo central da exposição e o sentido dado ao surgimento do EZLN. O primeiro capítulo aponta que foi conformada uma cultura de rebeldia mexicana, derivada da formação da sociedade mexicana na luta de resistência camponesa e indígena aos processos de espoliação material e simbólica (em diversos momentos, como na Conquista, na Colônia, no Porfiriato). O ponto auge desse processo foi a Revolução mexicana, momento no qual a modernização implementada pelo regime do ditador Porfirio Díaz ultrapassou os limites do aceitável pelos camponeses, que passaram a lutar contra o regime. Além disso, “esa cultura hace que en la conciencia social y jurídica de la república la rebelión, en determinadas condiciones y momentos, pueda parecer a casi todos los estratos sociales un derecho natural y un recurso legítimo” (GILLY, 1997, p.13). Dessa forma, mais que uma cultura de rebeldia, foi criado um “direito legítimo à rebeldia”, constituído no pacto nacional forjado na constituição de 1917 (resultado dos conflitos da Revolução mexicana).

---

<sup>56</sup> Além da análise aqui, propomos uma leitura da carta do subcomandante Marcos a Adolfo Gilly, In: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994\\_10\\_22.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_10_22.htm). Nessa carta, o Subcomandante Marcos faz duras críticas a Gilly após entrega (deste autor a Marcos) de um suposto texto de Carlo Guinzburg, de título “Señales: raíces de un paradigma indiciario”, argumentando que o texto estaria sugerindo uma abordagem “individualista da história”, ou seja, dando ênfase na narrativa histórica a partir de grandes personagens (entre outras polêmicas), ao mesmo tempo de que negaria o materialismo histórico ao negar a elaboração da narrativa histórica a partir da totalidade. No entanto, cabe destacar que Gilly sempre defendeu o movimento, apesar de mais tarde vincular-se ao PRD nas eleições de 2006.

Já no segundo capítulo, o EZLN aparece como o “último resplendor de la revolución mexicana” (título do capítulo). A princípio, esta abordagem nos parece um pouco ambígua, posto que, se aqui o EZLN aparece como expressão de um último movimento de alcance dos efeitos desencadeados pela revolução mexicana – dado que Chiapas pouco ou nada fora tocado por essa dinâmica –, em outros momentos, o autor destaca o EZLN como resposta da ruptura (promovida pela hegemonia neoliberal) do pacto nacional ensejado na constituição de 1917. De todos modos, podemos pensar que se trata de ambos os movimentos – a crise da comunidade estatal mexicana (crise do pacto nacional), expressada por rupturas de ordem política e jurídica (como o massacre de Tlatelolco, a fraude eleitoral de 1988 e a mudança constitucional em 1991/92), e o advento de uma “modernidade imposta”, pela hegemonia de um novo bloco de poder (financeiro) e as mudanças de liberalização econômica promovidas, derivadas da modernização neoliberal capitalista.

Nesse sentido, o EZLN seria resultado desse processo de resistência à “modernidade” – mas a essa modernidade imposta, de negação da reprodução material e simbólica camponesa, herdando a tradição de resistência dos camponeses mexicanos e conformando-se na luta contra o neoliberalismo (GILLY, 1997, p.14-15).

No capítulo 1, “La Rebelión como Cultura”, descreve a resistência histórica dos camponeses mexicanos à modernidade capitalista e a forma como esta foi consolidada numa “cultura” e um “direito” de rebelião. O início do capítulo deixa entrever os objetivos do autor:

[...] esas rebeliones aparecen, en sus líneas más generales, como movimientos de defensa de la sociedad tradicional y de sus lazos con la tierra, contra la irrupción de la modernidad encarnada por un lado en el mundo de los intercambios mercantiles y del dinero como mediadores y vehículos de todas las relaciones humanas; y por el otro en el moderno Estado nacional y su orden jurídico como garante de la universalidad de estos intercambios (GILLY, 1997, p.17).

[...] Tales rebeliones o sobresaltos agrarios, bajo sus múltiples formas, revelan un fondo común muchas veces ignorado por sus propios protagonistas: la resistencia a aceptar que la tierra se convierta en mercancía; la negativa de enviar al mundo de los intercambios mercantiles entre cosas aquello que dentro de las comunidades es sustrato cultural de los intercambios directos entre personas; y la oposición a que ese mundo externo interfiera en el orden de estos intercambios, concebidos como parte del orden natural (GILLY, 1997, p.19).

Assim, o próprio autor expõe que este processo é análogo ao que E.P Thompson chama de “Economia moral”, conceito que explica as motivações últimas que levam os camponeses a se revelarem – ou seja, a eliminação do substrato material e simbólico de reprodução das comunidades agrárias. Logo, o autor expõe ao longo do capítulo uma série de

exemplos na história agrária mexicana, de rebeliões indígenas e camponesas, que corroboram com esta análise.

A revolução mexicana, segundo o autor, seria a condensação dessa longa história de conflitos entre os camponeses e o governo (expressão das elites no poder)<sup>57</sup>, com a lenta consolidação de uma ideia de nação, em oposição a o que é estrangeiro e, principalmente, à incorporação dos particularismos agrários locais sob essa ideia de “Comunidade Estatal Mexicana”. Ainda, os campesinos foram incluídos na constituição de 1917, sobretudo, por meio do artigo 27, com estatuto e direitos particulares como camponeses, mas não abstratamente como cidadãos, no qual fica estabelecido a proteção do Estado sobre o direito à terra em troca da obediência de quem governa. Esse artigo nada mais é do que a manutenção das formas comunitárias pré-modernas de posse da terra, o *Ejido*. Assim, a rebeldia rural acaba sendo justaposta como um dos modos de conformação e existência da Nação (GILLY, 1997, p.29-30).

Nesse sentido, o autor enfatiza o pacto nacional, que incluía o direito a terra para os camponeses, a nacionalização do petróleo, o trabalho assalariado digno (artigo 123), e o direito à propriedade individual. Tratou-se de um pacto que projetava o México para a industrialização, iniciada a partir do governo de Lazaro Cárdenas (quem iniciou o processo massivo de repartição de terras). No entanto, ao se referir a acontecimentos mais pretéritos, em especial ao fraude eleitoral de 1988, o autor afirma que: “Si ese pacto proveniente de la revolución armada ahora a sido roto por ellos, el derecho a las armas vuelve a ser nuestro: eso decías las cartas, eso dijeron después algunos hechos” (GILLY, 1997, p.32). Os camponeses, assim, retomariam o direito a se rebelar contra essa ruptura do pacto da comunidade estatal. Mas também o fariam diante da mudança no caráter do Estado – o que ocorreria com o advento da hegemonia neoliberal – especialmente ao alterar o artigo 27 da constituição e dar um passo para a entrada no NAFTA:

En otras palabras: un intento de transformación de las formas de ejercicio del poder, de la cultura política y de las relaciones económicas que ignore o haga a un lado como un obstáculo o un simple resabio del pasado esa construcción histórica de la comunidad estatal mexicana arriesga a poner ésta en crisis y bloquearse a si mismo como proyecto de transformación.

A fines de 1991, una nueva élite dirigente ligada ahora al auge de las finanzas y a los procesos de globalización de la economía modificó el artículo 27 de la Constitución.

---

<sup>57</sup> Não queremos entrar no enorme debate da revolução mexicana, nem nos detalharemos nas posições do autor sobre o tema (senão, seríamos obrigados a fazê-lo). Dessa forma, apenas tiraremos algumas conclusões que possam ter importância para nosso estudo.

Así cerró la posibilidad de futuros repartos agrarios; legalizó la privatización de las tierras ejidales y comunales; [...] facilitó la compra en bloque de parcelas, tierras y bosques por empresas privadas de accionistas (GILLY, 1997, p.40).

E concluirá o primeiro capítulo relacionando estes fatos (com destaque para a mudança constitucional) com o levantamento armado<sup>58</sup> zapatista – que ocorreu de forma inesperada exatamente no dia 1º de janeiro de 1994, dia em que México iniciava a entrada no NAFTA, declarando “guerra ao Exército Federal” e exigindo aos poderes legislativo e judicial a “deposição” do “governo ilegítimo” de Carlos Salinas de Gortari (GILLY, 1997, p.41-42).

No seguinte capítulo, Gilly centrará a discussão do problema em Chiapas, caminhando para explicar o surgimento do EZLN. Como dissemos, o autor não perde de vista o eixo central – a formação de um pacto político nacional, que incorporava na mesma uma cultura e um direito legítimo de rebeldia para os camponeses, caso fosse rompido o pacto. Outro elemento importante da exposição é que, embora se aprofunde aqui em Chiapas, não deixa de considerar as transformações ocorridas no México que impactam sobre a região, num diálogo permanente entre os acontecimentos locais e nacionais.

Inicialmente o autor vai destacar como, a despeito da eclosão da Revolução mexicana e das transformações ensejadas pela mesma, no território mexicano, Chiapas permaneceu nas margens desse processo. O governo federal pactuou com a oligarquia local o apoio político em troca da manutenção da dominação regional sobre os camponeses e povos indígenas. Contudo, como o mesmo autor comenta que a ausência da revolução mexicana, a “modernização” sem mudança social e congelamento das comunidades, eram reais, mas não absolutos. Por um lado, as comunidades, obrigadas a permanecer alheias às mudanças em México, preservavam suas formas de relação internas, suas crenças, mitos, histórias – em suma, seu universo cultural. Por outro, não deixava de existir um processo lento, mas existente, de junção e integração de Chiapas a México, o que também ficaria patente nos símbolos utilizados pela rebelião zapatista – em especial, a referência a Emiliano Zapata (GILLY, 1997, p.45-47).

---

<sup>58</sup> Uma tese semelhante, que destaca a tradição de luta armada construída pelos camponeses no México, é feita no texto “La Guerrilla Recurrente”, de Carlos Montemayor, In: Rojas (org). *Chiapas em perspectiva histórica* (2002). Neste ensaio, o autor critica a visão oficial/governista de criminalização dos movimentos (que interpreta o surgimento da luta armada como derivada de “poucas pessoas”, ou de células político-militar). Ao contrário, busca mostrar como o Estado, ao utilizar permanentemente esse argumento, não apenas identifica os camponeses como “inimigos a serem eliminados”, como também não resolve as verdadeiras causas do problema – que são de caráter social. Ao não resolvê-lo, continuaria latente a possibilidade de insurgência armada.

Por outra parte, a inclusão destas comunidades – como adiantamos no capítulo 1 do nosso texto – foi realizado dentro dos marcos do Estado corporativo, que incorporo as comunidades com suas próprias tradições corporativas ancestrais de organização social e política, misturada com suas crenças e seus cargos religiosos. O resultado disso foi um procedimento de dominação e funcionamento estatal de cooptação e negociação entre Estado e camponeses, no qual os caciques comunitários locais, com um pé na tradição e outro no sistema de negociação encarnado no formado partido da revolução institucional (PRI), mediavam a relação entre o interior e o exterior das comunidades. Entretanto, este sistema tinha características particulares em Chiapas – o isolamento das comunidades permaneceu muito maior, o que cancelava em um padrão de dominação oligárquico racista e onde a modernização econômica pouco modernizava a exploração das comunidades, senão que permitia a manutenção do velho regime tradicional de dominação (GILLY, 1997, p.52-55).

Todavia, o final dos anos 60 será um grande marco, momento de grave crise política – se expressava, a nível nacional, no massacre de Tlatelolco em 68, enquanto que, em Chiapas, se manifestava nos conflitos contra os caciques no interior das comunidades, em especial em Los Altos de Chiapas. A resposta a este processo foi o de expulsão dos revoltosos, acusados de “inimigos da tradição”, sendo obrigados a acompanhar a marcha migratória para San Cristóbal ou para a Selva Lacandona<sup>59</sup>. Somado a isso, a década de 70 revelará a incapacidade que as entidades corporativas (como a CNC) e os antigos caciques tinham de aplicar os velhos mecanismos de controle e tutela corporativos, dada diminuição de recursos oficiais destinadas aos camponeses e a resolução da questão agrária pela via privada. Tratava-se, assim, do início da ruptura do pacto nacional, que demonstrava a decadência do velho esquema corporativista. Isso, contudo, não eliminou o controle político do governo federal por meio do PRI, mas alterou o esquema – constituiu um Estado que preconizava a liberalização econômica (afirmando uma nova aliança entre a velha oligarquia regional e o novo capital financeiro nacional e internacional, entrelaçados nos investimentos em setores pecuários, cafeeiros, madeireiros, de construção, e exploração de petróleo), preservando os dispositivos de dominação anteriores (corporativistas). Assim, segundo o autor, a liberalização econômica sem democratização política resultaria explosiva (GILLY, 1997, p.56-58).

A partir daqui, o autor mostra como em resposta a esse processo vem se formando, a partir dos 70, um novo movimento camponês, independente, que passou a lutar pela

---

<sup>59</sup> Embora apareça a questão da migração para a Selva no texto, não dá tanta ênfase como outros autores.

efetividade da reforma agrária e por créditos, apoios e melhores condições de comercialização dos produtos. Tratava-se de um movimento que fugia aos velhos esquemas de cooptação estatal, vendo também de perto a cada vez mais inoperância das instituições do Estado (que cada vez mais outorgava propriedades legais aos latifundiários, principalmente os pecuaristas). Além disso, um ponto chave de formação destas novas organizações será o Congresso Nacional Indígena (CNI), celebrado em 1974, um dos precursores organizativos destes novos movimentos camponeses. Nesse espaço, organizado por indígenas e catequistas da diocese de San Cristóbal de Las Casas, muitos habitantes das comunidades traziam suas demandas, tais como a denúncia de expulsões de suas terras por pecuaristas, o controle de crédito, preços e transporte por intermediários locais, títulos de terras comunais, respeito ao salário mínimo, educação em suas próprias línguas e respeito à cultura indígena, além de exigir serviços médicos e infraestrutura sanitária<sup>60</sup> (GILLY, 1997, p.58-59).

A década de 80, ainda, será marcada por novos fatores que acirraram o conflito em Chiapas, criando condições para o aumento da indignação camponesa. De um lado, tem a crescente criminalização e repressão – com o aumento das prisões e assassinatos a lideranças, especialmente durante o governo estadual de Absalón Castellano Domínguez (1982-88) –, seja por parte da polícia estadual, do exército federal como de “guardias blancas” privadas dos pecuaristas e latifundiários, além de incentivar rivalidades fundiárias entre as comunidades para tais se digladiarem. De outro lado, nos marcos da crise econômica mexicana da década de 80, as condições econômicas do estado se viram pioradas, já ao final da década – ao mesmo tempo em que permaneciam condições de baixa produtividade de milho e café nas comunidades, apresentavam-se os efeitos da retirada do INMECAFE<sup>61</sup> do mercado em 89, a contração de créditos estatais, a elevação dos custos de produção de café, a queda do preço internacional do produto pela metade provocaram um desastre nas condições materiais da população (GILLY, 1997, p.62).

Mas os principais pontos destacados pelo autor serão os acontecimentos de 1988-89, e seus efeitos posteriores. O primeiro será a alusão à fraude eleitoral de 1988, que garantiu a vitória de Salinas de Gortari sobre o candidato da frente popular, melhor colocado nas pesquisas, Cuauhtemoc Cárdenas. Isto definiu a ilegitimidade dessa presidência e, como diria

---

<sup>60</sup> Sobre estes dados do CNI, a referência é feita a um texto de Neil Harvey (não é o que utilizaremos, é um anterior). Além disso, muitas das informações que Harvey presta serão apresentadas por Gilly e serão mais detalhadas no estudo deste autor, lembrando que seu enfoque será um pouco diferente.

<sup>61</sup> O INMECAFE era um instituto governamental de apoio aos produtores de café, criado com o objetivo de garantir créditos, apoio técnico e preços mínimos. Após a crise dos anos 80, foi privatizado no governo Salinista.

Gilly, “También allí, el pacto se había roto” (GILLY, 1997, p.64). Este acontecimento gerou dois movimentos: o primeiro foi a descrença e desinteresse pelas eleições; o segundo, que dada essa desilusão com o processo eleitoral, houve um enorme aumento no número de integrantes do EZLN que, fundado em 1983, saltou para 1300 pessoas em 88/89. Contudo, Gilly (1997) apenas coloca isso como hipotético, embora faça parte da sua argumentação de que a insurgência armada está ligada à ruptura do pacto nacional<sup>62</sup>.

Por fim, Gilly (1997) elenca um conjunto amplo de “elementos fundamentais” que, para 12 de outubro de 1992 (dia em que ocorreu a denúncia dos 500 anos de conquista e opressão sobre os povos indígenas, em San Cristóbal), estariam presentes e seria a base para a insurreição de 1994: a afirmação na prática e na experiência de uma identidade indígena como organizadora da comunidade e definidora de suas relações com os governos federal e estadual; a persistência da antiga comunidade, seus laços e crenças, posto que a formação da comunidade estatal não eliminou esses espaços próprios que serão instrumento de autonomia da organização camponesa – sem, nas palavras do autor, idealizar nem romantizar as comunidades como um modelo de “democracia”, posto que internamente também preservavam suas hierarquias; a acumulação de uma experiência coletiva e a formação de dirigentes próprios durante vinte anos; as relações com a igreja católica, que ocupou um espaço vazio do Estado; a entrada na Selva Lacandona de um pequeno núcleo urbano, guerrilheiro, em 1983, fundador do EZLN; a integração permanente entre este núcleo e as comunidades indígenas, que aos poucos foram passando por um processo de miscigenação e transformação da prática e a ação; a integração da elite chiapaneca com os grandes grupos financeiros e econômicos nacionais afinados com as políticas do governo Salinas de Gortari; e, por fim, as já ditas reformas no artigo 27 constitucional, além da aprovação do México como parte do NAFTA (GILLY, 1997, p.68-74).

Diante do exposto pelo autor, podemos ponderar as suas proposições. Temos um primeiro conjunto de elementos que explicariam o levante zapatista: ele estaria motivado por elementos históricos que construíram uma tradição rebelde dos povos camponeses mexicanos, que se instituiu tanto na cultura como na forma do Estado nacional. Ao romper com essas instituições (no sentido amplo do termo), tanto na fraude como na mudança constitucional, abre-se um precedente para a revolta, que ocorreu exatamente com o levante zapatista. O

---

<sup>62</sup> O aumento desse contingente do EZLN é uma versão conferida por Marcos, a o que Gilly faz destaque.

outro conjunto, destacados no capítulo 2 do livro, reúne elementos da conjuntura mexicana e, principalmente, chiapaneca, que seriam o suporte para a eclosão da revolta.

Contudo, até que ponto as questões de formação mexicana, como a histórica luta dos povos indígenas mexicanos, tem influência sobre Chiapas? Não fica muito clara no texto qual é a relação entre Chiapas e México, em especial se entendemos que a formação de Chiapas foi bastante particular. De todas maneiras, é reconhecível no discurso zapatista a alusão à nação e às consignas mexicanas (como o próprio nome, zapatista). Nesse sentido, o próprio movimento toma para si essa história de lutas dos povos mexicanos. O que nos leva a um segundo apontamento: há que ponderar bastante o uso dos simbolismos. Até que ponto os camponeses foram motivados, de maneira consciente, a lutar fazendo referência a acontecimentos da história mexicana? Se considerarmos que esses acontecimentos permanecem latentes no consciente coletivo e nas práticas cotidianas, é possível que sejam retomados, frente a qualquer abalo de suas práticas – como na ruptura do pacto. Por outra parte, é preciso ter cuidado com certo tom de “milénarismo” ou automatismos, como se o EZLN encarnasse a histórica luta de resistência dos camponeses e indígenas mexicanos.

Ainda, quando o autor aponta para a resistência e defesa das tradições, o mesmo faz questão de não cair em versões românticas de defesa incondicional das comunidades, reproduzindo o discurso do “bom selvagem”, sem considerar os problemas e contradições internas do mundo rural e indígena. Entretanto, o autor parece cair por vezes na própria armadilha. Ou mesmo queremos entender, até que ponto os zapatistas lutam por algo novo, ou é apenas uma luta para preservar as tradições, como uma volta ao passado? Pode-se dizer que isso não está claro para o autor, mas também não para nós. As redefinições e ajustes entre o que é moderno e o que é tradicional, na construção zapatista de outra sociedade, são difíceis de entender e estão em permanente processo. Arriscamos-nos a dizer, como o próprio Gilly afirma, que o EZLN nega um certo tipo de “modernidade” – aquela que é imposta, nos tempos recentes, pelas transformações neoliberais. Ao mesmo tempo, não nos fica claro se se trata de uma luta contra o “neoliberalismo” ou contra o “capitalismo” (e sua expressão atual, neoliberal), ao que nos parece o autor toma o partido do primeiro e busca apresentar o movimento nessa perspectiva.

Por fim, destacamos os eventos de 1988 e 1991 que foram, respectivamente, a fraude eleitoral e a mudança do artigo 27, constitucional, como os pontos de inflexão para o levante zapatista. É nesses momentos que se condensam as questões históricas de Chiapas e do México (como a tradição de rebeldia) à conjuntura particular (econômicas, políticas, sociais)

destas mesmas entidades, o que colabora para entender com mais detalhes os motivos da insurgência zapatista.

### 2.3.2 – A interpretação da luta pela terra e democracia radical – Casanova; Harvey.

Nesta seção, abordaremos dois autores – Pablo González Casanova e Neil Harvey – que também colaboram com o entendimento sobre as causas e a natureza do surgimento do EZLN, que embora analisem a questão a partir dos problemas sociais históricos e conjunturais de Chiapas, apresentam uma ótica distinta à anterior. Trata-se de uma abordagem que centra a discussão em dois aspectos, que aparecem nos autores com maior ou menor peso. O primeiro é o problema histórico da terra, resultado da concentração em mãos de latifundiários, revelando um processo de lutas contra a superexploração do trabalho nas fincas e a execução da reforma agrária; o segundo, a questão da luta por uma verdadeira Democracia, distante do Estado autoritário constituído no século XX e do histórico poder oligárquico em Chiapas, uma Democracia onde os camponeses e indígenas deste estado (e do México) sejam realmente incluídos na nação mexicana, respeitando suas formas e autonomias e se façam valer seus direitos. Dado que tanto “Terra” e “Democracia” são os eixos da exposição, a “Luta” pelas mesmas só faz sentido se houver um sujeito do processo – ou seja, ambos os autores destacam a presença permanente da organização política camponesa, em seus textos.

Assim, é importante salientar a importância de uma abordagem que, sem cair em personalismos (ou seja, uma “história feita de personagens”), enfatize uma “história coletiva dos de baixo”, uma narrativa onde se destacam os elementos organizativos dos camponeses e se garante a ideia os indígenas de Chiapas são sujeitos da sua história. Nesse sentido, o EZLN aparece como um movimento social e popular, camponês e indígena, que expressa a luta histórica pela Terra e a Democracia Radical em Chiapas e no México.

Pablo González Casanova<sup>63</sup>

O primeiro destes autores é Paulo Gonzalez Casanova, um dos principais intelectuais e pensadores críticos da sociedade mexicana e latino-americana. Sendo um grande simpatizante do EZLN e colocando grandes esperanças no aparecimento público do movimento, escreveu o texto “Causas de la Rebelión en Chiapas”, buscando entender a gênese da problemática colocada naquela entidade e mostrar sua visão otimista em relação ao zapatismo. É um texto importante porque vai direto à nossa questão – sobre as causas do surgimento do EZLN. Ao

---

<sup>63</sup> Cabe ressaltar que este autor é até hoje um grande defensor do EZLN, participando das atividades do movimento, como palestras, e inclusive se inscreveu no recente curso da Escuelita Zapatista.

mesmo tempo, nos ajuda a entender o debate que aqui realizamos – logo na introdução, de título “la arbitrariedad”, o autor deixa claro o seu diálogo e as duras críticas às interpretações ditas “arbitrárias”, que apenas buscavam, interessadamente, desqualificar o movimento sem olhar para os problemas mais estruturais:

Parece anticuado hablar en causas. El concepto es sin embargo legítimo. Su uso se hace necesario para contestar a las explicaciones arbitrarias de lo que pasa.  
 [...] Los ideólogos neoliberales de hoy intentaron explicar la rebelión de Chiapas como obra de “estalinistas” y “extranjeros”, de minorías de obcecados y advenedizos que manipulan a los “pobrecitos indios”.  
 Si por “causa” entendemos los factores que anteceden y determinan un hecho, la explicación con mitos modernos, por distinta que sea de las medievales, atribuye a fuerzas malignas las batallas que desagradan a los poderosos.  
 La violencia de la interpretación obliga a recuperar y esclarecer las “verdaderas causas”. (CASANOVA, 1995, p.265-266).

Como notamos, o autor situa-se na crítica das primeiras interpretações apresentadas no nosso ensaio, que em geral apontam as causas da rebelião à “manipulação” dos indígenas por agentes externos, ou que buscavam criticar as formas violentas de ação.

Em contrapartida, buscará elencar um conjunto de elementos que colaboram para entender o problema em Chiapas desde a perspectiva sócio-histórica, colocando as causas da rebelião em torno de dois pontos fundamentais – o problema da terra e, principalmente, a construção de uma sociedade realmente democrática. No entanto, sua interpretação não se fecha sobre uma causa, pois expõe um leque de elementos históricos que confirmam a sua hipótese, o que também garante o fato de que o EZLN deriva de múltiplas determinações – o que leva a entender o movimento como algo diverso. Porém, a centralidade da sua interpretação reside nas aspirações democráticas de um processo que desemboca no EZLN.

Ao longo do texto, o autor exporá oito “causas” da rebelião. As duas primeiras têm um caráter histórico, de “longa duração”: em primeiro lugar, afirma que em Chiapas há uma “herança rebelde”, estabelecendo um paralelo entre o levante zapatista de 1994 e a tradição de rebeldia dos povos mayas (citando como exemplo, a grande revolta de 1712<sup>64</sup>); em segundo lugar, cita que a partir dos anos 30 inicia-se a “crise da fazenda tradicional”, cafeeira, que liberou os peões “acasillados” das fazendas. Estes últimos (cujo número aumentou até os anos 70, pela liberação das fazendas pecuárias), procuram novas ocupações menos exploratórias, passando, uma fração, a se empregar como mão de obra nos novos projetos da década de 70 (nas hidrelétricas, na exploração de petróleo e construção de estradas), enquanto que grande

---

<sup>64</sup> Já foi citado no nosso primeiro capítulo.

parte dos habitantes engrossavam as fileiras da migração para a Selva. Este movimento migratório, entretanto, fez surgir entre os migrantes uma identidade própria, que se identificavam na exploração sofrida frente aos latifundiários e reconstrução das suas vidas. (CASANOVA, 1995, p.265-266).

Logo, passa a elencar causas de cunho “conjuntural”, estabelecendo um corte na década de 60. É nesse momento que se destaca a importante labor da diocese de San Cristóbal, cujo trabalho de base assentou bases para a formação de um conjunto de líderes religiosos. Motivados pela Conferência Episcopal de Medellín, a ação pastoral passou a ter como princípio a Teologia da liberação<sup>65</sup>, no qual a interpretação dos textos bíblicos partia da própria condição dos próprios índios, de suas próprias crenças, se incentivava o trabalho em coletivo e a reflexão política. Como afirma Casanova (1995), o trabalho de educação, catequese e organização política foi extraordinário, com a preparação pelo Bispado (com Samuel Ruiz como representante) de mais de 400 pré-diáconos e 8000 catequistas.

A quarta causa, ainda, refere-se aos efeitos do massacre dos estudantes de 68, em Tlatelolco. Segundo o autor, enquanto muitos destes estudantes, após esse evento, foram cooptados ou passaram às fileiras partidárias, muitos passaram a organizar movimentos sociais e populares. Ainda, muitos deles tinham um objetivo comum: “luchar por una democracia en que el pueblo trabajador y explotado tome las decisiones por sí mismo y se prepare para dar fin a un sistema represivo, autoritario y excluyente” (CASANOVA, 1995, p.269). A partir dos 70, muitos destes estudantes começaram a chegar a Chiapas e montar experiências organizativas, de base, inspiradas no maoísmo. Ainda, Casanova (1995) destaca mais um ponto importante para nossa discussão: na medida em que se discutia a organização interna desses novos movimentos, respeitando-se os ritmos e formas dos povos indígenas, as lutas contra a exploração e pela democracia se estenderam como valores fundamentais (que se expressam até então, no EZLN), enquanto que a questão do socialismo e a luta de classes perderam seu valor estratégico.

Este elemento é algo interessante: segundo o autor, a democracia como um valor essencial se construía tanto como um problema histórico da sociedade mexicana como nas experiências de construção entre militantes urbanos e comunidades rurais indígenas. A

---

<sup>65</sup> A Conferência Episcopal de Medellín, no ano de 1968, constituiu uma reorganização e reorientação das práticas do catolicismo na América Latina. Se o concílio do Vaticano II apontava para uma mudança necessária, dada a perda de crenças, a Conferência assumiu uma posição no sentido de tornar a igreja uma instituição mais ligada às vivências do povo, a suas demandas. Nesse sentido, muitos membros da igreja latinoamericana passaram a Teologia da Liberação, assumindo um compromisso com as causas populares e orientando a fé católica na busca da liberação da exploração.

importância foi tanta que uma das consignas da bandeira zapatista, a primeira, é Democracia<sup>66</sup>.

[...] Se politizaron ellos mismos [os militantes urbanos]. Dejaron sus ideas marxista-fundamentalistas. Descubrieron que el “reordenamiento del mundo” sólo podría venir de la lucha por la democracia que incluyera y partiera de las autonomías y los derechos de los pueblos indios y de los pobres que no son indios, hasta abarcar a toda la nación (CASANOVA, 1995, p.271).

O quinto ponto trata do problema fundiário – a partir da década de 70, um conjunto de projetos econômicos foi desalojando milhares de pessoas de suas terras, muitas delas aumentando as filas do êxodo à Selva. A terra ficava cada vez mais escassa, fato reforçado pela crescente pressão demográfica e a carência de apoio governamental aos camponeses, o que tornou insustentável a vida em muitas comunidades. Com isso, os conflitos agrários se acentuaram, o que levou a ondas de ocupações no estado, enquanto os camponeses e sem terras tomavam consciência de sua condição.

Isto deriva no sexto ponto – a politização dos povos indígenas, questão onde mais uma vez surge a questão da democracia. Os indígenas começaram a afrontar a lógica “caciquista” e paternalista nas comunidades, na qual as lideranças são articuladas com os partidos (em especial, o PRI), funcionando como “correia de transmissão” do jogo político das elites em troca de favores. A experiência dos indígenas mostrava que o sistema político impedia qualquer mudança significativa, posto que qualquer transformação abalaria as estruturas de poder no qual pecuaristas, latifundiários e caciques, se sustentavam. Os indígenas “rebeldes” passaram, assim, a organizar movimentos independentes, e inclusive a propor alternativas cidadãs, de articulações autônomas, e a elaborar propostas que partem da sociedade civil, como mobilizações e frentes populares – como a Frente de Organizações Sociais Chiapanecas (FOSCH) (CASANOVA, 1995, p.272-279).

Esta conjuntura de efervescência popular não deixou de ser uma afronta ao regime oligárquico, o que levou às elites a responder como sempre – com violência, combinada com a cooptação própria do sistema político mexicano. O sétimo ponto mostra, assim, como houve o recrudescimento da repressão a partir dos 80, tanto privada – com a formação de “guardias blancas” dos latifundiários – como pública – nos governos estaduais de Juan Sabines, Absalón Castellanos e Patrocinio Gonzalez Garrido. O saldo foi, nas regiões indígenas, de centenas de

---

<sup>66</sup> As três palavras da bandeira zapatista são “Democracia”, “Libertad”, “Justicia”.

assassinatos e detenções, sequestros, desaparecimentos, destruição de habitações e plantações, entre outros tipos de violências e ameaças (CASANOVA, 1995, p.281-282).

O oitavo e último ponto é o prelúdio da aparição do EZLN, mas não desde a perspectiva armada – senão da organização civil. Segundo o autor, o processo de construção democrática por parte da sociedade civil em Chiapas cresce, destacando o desenvolvimento de uma unidade popular, de base, que apresenta uma alternativa auto-organizada de resolução de seus problemas. São organizações camponesas de resistência cívica, que trabalham em assembleias e comissões, decidem coletivamente, servem para resolver seus próprios problemas e organizar a economia, os transportes, a produção e comercialização. Tudo isto sem cair no raio de cooptação de caciques nem do Estado, além de organizar-se para resistir aos ataques violentos e à repressão seletiva, assim como também são capazes de realizar ações diretas de massa (como ocupações de terra e prédios do governo) e impor negociações às autoridades e proprietários (CASANOVA, 1995, p.283-284). Nesse sentido, veem se afirmando lentamente uma nova cultura política democrática:

Los líderes de las uniones, los catequistas, los maestros y algunos antiguos o nuevos estudiantes colaboran en la creación de esa nueva posición democrática que se inserta en la propia cultura democrática indígena con sus “coordinadoras”, y sus “consejos supremos” de base popular. La tierra, y la lucha “contra la represión que se vive”, siguen siendo objetivos principales, pero a ellos se suma la democracia de los pueblos indios y de la nación mexicana. Ésta es una novedad de peso creciente, tan grande que ya se volvió también irrenunciable (CASANOVA, 1995, p.286-287).

No fim, Casanova descreve resumidamente como o final dos anos 80 tem revelado a deterioração das condições materiais da população chiapaneca, com a acentuação do empobrecimento, marginalização e exclusão derivados da aplicação de políticas neoliberais, e afirma que as modificações do artigo 27 da constituição, além da assinatura do TLC, representam uma ameaça à sobrevivência indígena. Contudo, não deixa de mostrar esperança no processo em vista:

Para vencerla [“la trampa de la pobreza”], se plantea una lucha defensiva democrática, una *revolución defensiva democrática*, cuya única posibilidad de ganar es que se transforme en una gran lucha política y social, capaz de cambiar la correlación del poder y el mercado en un proyecto local, nacional y eventualmente global. [...] Sólo se sabe que sin lucha democrática con dignidad y autonomía de los de abajo, no habrá ganancia social segura ni negociación que le permita al pueblo acumular fuerzas para enfrentarse a la opresión y a la explotación del PRI, de los caciques, del Gobierno, del sistema (CASANOVA, 1995, p.288).

A seção que conclui o texto é intitulada de “A primeira revolução do século XXI”. É o espaço onde o autor vai mostrar como o EZLN se coloca como uma proposta alternativa de sociedade, porém, com uma atuação completamente inovadora e até complicada de se compreender. E apresenta duas grandes linhas de comunicação e ação novas na história das revoluções. A primeira é a política de empatia e hegemonia, no qual o discurso zapatista busca dialogar com uma multiplicidade de públicos e atores – como o exemplo exposto por Casanova, de auto intitular-se “zapatistas” e “revolucionários” – mas também encontrando interlocutores em todos os espaços da sociedade, sem descuidar sua relação com seu interlocutor principal – o índio. Ainda, a motivação da “dignidade” constitui a base moral de luta zapatista e de mediação de diálogo com o “outro”. A segunda linha, ainda, é a adoção de vários caminhos rumo à transformação social, congregando a pluralidade de ideologias. Dessa forma, a luta se faz por meios aparentemente inconciliáveis, como pelas armas, ao mesmo tempo em que se exigem eleições democráticas e honestas. E fecha seu texto: “tras la ausencia de una teoría de la historia universal pasada y futura, se diría que los zapatistas son como una especie de revolucionarios de la llamada “posmodernidad”, de esa época donde “la razón estalló” con el triunfo universal del capitalismo” (CASANOVA, p.291-292).

Como verificada em nossa análise, a exposição do autor, longe de conseguir definir claramente qual é a natureza do EZLN, trás muitos elementos importantes para, ao menos, entender a problemática em Chiapas, abrindo a porta para o entendimento do movimento zapatista a partir das suas possibilidades de construção de uma alternativa de sociedade. Mais precisamente, o EZLN é resultado de um processo longo de agravantes históricos (que se reforçaram nas últimas décadas) cuja resposta foi a organização e enfrentamento da sociedade civil a tais problemas, rompendo com a lógica de poder autoritária e elitista mexicana e construindo, “de baixo”, alternativas sociais de exercício da “democracia radical”, que incluem as autonomias indígenas e democratiza os espaços da sociedade mexicana.

Ao mesmo tempo, vemos o esforço em apresentar as causas da rebelião não na perspectiva da luta armada – ao contrário das teses que anteriormente analisamos –, senão destacando o caráter democrático, civil e popular do EZLN. Ainda, não nos fica claro qual é o papel do EZLN como organização que apresenta um aspecto político-militar. Entretanto, se entendemos que se trata de combater a visão oficial, governista e midiática, que fazia coro apenas à questão da “violência” na busca por deslegitimar as demandas zapatistas, é uma tentativa de abordar a questão por outro lado – da organização da sociedade civil e sua construção democrática.

Também, a exposição apresenta como vão se gestando novas agrupações civis de atuação horizontal, coletiva, o que no discurso parecem ter surgido de forma pacífica e orgânica, o que pode levar à superestimação dessa construção democrática – sem se fazer menção a possíveis conflitos internos, rachas, problemas dessas novas organizações. Além disso: como o EZLN absorve os novos elementos formados pelas agrupações novas, isto é, como as novas organizações e experiências desembocam no zapatismo? Embora isto não esteja tão claro, entendemos que a relação de causalidade é hipotética, considerando, além disso, que por mais que não seja direta a relação entre as novas organizações e o EZLN, há o surgimento de uma nova cultura política, o que possivelmente teria sido aproveitada pelo zapatismo.

Em suma, trata-se de uma abordagem interessante, que reconhece o movimento em suas múltiplas possibilidades e, mais que nada, no seu caráter democrático, civil, como uma possibilidade de democratização nacional e de proposta de uma alternativa social popular.

Neil Harvey

Na esteira das interpretações que se centram na luta pela terra e a democracia, não podemos deixar de fora a contribuição de Neil Harvey, cujo livro leva o nome desses dois eixos, “La Rebelión de Chiapas: la lucha por la tierra y la democracia”. Trata-se de um estudo histórico desses dois pontos, mais especificamente no estado de Chiapas, realizada desde a perspectiva das organizações indígenas e camponesas. Ainda, para entendermos qual é o problema levantado pelo autor e como o EZLN faz parte da mesma, é preciso destacar o surgimento do zapatismo no seio da pesquisa.

Inicialmente, a investigação deste autor, que iniciou sua pesquisa em 1987, buscava apenas documentar e comparar as lutas de três novas organizações camponesas de Chiapas – a ARIC-UU, na Selva Lacandona, a CIOAC, do município de Simojovel e norte do estado, e a OCEZ, de Venustiano Carranza – desde o ponto de vista de seus impactos sobre o sistema político. Porém, novos eventos redefiniram seu estudo. O primeiro conjunto de eventos foi implementação de políticas neoliberais pelo governo de Salinas de Gortari (1988-94), além de políticas de cooptação e repressão que colocaram tais movimentos na defensiva. O segundo foi a irrupção do EZLN no cenário político. Este segundo elemento modificou a correlação de forças e deu novo ar para esse conjunto de movimentos camponeses independentes, que assim passaram a atuar novamente na ofensiva. Ao mesmo tempo, segundo Harvey, o EZLN

redefiniria sua organização e discurso, no sentido de constituir uma plataforma de transformação democrática de México (HARVEY, 2000, p.23-24). Esses eventos modificaram a pergunta inicial:

Este libro describe esos cambiantes patrones de movilización popular desde el punto de vista del activismo campesino en Chiapas, desde principio de los años setenta. Su propósito es retomar la pregunta original acerca del significado político de los movimientos campesinos y plantearla una vez más con respecto a la rebelión zapatista. ¿Representa esta rebelión una continuación de las formas de protesta rurales tradicionales, o rompe con los antiguos patrones y abre nuevas posibilidades para el cambio político? En suma, ¿Qué significa esa rebelión para nuestra comprensión de las luchas populares en México? (HARVEY, 2000, p.24)

Portanto, o estudo se centraria na busca de elementos de ruptura e inovação que as novas organizações camponesas, e mais precisamente, o EZLN, apresentavam nas últimas décadas no seio da luta pela terra e a democracia, o que obriga o autor a se debruçar e detalhar ao longo do livro os elementos inovadores presentes nessas organizações, protagonistas desta obra – também considerando os condicionantes econômicos e políticos (de atuação do Estado e diversos atores políticos) que interferem na atuação das mesmas. Por outra parte, sua resposta conclusiva será mostrar que a importância da rebelião zapatista reside na capacidade do EZLN ter conseguido expandir a luta em quatro frentes: a luta pelos direitos dos povos indígenas, a democratização do México, a reforma agrária em Chiapas e os direitos das mulheres; fazendo estes convergir num movimento nacional em prol da mudança democrática (HARVEY, 2000, p.26). Logo, pode-se obter um material interessante para responder nossa questão sobre o surgimento do zapatismo, olhando para o processo de organização camponesa prévia ao levante e para o contexto econômico e político de então.

Junto à introdução, o primeiro capítulo, cujo nome é “el derecho a tener derechos”, serve para definir mais claramente seu objeto de estudo, sua questão e seus objetivos. O mais interessante é que a primeira parte é dedicada exatamente às causas da rebelião, apontando seu posicionamento frente ao debate. Fazendo uso de estudos de vários pesquisadores que trataram do tema, reúne um conjunto de fatores que explicariam o levante: o primeiro conjunto reúne “a crise ecológica, a carência de terras produtivas, o esgotamento de fontes de renda não agrícolas, a reorganização política e religiosa das comunidades indígenas desde a década de 1960 e a rearticulação das identidades étnicas com os discursos políticos emancipatórios”; o segundo conjunto, é a desintegração da sociedade rural, atingida pela crise econômica e as reformas neoliberais, como as mudanças constitucionais relativas à reforma

agrária, assim como a assinatura do TLC, que exacerbaram os antigos problemas de desigual distribuição de terras e pobreza rural (HARVEY, 2000, p.31).

Além disso, argumenta que os comunicados zapatistas de 1994 e 1995 confirmam essas análises, em que os principais pontos sobre os quais o levante se desenvolveria seria em torno da questão da propriedade da terra, dos direitos indígenas e a democratização. Desse modo, verifica-se um posicionamento de defesa ao movimento em torno destas demandas, e inclusive exporá e criticará um conjunto de interpretações que negavam que as causas da rebelião estivessem ligadas a problemas de cunho social.

Dentre essas interpretações, estão aquelas que, como dissemos, colocavam a causa da rebelião a agentes políticos externos (especialmente militantes de esquerda marxista), que desde a década de 70 atuavam em Chiapas e manipulavam os indígenas para seus próprios fins. Dentre os autores citados, aponta para Arturo Warman, funcionário do governo que, se bem reconhecia a existência de pobreza e injustiça social, afirmava que a situação estaria melhorando, o que não justificaria qualquer ação armada. Ainda, dá maior destaque à interpretação de Carlos Tello, em “La Rebelión de las Cañadas”, que se propôs colocar ao descoberto as origens e a identidade dos personagens do EZLN – ao se referir a este trabalho, Harvey (2000) faz duras críticas, apontando a coincidência deste trabalho com o informe fornecido pelo governo federal sobre a identidade dos supostos líderes do movimento, numa atmosfera de reconciliação com os investidores estrangeiros receosos com os acontecimentos e a instabilidade em Chiapas. Ao mesmo tempo, põe em questão a veracidade das fontes, em especial sobre os pontos principais, também questionando a capacidade de fazer uma história tão complexa a partir de tão pouco material, como algumas revistas do ano de 1994.

Harvey (2000, p.33) também apresenta um conjunto de autores que se centraram na validade e oportunidade do novo zapatismo, como a de Carlos Fuentes, que a considerava como a “primeira revolução pós-moderna”, ou Jorge Castañeda, que considerou os zapatistas como expressão de decadência da esquerda tradicional, chamando-os de “reformistas armados”. Já outros destacavam o fato de que o EZLN não objetivava tomar o poder, e muitos outros acadêmicos também celebraram as características pós-modernas do levantamento, em especial a ruptura com antigas formas de organização e estratégia, além do uso eficaz de alternativos meios de comunicação e informação massivos. Contudo, Harvey aponta certos limites nestas interpretações:

Pero aunque estos análisis son útiles para explorar las causas y posibles significados de la rebelión, creo que se ha dado insuficiente atención a la complejidad de las relaciones entre las estructuras y los actores sociales. Si bien es cierto que las reformas neoliberales han alterado los modos anteriores de acumulación de capital y el orden social previo, no puede deducirse su impacto preciso a partir de su lógica interna, así como los intereses de los zapatistas no son reductibles a una esencia determinada, ni a su simple manipulación por empresarios políticos. En vez de ello, necesitamos prestar mucho más atención a los procesos interactivos de formación de la identidad, organización política y combate con el Estado (HARVEY, 2000, p.33-34).

Nesse sentido, reafirma a necessidade de um estudo que aborde a interação entre os atores políticos, dadas as oportunidades políticas, com as estruturas de mobilização e os marcos culturais. No entanto, deixa claro que é preciso ir além desta proposta metodológica: o livro não busca apontar os fatores que facilitam ou limitam a mobilização popular em México, senão: “como crean los grupos oprimidos espacios no solo para combatir sus condiciones materiales, sino los discursos políticos y culturales que reproducen su subordinación?” (HARVEY, 2000, p.34). Com isto, o autor mostra que o estudo se realiza sobre as interações entre atores e estruturas, mas fixa a atenção num problema mais “profundo” e “antigo”. Trata-se de olhar para as condições de exercício de uma autêntica cidadania, no qual a rebelião de Chiapas seria um rompimento com a “cidadania corporativista” do Estado mexicano, criando a possibilidade de uma concepção mais radical da cidadania e da democracia. E define seu objetivo: “Por lo tanto, mi objetivo en este libro no es explicar una cadena causal de acontecimientos que conducen a un resultado predeterminado, sino, por el contrario, hacer hincapié en la construcción política de la ciudadanía a partir de los fragmentos de múltiples luchas contra la opresión” (HARVEY, 2000, p. 34-35)<sup>67</sup>.

Nos capítulos 2 ao 7, o autor exporá os elementos necessários para discutir seu problema, com destaque para a luta camponesa e indígena em Chiapas, na perspectiva acima assinalada. O segundo capítulo é uma tentativa de apresentar, de maneira resumida, como se desenvolveram as relações em Chiapas desde a colônia até os anos 1960, abordando a ideia de comunidade não de uma maneira essencialista, senão a partir das mudanças que a mesma tem sofrido, especialmente com os novos significados conferidos pela colonização da Selva Lacandona e a participação da diocese de San Cristóbal de Las Casas<sup>68</sup>. O importante para nós

<sup>67</sup> No resto deste primeiro capítulo, o autor realizará um longo debate teórico sobre a natureza dos movimentos populares, a novidade dos novos movimentos sociais e seu significado, assim como a construção da cidadania e dos direitos humanos por tais movimentos, definindo melhor suas posições e o estudo a seguir. Apesar da sua importância, não temos como tratá-lo em detalhes, dado o escopo e objetivo do nosso trabalho.

<sup>68</sup> Este período do capítulo 2 é trabalhado na nossa monografia, no capítulo 1, portanto não nos estenderemos aqui.

é como, ao final do capítulo, apresenta o cenário político para os camponeses e indígenas nas décadas de 1950 e 60 (ou seja, na constituição do Estado mexicano pós-revolucionário), nas distintas regiões de Chiapas, sendo o ponto de partida para autor apresentar as novas organizações políticas que surgirão no estado.

No caso da região de Los Altos, a presença do Estado era muito mais forte, e neste período, as comunidades da região passaram pelo processo de institucionalização das mesmas – seja por meio da CNC, seja pelo INI, com o controle político do PRI –, através do funcionamento das relações clientelistas (mediada pelos caciques) desse novo Estado. Ainda, aqueles que se opusessem a este “sistema” eram duramente castigados, incluindo a expulsão pela força, acusados de ser “inimigos da tradição” (o que se verificou a partir dos 70) (HARVEY, 2000, p.74-77). As outras regiões, entretanto, tiveram sorte distinta. No caso de Simojovel e Venustiano Carranza, a efetivação de parte das demandas pelo reparto de terras renovou a organização social e política das comunidades, fazendo surgir lideranças que fugiam do controle estatal (a despeito de também se fazer presente). Isso não eliminou os conflitos entre a parcela governista e a autônoma, o que permanecerá nas seguintes décadas.

Por outra parte, a Selva Lacandona era uma “válvula de escape” para os problemas das outras regiões: a escassez de terra e empregos em outros locais, assim como liberação da “peonagem” e as pressões do sistema político autoritário incentivavam a muitos dos camponeses a colonizar a Selva. Aqui, a presença do Estado era muito menor, o que leva Harvey a argumentar que “Este factor es importante para comprender que los Orígenes del EZLN están arraigados en las formas sociales más que en formas institucionales de organización de la comunidad (HARVEY, 2000, p.81). Neste cenário, a Selva se converte num espaço de “remodelação” da ideia de comunidade, onde ganha espaço uma nova identidade forjada pelos migrantes que buscavam reconstruir suas vidas longe da exploração do latifúndio e opressão do Estado.

O capítulo três, assim, busca esmiuçar como na Selva Lacandona se gestava uma nova forma de organização política que não apenas buscava representar os interesses camponeses, mas que também negava a manipulação e o autoritarismo de líderes e caciques. Para isto, foi importante a participação de novos atores: o trabalho pastoral, de estudantes e de organizações nacionais.

Em primeiro lugar, é citado o papel da igreja católica – ou melhor, da diocese de San Cristóbal, liderada pelo bispo Samuel Ruiz – como ativa no processo de remodelação das comunidades na Selva, assim como no apoio da organização política dos indígenas, com a

inspiração nos princípios da teologia da libertação. As ações pastorais visavam, inicialmente, à construção de cooperativas nas comunidades, realizando a releitura da bíblia como forma de reconstruir a vida no “êxodo”, sem, contudo, negar a importância das crenças. Além disso, para essa tarefa, foi indispensável à criação de uma rede de catequistas capazes de levar a “palavra de Deus” às comunidades, formando novas lideranças nas comunidades que se baseavam em valores menos caciquistas e mais comunitários e tradicionais (HARVEY, p.81-84 e p.88-94).

Ao mesmo tempo, é importante destacar que é nessa mesma época, pós-68, que terá lugar a vinda a Chiapas de vários estudantes e militantes de outras áreas do país, que inspirados pelas ideias maoístas da “linha de massas” (de trabalho de base com os camponeses) buscavam subverter qualquer ligação com os aparelhos de cooptação do Estado. Nesse sentido, iniciaram um trabalho organizativo junto às comunidades, cujos princípios eram o de organizações camponesas regionais, autônomas e descentralizadas em relação aos partidos políticos. A presença da igreja, com sua formação de quadros pastorais internas às comunidades, e de membros do movimento estudantil, foram elementos importantes para a constituição de lideranças e referências, ampliando a rede e capacidade organizativa dos mesmos (HARVEY, 2000, p.141-142).

Tais atores serão participantes ativos no ano de 1974, quando terá lugar o primeiro Congresso Nacional Indígena (CNI)<sup>69</sup>. O espaço foi interessante: além de preservar sua autonomia em relação ao PRI e ao governo, constituiu um momento de encontro, denúncia, reflexão, politização e organização dos indígenas do estado. A organização do CNI contou com a ajuda do bispo Samuel Ruiz (a pedido do governador), que fazendo uso das redes anteriormente tecidas permitiram trazer delegações indígenas de várias partes do estado, além de elaborar cursos de formação com destino ao congresso. Foram levantados problemas de muitas ordens, dentre as quais a inoperância da reforma agrária (tanto a expropriação de terras como a concessão de apoios e a viabilização dos mercados aos produtores), a falta de infraestrutura social nas áreas indígenas e a corrupção das autoridades (HARVEY, p.94-97).

Mas o resultado mais importante deste congresso foi que ele serviu de base para a construção de novas organizações que emergiriam a partir de então, formando-se três

---

<sup>69</sup> A ideia deste espaço, organizado pelo então governador Manuel Velasco Suarez (e no contexto de política “populista” do presidente em voga, Luis Echeverría), era celebrar o centenário do nascimento do Fray Bartolomé de las Casas, trazendo as lideranças indígenas da região ao raio de cooptação do governo. Contudo, o resultado não fora como o previsto, sendo base para a denúncia e reorganização camponesa.

importantes movimentos nos locais de maior tensão e conflito: na zona da selva; na região de Simojovel, norte dos Altos; e em Venustiano Carranza, no centro.

A primeira destas três se desenvolveu na selva por comunidades de migrantes tzeltales, formando três “Uniones de Ejidos” (UE) em 1976: “Quiptic Ta Lecubtesel”, em Ocosingo, “Tierra y Libertad” e “Lucha campesina”, em Las Margaritas. Eram independentes às organizações priistas, apenas compostas por muitos participantes do congresso, além da influência de catequistas e de um grupo de maoístas chamados de “Línea Proletária” (LP). Em 1980, ainda, junto a pequenos produtores da Selva e algumas localidades de Los Altos, formaram a “Unión de Uniones Ejidales” e grupos campesinos solidários de Chiapas (UU), com aproximadamente 150 comunidades em 11 municípios. Entretanto, a partir da década de 80, tratou-se de uma organização cuja luta esteve mais envolvida com os problemas econômicos e materiais mais latentes e imediatas, como a obtenção de créditos, canais de comercialização e assistência, levando a uma estratégia de negociação com o Estado (e não tanto da luta por terras), o que gerou conflitos e rachas internos posteriores.

O segundo frente organizativo corresponde à região cafeeira do norte de Los Altos de Chiapas, com destaque para os municípios de Simojovel, Huitiupán, Sabanilla e El Bosque, e diferente da organização anterior, esteve mais vinculada à luta pela terra e de defesa dos trabalhadores “acasillados”. Nesta região, tinham-se estabelecido 25 Ejidos no período 1934-59, mas a terra fornecida era de baixa qualidade. Somado a isto, a década de 70 denota, como afirmamos, um processo de sobrepopulação e de esgotamento da fertilidade do solo, além do fato de que trata-se de uma região com alta população de peões “acasillados” que trabalhavam nas lavouras e demandavam terra. Dado o descaso da CNC para com os interesses dos camponeses e trabalhadores, iniciam-se em 1975/76 ondas de invasões de terras, que foram duramente reprimidas tanto pelo exército como por milícias de latifundiários. Ainda, é nessa época que se forma um comitê central de sete Ejidos, cuja estratégia estava pautada pela ação direta – invasões de terra. Para 1977, já contavam com 37 Ejidos da região, e nos anos seguintes, o comitê se filia à Central Independente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC), cujo fim era estabelecer um sindicato de trabalhadores agrícolas. Assim, em 1980 se estabeleceu o sindicato, que reuniu trabalhadores de 20 fazendas e abriu passo para uma série de greves na região.

Com muitas dificuldades a CIOAC obteve seu registro legal, uma vez que o governo, via CNC, buscavam limitar o poder da nova Central na área, seja organizando o sindicato governista “Solidaridad” ligado à CNC, seja reprimindo o movimento – mesmo após obter

registro legal, em 1983. Após esta data, a CIOAC ampliou seu raio de atuação para outros locais de Chiapas, constituiu uma união de crédito e estabeleceu articulações com alguns partidos de esquerda, participando de diversas marchas e lutas. Ainda, cabe-se ressaltar que esta organização centrava sua luta pelo reconhecimento do direito trabalhista e pela terra, tendo destaque na organização no âmbito sindical (HARVEY, 2000).

O terceiro caso de organização camponesa independente, com pessoas que também estiveram presentes na CNI, corresponde à luta pela terra em Venustiano Carranza<sup>70</sup>. Trata-se de um local com tradição de luta, que na década de 70 presenciou a intensificação da mesma por conta da falta de atuação dos organismos de execução de reforma agrária e pelos impactos provocados pelas hidrelétricas construídas na área. O movimento organizado teve origem em “la Casa del Pueblo”, local onde ocorriam reuniões dos camponeses da área que tinham direito à terra, atuando por meio ações diretas. No entanto, no ano de 1975 um de seus líderes, Martinez Villatoro, foi assassinado, numa escalada repressiva que levou, inclusive, à tomada da Casa del Pueblo pelo exército e à prisão de várias lideranças, em 1976. Isto provocou temor de alguns membros, que acabaram por aceitar a ajuda do governo e sua tutela (incluindo alguns supostos membros policiais infiltrados). Estos, chamados pelos independentes por “Coras”, uniram-se à CNC e foram reconhecidos pela Secretaria da Reforma Agrária, enquanto os restantes do movimento buscaram fazer frente à estratégia governamental (de divisão do movimento) realizando alianças e articulações como outros movimentos de Chiapas.

Em 1979, ainda, alguns membros da Casa del Pueblo participaram do congresso de fundação da Coordinadora Nacional Plan de Ayala (CNPA), frente composta por diversos movimentos camponeses independentes do México. Realizaram articulações com comunidades de outros municípios, como Simojovel e Las Margaritas, com o objetivo de formar a Coordinadora a nível estadual, tendo adotado em 1982 o nome de Organización Campesina Emiliano Zapata (OCEZ), juntando comunidades e ejidos de todas as regiões do estado e apresentando-se durante a década como combativa e independente. Sua estratégia, a diferença da CIOAC e das uniões de Ejido na selva, tem sido de autonomia econômica e independência política, de mobilização e negociação, formando “cooperativas alimentarias y de transporte, ha organizado protestar y marchas y ha negociado con las dependencias del gobierno la provision de servicios, justicia y tierra”.

---

<sup>70</sup> Para uma explicação mais detalhada dos personagens e conflitos, ver Harvey (2000).

Contudo, a OCEZ também apresentou divisões internas, ocorrida em 1988 por conta de problemas de alianças e democracia interna, tendo como protagonista a Arturo Albores, grande líder histórico do movimento que foi denunciado por membros internos por “caudilhismo”, enquanto que este apontava para a existência de membros infiltrados no movimento.

O capítulo 6, ainda, apresenta como a década de 80 denota um novo panorama para essas novas organizações, com implicações problemáticas: o estado de Chiapas passou a ocupar maior interesse e preocupação do governo federal, interessado em reforçar o controle da fronteira sul (dada a migração guatemalteca derivada da repressão do governo de Rios Montt) e resolver a crescente crise agrária, aplicando novos planos e projetos. Contudo, a via de resolução se deu de maneira mais autoritária e repressiva. Em primeiro lugar, foi colocado como governador de Chiapas um militar, Absalón Castellanos Domínguez, também representante da elite local, que desde sua campanha insistia que não faria mais repartição agrária. Assim, além de fechar as portas da reforma agrária, fazia um dos governos mais repressivos da história, ampliando a presença militar em zonas de conflito agrário, perseguindo e encarcerando lideranças políticas. Por outro lado, por meio do “Plan Chiapas”, o governo federal ampliava sua presença visando uma maior integração do estado ao país e uma “melhora das condições sociais”<sup>71</sup>. Ainda, o principal objetivo do plano versava na segurança fronteiriça e integração regional, além de garantir a colonização da Selva para a penetração de novos investimentos na área e maior militarização (HARVEY, 2000, p.161-166).

Para 1983, a reforma agrária tinha voltado à agenda política. Mas o novo plano para a questão agrária (o Plano de Reabilitação agrária, PRA), aprovado pelo governador, objetivava a defesa do setor proprietário: o de compra de terras para concessão a camponeses; ou o beneficiamento dos próprios latifundiários que inventavam ocupações para reclamá-las. Além disso, era tremenda a corrupção institucional que beneficiava burocratas e latifundiários, ao mesmo tempo em que o governador auxiliou os proprietários ao conceder “certificados de inafectabilidad” que impediam a expropriação aos portadores (HARVEY, 2000, p.166-168).

O aumento da repressão e das dificuldades na obtenção de terras geraram problemas, conflitos e rachas internos nas organizações acima apresentadas. Enquanto a OCEZ e a CIOAC permaneciam na estratégia de autonomia em relação ao Estado, as uniões ejidais na

---

<sup>71</sup> Trecho extraído do próprio relatório do governo federal, citação de Harvey (2000).

Selva sofreram desgastes e separações e, inclusive, um setor (como a UE Quiptic, que junto com outras passou a ser a ARIC-UU) decidiu por incorporar-se aos programas do governo. Segundo Harvey (2000), este racha nas filas das uniões ejidais será importante para a constituição do EZLN, posto que a saída de muitos membros das uniões anteriores, motivados pela crítica a estas organizações e a ineficácia das estratégias legais, encontrou espaço no EZLN. Esta nova organização, ainda, teria se iniciado com a chegada de um grupo de ativistas, ganhando o apoio das comunidades ao promover a opção armada. Nesse sentido, a principal atração teria sido a possibilidade de autodefesa das comunidades, nos marcos de uma crua repressão (do Estado, de organizações governistas ou dos latifundiários). Ou seja, o movimento não teria surgido como um foco guerrilheiro, e sim para defender as comunidades (HARVEY, 2000, p.176-180).

Por outra parte, o autor afirma – a partir dos relatos do próprio Marcos – que esses militantes externos foram forçados a se transformar para entender a palavra das comunidades, ser mais abertos e pacientes, acompanhando o próprio ritmo da população local. O que também se verificou nas formas de organização política, mudando as doutrinas da esquerda tradicional para construir um modelo político popular e democrático. Assim, Harvey destaca isto, argumentando que é um elemento importante para demonstrar não só a novidade do EZLN na história da esquerda mexicana, como também desafia a compreensão das ideias políticas. “En vez de dar por sentado un solo punto de origen que puede ser descubierto mediante una buena labor detectivesca [...], el EZLN invita a un análisis más complejo, desde una perspectiva cultural más sensible, multilineal” (HARVEY, 2000, p.179).

Estas afirmações são importantes porque nos ajudam a entender não só as causas do surgimento, como também a natureza do EZLN – que reside na diversidade de concepções sobre o mundo e sobre a forma de lutar, resultado da fusão das visões da esquerda tradicional de militantes externos com as tradições comunitárias dos povos indígenas de Chiapas. Entretanto, devemos lembrar que o material utilizado pelo autor para realizar estas afirmações são os próprios relatos do subcomandante Marcos – ou seja, trata-se da versão dos zapatistas sobre a formação do movimento. Nesse sentido, é preciso ponderar bastante essas afirmações, pois embora não queiramos considerar que se trata de uma tentativa de “maquiar” a sua verdadeira história, é possível que o EZLN se apresente com um discurso de aparência democrática, no sentido de garantir sua legitimidade no cenário político.

O capítulo 7, ainda, aborda o período do governo Salinas de Gortari (1988-1994) que, como já mostramos, chegou ao poder por meio de uma suposta fraude, que garantiu a vitória

sobre a frente democrático-popular. Harvey (2000), contudo, vai destacar o que este novo governo representou do ponto de vista econômico, jurídico e político (nos marcos da crise econômica mexicana dos 80), cuja série de reformas neoliberais implicou em tensões sobre os movimentos (que, além disso, vinham sofrendo rachas e crises internas). No entanto, se estas organizações sofriam cada vez mais, surge uma alternativa que viria de parte do EZLN.

O conjunto de mudanças apontadas pelo autor é amplo. Em primeiro lugar, embora a relação entre os camponeses e o Estado se modificava, manteve-se a tradicional repressão, com assassinatos de importantes lideranças, assim como contra marchas e protestas (e incluía ataques à igreja católica)<sup>72</sup>. Em segundo lugar, e mais importante, foram realizadas as reformas rurais em Chiapas: a abertura comercial provocou estragos para os produtores nos três principais itens de produção de Chiapas – milho, café e gado – ao mesmo tempo em que a diminuição do apoio técnico e financeiro, a privatização das agências governamentais e o aumento no preço dos insumos, pioraram as condições de produção. O setor cafeeiro sofria reestruturação e fortes impactos pela queda brusca dos preços a nível internacional; o milho, ainda, não conseguia competir com a produtividade de outros países, em particular com o parceiro comercial mais próximo, os EUA (cujo laço foi reforçado com o tratado de livre comércio) (HARVEY, 2000, p.183-194). A estas mudanças se somou o programa “Solidaridad”, que teve como principal foco o estado de Chiapas e buscava reparar a pobreza e exclusão da população. No entanto, tornou-se mais um mecanismo de controle político, posto que a aplicação dos fundos era controlada pelos chefes políticos locais (os caciques) e beneficiava principalmente os aliados do PRI e da CNC (HARVEY, 2000, p.194-197).

Junto a estas reformas, teve lugar a reforma ejidal, isto é, a modificação do artigo 27 constitucional em 1991/92, com terríveis impactos sobre os camponeses. As mudanças implicariam a possibilidade de mercantilização das terras ejidais, a concentração de terras, a entrada de capitais estrangeiros no campo e o fechamento à solicitação de repartição de terras por parte dos camponeses. Era um duro golpe político sobre os camponeses e suas organizações, e atacava suas mínimas garantias de sobrevivência a través da posse da terra. A isto se somou a crise na Selva Lacandona, onde a falta de assistência técnica, o impacto da

---

<sup>72</sup> É importante citar a fundação, em 1989, por iniciativa de Samuel Ruiz, do FRAYBA (Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas), organização civil cujo papel era trabalhar “por la defensa y promoción de los Derechos Humanos, especialmente de los Pueblos y comunidades indígenas en el estado de Chiapas, México” (Extraído de [http://www.frayba.org.mx/sobre\\_nosotros.php](http://www.frayba.org.mx/sobre_nosotros.php) [visualizado em 10/12/2014]). Até hoje desempenha um papel importante na defesa dos direitos humanos na região, inclusive assessorando e defendendo as comunidades zapatistas.

expansão pecuária, a impossibilidade de obter terras e o brusco aumento populacional provocaram desesperação e disputa entre as famílias da região (HARVEY, 2000, p.197-202).

As marchas e protestos continuaram, principalmente contra a reforma constitucional, e é nesse contexto explosivo que se dão os preparativos para a rebelião, com o surgimento do EZLN nas regiões da Selva e Altos. Segundo Harvey (2000, p.205), no fim de 1989 “su rostro público era conocido como Alianza Campesina Independiente Emiliano Zapata (ACIEZ)”. Logo, incorporou o nome de nacional (ANCIEZ), embora sua base principal estivesse localizada em Chiapas, estendendo suas bases de apoio sobre vários municípios<sup>73</sup>. Assim, entre 1989 e 1992, o movimento ganhou muitos adeptos, especialmente nas áreas onde havia a hegemonia da ARIC-UU. Ainda, as reformas teriam sido o detonador da luta armada, sendo os mandos militares do EZLN informados da decisão pelas comunidades. Aqui há um ponto interessante e culminante: segundo o relato de Marcos, teria sido feita uma consulta entre as comunidades (em 1992), que a despeito do argumento dos mandos militares de que a conjuntura internacional era desfavorável (com a queda do bloco soviético), teriam decidido pela rebelião, subordinando os militares aos civis por meio do comitê clandestino revolucionário indígena – comandância general (CCRI), e delegando a Marcos a tarefa de organizar a rebelião (que terá lugar em 1994) (HARVEY, 2000, p.204-207). Contudo, novamente destacamos que se trata do relato dos próprios zapatistas, portanto, é preciso ponderar o discurso. A relevância dada para a subordinação dos mandos aos civis e a idéia da ampla consulta pode ser uma tentativa de não mostrar certos traços verticais do movimento, ou aparentar certa horizontalidade (assim como foi discutido na exposição de Gilly (1997)). Entretanto, a ausência de material nos obriga a manter-nos no plano das hipóteses.

O capítulo 8 é mais conclusivo, e faz parte dos apontamentos feitos no início do livro de Harvey, do impacto e rupturas provocadas pelo zapatismo, abrindo espaços para novas formas e frentes de luta:

El EZLN buscó, más allá de sus propias demandas económicas, la ampliación de las prácticas democráticas políticas, sociales y culturales en todas las esferas de la vida mexicana. Por lo tanto su fortaleza reside menos en sus propios recursos políticos y

---

<sup>73</sup> Os municípios destacados pelo autor são aqueles referentes à região dos Altos, Selva e Norte de Chiapas, como Ocosingo, Altamirano, San Cristóbal, Sabanilla, Salto de Água, El Bosque, Larráinzar, Chenalhó, Chanal, Huixtán, Oxchuc, Tila e Tumbalá. Nas áreas de Ocosingo, segundo Harvey, a falta de solução das demandas agrárias e econômicas colaborou para a radicalização dos membros da ANCIEZ e o apoio à luta armada. Também há um importante destaque, por parte do autor, da participação das mulheres, incentivadas a tomar espaços antes reservados aos homens (como estudar, trabalhar, organizar projetos coletivos, participar da luta). Isto teria sido fundamental para ampliar o apoio delas e reforçar a discussão do direito das mulheres.

militares que en los cambios que su presencia produjo en las interpretaciones culturales de democracia y ciudadanía. [...] La exclusión social de los pueblos indígenas de Chiapas fue considerada como la más flagrante violación de la ciudadanía, la negación del derecho humano más elemental: “el derecho a tener derechos”. [...] La rebelión había creado una apertura no sólo para el cambio democrático, sino también para la redefinición misma de democracia y ciudadanía en México.

La apertura zapatista afectó luchas en cuatro áreas principales: los derechos de los pueblos indígenas de México, la democratización del país, la reforma agraria en Chiapas y los derechos de las mujeres (HARVEY, 2000, p.209-210).

E já nas conclusões, Harvey vai resumir o que entende como os elementos fundamentais para entender o surgimento do EZLN:

Podemos considerar que las dislocaciones específicas que aparecieron en los años setenta y ochenta crearon las condiciones para el surgimiento de nuevos movimientos y, andando el tiempo, del EZLN. A saber: los límites impuestos a la redistribución de la tierra, el impacto de la modernización económica sobre la agricultura campesina (la pérdida de tierras a favor de presas hidroeléctricas, exploración petrolera, tala forestal y ganadería), los cambios dentro de la iglesia católica, la educación impartida por maestros y catequistas bilingües, el activismo de los estudiantes a consecuencia de 1968 y la gradual liberación, a nivel nacional, del sistema de partido único (HARVEY, 2000, p.234)

Assim, podemos dizer que um conjunto de fatores convergiu para o surgimento do EZLN, dentre os quais, destacamos as questões de cunho econômico – em especial o problema da terra, da produção, do trabalho e das condições sociais precárias, acentuadas pela crise econômica das últimas décadas – e político – com a crise do sistema político corporativo priísta, a repressão, as tensões políticas intracomunitárias, a presença de novos atores políticos na região e o surgimento de novas organizações políticas locais – que impactaram sobre a vida dos camponeses e indígenas de Chiapas. Ao mesmo tempo, o movimento zapatista se forma nesse processo e experiência coletiva dada pela conjuntura, manifestando a construção de outro tipo de organização cujas pautas vão além de oferecer respostas aos problemas materiais e luta pela terra – é a luta por novas formas de sociabilidade e organização política interna (mais horizontal), dando novos significados à idéia de democracia e cidadania.

Por outra parte, não é possível detalhar em que medida há o ingresso da população de Chiapas ao EZLN, a não ser estabelecendo a hipótese de que houve rupturas em outras organizações, enfraquecidas pela repressão, pela crise econômica, pelas políticas do Estado e frações internas, que levaram a optar pelo EZLN, tanto pela possibilidade de autodefesa como constituição autônoma e mais democrática. Os relatos zapatistas utilizados pelo autor para

reforçar sua tese ajudam a elucidar as relações entre o contexto e o levante, porém, deve-se lembrar de que é a versão dos próprios zapatistas.

2.3.3 – *A interpretação da crise do Sistema-Mundo e da História a contrapelo – Andrés Aubry, Carlos Aguirre Rojas.*

As últimas interpretações sobre o EZLN analisadas neste trabalho é a apresentada por Andrés Aubry e Carlos Aguirre Rojas. Estes autores, importantes defensores do projeto zapatista, elucidam o surgimento do EZLN destacando elementos diferentes, mas numa mesma perspectiva: por meio da centralidade do conceito de “sistema-mundo” de Immanuel Wallerstein<sup>74</sup>. Em poucas palavras, trata-se de entender a problemática de Chiapas tomando como unidade de análise não apenas essa entidade em si mesma, senão estudá-la como parte de um “sistema-mundo”, no qual as partes – nações, territórios, povos – se estruturam numa determinada hierarquia e cumprem papéis dentro de uma totalidade. Nesse sentido, Chiapas, embora preserve desde suas origens um relativo isolamento, cumpriria um papel de “periferia” dentro do sistema-mundo moderno, capitalista, incorporado a esta lógica a partir da colonização da América.

Para tais autores (e baseados em Wallerstein), o EZLN seria a expressão e resposta alternativa da “Crise” desse Sistema-mundo moderno, crise esta que teria como ponto fundamental os anos 60 do século XX, sendo evidenciado por um conjunto de transformações em torno de todas as esferas da vida social – crise econômica, mas também política (das suas formas e conteúdo), das relações sociais, da cultura, da religião, etc. –, em suma, numa redefinição civilizatória das formas de reprodução da vida no planeta. Segundo Wallerstein (1998), a crise sistêmica coloca a humanidade diante da transição para outro sistema de organização social, apresentando uma bifurcação histórica em torno de duas alternativas. O EZLN aparece, assim, como a alternativa dos “de baixo”, dos povos oprimidos e explorados que, surgido no seio de uma das periferias, constitui-se num dos principais movimentos de construção social dentro do conjunto de movimentos, os ditos movimentos “antissistêmicos”.

Ao mesmo tempo, realizar uma história crítica, que incorpore a visão “dos de baixo”, coloca o desafio de repensar a elaboração da narrativa. Além de entender a história a partir de várias temporalidades que se superpõem – assim como Fernand Braudel sugere ao apresentar os três níveis temporais (estrutura, conjuntura, vida material) –, os autores recolhem as proposições de Walter Benjamin em seus “escritos sobre a história”, buscando construir uma história que incorpore a versão dos “vencidos”, ofuscados pela “história oficial” dos

---

<sup>74</sup> Para entender o conceito de “sistema-mundo”, sugerimos a leitura da introdução do livro “O Sistema Mundial Moderno”, v.1, de Immanuel Wallerstein.

vencedores. Dessa forma, o compromisso em construir uma história em que o EZLN seja o protagonista leva estes autores a assumir a defesa do zapatismo e seu projeto civilizatório.

Devemos lembrar, ainda, que estes textos são recentes, quando o projeto autônomo zapatista já apresentava um avanço considerável – para 2003, já tinham sido criadas as Juntas de Bom Governo<sup>75</sup> (JBG) e se fortalece o governo autônomo, com a construção de alternativas (de produção, educação, saúde, trabalhos coletivos, etc.) já em andamento. É possível que a argumentação, assim, se coloque no sentido de entender esse projeto em curso como uma alternativa, destacando os pontos em que mostram essa ruptura entre o mundo capitalista e as potencialidades dessa nova sociabilidade em construção.

Andrés Aubry

Um dos autores a entrar no debate acerca da problemática atual chiapaneca é Andrés Aubry, que apresenta suas principais teses no livro “Chiapas a Contrapelo: uma agenda de trabalho para sua história em perspectiva sistêmica” (2005). Como o próprio nome do livro sugere (e como vínhamos adiantando na introdução desta seção), o autor parte de dois princípios básicos para ensaiar uma narrativa histórica de Chiapas e (para o nosso interesse) incluir o EZLN: a “perspectiva do sistema-mundo” e a “história a contrapelo”. Ainda, e como expõe no seu prólogo, “El propósito de este libro no es escribir otra historia de Chiapas, sino ofrecer un instrumento para trabajarla. [...] En este presente aterriza, o de él parte, en todos sus capítulos, esta Guía-Agenda para estudiar la historia de Chiapas”. Trata-se então de oferecer ao leitor elementos para que, sob outra ótica, possa analisar a problemática de Chiapas, mas sem deixar de considerar a própria opinião de Aubry neste livro<sup>76</sup>.

Para entender melhor o eixo central da exposição, e de que maneira o EZLN se encaixa na mesma, fazemos um breve exame das considerações do prólogo, introdução e

---

<sup>75</sup> Construídas em 2003, localizadas nos chamados “caracóis zapatistas” (sedes político-administrativas do EZLN), as JBG’s constituem uma das instâncias do governo autônomo, composto pelo conjunto de municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ) de cada região. Além de ser formada por representantes escolhidos pelos municípios autônomos, sua função básica (dentre muitas) é a de organizar e resolver as demandas regionais, constituindo também um local de relação com o exterior às regiões zapatistas.

<sup>76</sup> Sobre questões de método e ciência, sugerimos o texto “Otro modo de hacer ciencia. Miseria y rebeldía de las ciencias sociales”, deste próprio autor, presente no livro “*Luchas muy otras: Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*” (2011). Nele, além de reforçar sua perspectiva com base em Braudel e Wallerstein, é notável a argumentação de Aubry de que é impossível fazer ciência sem um compromisso e posicionamento em relação ao objeto estudado, ao mesmo tempo em que é necessário fazê-lo opinar ao próprio objeto, ou seja, inverter a relação “objeto-sujeito”.

conclusão, onde explicita e define seu enfoque e objetivos. Logo no prólogo (que é reforçado no início da introdução), Aubry deixa claro o eixo que estrutura sua narrativa:

¿Dónde está el hilo? Por inclinación o formación, creo que está en la larga duración, de tal forma que había que remontar a la Prehistoria y seguir hasta la efervescencia actual, que de repente, viene a ser noticia internacional cuando, hace solamente unas pocas décadas, Chiapas era conocido sólo por los chiapanecos y por los chiapanególogos.

Si uno no quiere contar la historia (...) sino escribir la historia (buscar su hilo conductor), esta preocupación lo lleva a recurrir a la perspectiva sistémica abierta por Wallerstein. La historia es una sucesión de sistemas sociales, de espacios y tiempos formados en el transcurso de largos procesos que nacen, crecen, se estabilizan, peligran, decaen en una crisis que genera una “bifurcación” de donde nace otro sistema (...). Es lo que se llama el cambio social, sin el cual no habría historia (...).

[...] las historias puntuales, o locales, o regionales, no son pedazos de un mosaico, sino partes interconectadas de un todo; también la historia de Chiapas, pese a su aislamiento, está atrapada en la red de otros espacios concatenados (AUBRY, 2005, p.10-11).

Neste trecho resumem-se algumas considerações importantes: primeiro, a necessidade de olhar a construção da história de Chiapas a partir de diversas temporalidades, resgatando elementos da longa duração, mas também destacando o caráter presente do interesse em seu estudo – um presente que levanta novas questões sobre os fatos do passado; segundo, que o olhar aborde a história de Chiapas dentro de uma espacialidade múltipla, onde a entidade se coloca em relação (de harmonia e conflito) com o resto das partes do sistema e onde a “unidade de análise” passa a ser o próprio sistema-mundo; terceiro, que os sistemas sociais têm um fim, abrindo-se uma “bifurcação” onde tem lugar a “transformação social”. Aubry (2005) afirma, ainda, que sendo Chiapas parte da “periferia” do atual sistema social histórico, é nestes locais onde esse colapso sistêmico se origina, ao mesmo tempo em que, no seu seio, apresenta a construção de novos sistemas (AUBRY, 2005, p.11). Embora não cite o EZLN, é a este que se refere quando destaca os “gritos da periferia” (com seus “Ya basta!”<sup>77</sup>) que reclamam por uma transformação social. Portanto, o surgimento do EZLN se explica como expressão da crise do sistema-mundo moderno e a construção de um novo sistema histórico, onde o EZLN se torna protagonista.

Por outra parte, o autor justifica a tentativa de fazer uma releitura da história de Chiapas com base em três fatores, analisados com detalhe na introdução (de título “Chiapas y sus problemas con la historia”). O primeiro refere-se à existência e abertura de fontes e

<sup>77</sup> Consigna zapatista presente na Primeira Declaração da Selva Lacandona, na insurreição de 1994. Assim, fica claro que se refere ao EZLN.

documentos novos. A segunda trata das novas problemáticas suscitadas pelas transformações recentes de Chiapas, que fizeram os olhares de México (e do mundo) se voltar para este local – em poucos anos, presenciou-se a irrupção de novos recursos (petróleo, barragens, riquezas bióticas), além de um conjunto de fatos importantes (o congresso indígena de 1974, a militarização de Chiapas, o surgimento de vários movimentos camponeses, o zapatismo em 1994); com isso, surgem novas perguntas e olhares sobre os fatos do passado. E o terceiro, que esse novo olhar se faz sobre os desafios do presente, que obriga o pesquisador a ter um compromisso ético com o objeto de investigação – ou seja, olhar para o momento histórico com responsabilidade (AUBRY, 2005, p.14-19).

É através desses fatores, e principalmente do terceiro, que notamos o compromisso de Aubry em construir uma história a serviço das lutas sociais antissistêmicas – sem deixar de lado a objetividade de sua pesquisa –, definindo sua posição em favor das “vítimas do sistema” que são, logo, “atores da transformação”, e onde o EZLN certamente tem um lugar.

A conclusão do livro confirma estas proposições, e apresenta em forma analítica como foi realizada a exposição dos capítulos do livro. O capítulo 2, “La Geografía: historia material de Chiapas en el planeta como sistema”, busca explicar a história geológica, climática e biológica desta entidade, para pensar como esta região ocupa uma posição estratégica mundial na atualidade que é fonte de conflitos sistêmicos. Nesse sentido, é um local com grande riqueza biótica, visada por monopólios transnacionais para extrair e explorar seus recursos, além de situar-se num local de importância geoestratégica do ponto de vista econômico e político. A manutenção desta região como uma periferia sem soberania – adequada à lógica de exploração capitalista – certamente gera tensões contra o centro, que se agravam em momentos de crise sistêmica (AUBRY, 2005, p.196-197).

A maior parte dos capítulos, ainda, vai tentar trabalhar a ideia de que “Chiapas tem vários passados”, procurando “focar no sujeito histórico do devir de Chiapas”. Assim, nos capítulos 3 e 4, são destacados os sistemas sociais pretéritos, tanto os pré-capitalistas como os pré-hispânicos, que animados por outra lógica, também estão inscritos na história dos povos de Chiapas. O detalhe maior, entretanto, virá para narrativa do período que se inicia na Conquista, momento de formação do moderno sistema mundo (em parte, pelo fato de que as fontes já são maiores). O interessante nesta seção é que percebemos um constante olhar para o outro eixo que estrutura a narrativa – o suposto “sujeito histórico”. Como afirma Aubry (2005, p.200), “En el moderno sistema-mundo, la dignidad del sujeto histórico se refugia en *rebeliones* que fracasan, luego en *insurgencias* que triunfan, pero el orden sistémico cooptó al

nuevo Estado que surgió de ellas”. É construída pelo autor, assim, uma história de luta e resistência dos povos indígenas de Chiapas, mas sem perder de vista o entendimento de que as mesmas, ao longo do tempo – na conquista, colônia, independência, reforma, revolução – ocorreram dentro da lógica do sistema-mundo capitalista e, portanto, não conseguiram (ou não podiam, melhor dizendo) superar os limites desse sistema ou, inclusive, o reforçava.

Temos aqui um entendimento distinto sobre o que sejam as lutas sociais:

Las rebeliones son un despertar y una toma colectiva de conciencia de la injusticia por parte de la clase oprimida (...). Por heroicas que fuesen todas fracasaron. Después de ellas, todo continuó, nada cambió, al contrario, la opresión apretó más sus tuercas. [...]  
 Madurando la resistencia, las insurgencias atravesaron las clases [...]. Pero después de las insurgencias, por el contrario, nada quedó como antes, ni en la mente de la gente ni en las aspiraciones de la sociedad. La rebelión era clasista, la insurgencia es ciudadana. [...] Las rebeliones clasistas revelaron las contradicciones de nuestra historia, las insurgencias de la sociedad son la construcción de nuestra historia.  
 Sin embargo, las tres insurgencias mencionadas quedaron muy acá, sin poder llegar a donde tenían que llegar; consiguieron mucho más que las rebeliones pero sin alcanzar la meta. *Querían otro país, pero tuvieron que conformarse con otro Estado.*  
 La revolución en Chiapas es el ejemplo más enfático: se conquistó al Estado para que no mandaran los insurgentes; el cambio de gobierno no cambió la sociedad (AUBRY, 2005, p.201-202).

Nesse sentido, o EZLN só poderia surgir na atualidade – num momento de crise sistêmica. As tentativas de transformação ao longo da história ficavam circunscritas a esse sistema, e nem mesmo a revolução mexicana foi capaz de ensejar outra sociedade (não capitalista). Contudo, nos parece um pouco exagerado esse tratamento às lutas pretéritas. O fato de construir a história *a posteriori* permite ao autor criar a narrativa conhecendo o presente, o que se pode incorrer em certa teleologia – obrigar os fatos a dizer que só agora existe uma crise sistêmica e a construção de uma alternativa, cujo protagonista é o EZLN. No entanto, será que naquele tempo histórico não havia a possibilidade de uma transformação radical? E a Revolução Mexicana cumpriu um papel apenas de reação, sem ensejar novas dinâmicas positivas?

Por outra parte, ao falar em seguida de “El presente de Chiapas”, Aubry admite que estas lutas são importantes pois se acumulam ao longo do tempo e retornam nos momentos de crise sistêmica, explicitando a construção do sujeito histórico. E é nesse presente que se explicita, onde a atual crise – ensejada nas últimas décadas do século XX – coloca a sociedade numa bifurcação, ou seja, de eleição de uma alternativa civilizatória por parte desse sujeito histórico.

Estos tiempos terribles y militarizados dibujan una crisis. Nada funciona, porque nada puede funcionar como antes; esta crisis no se parece a las muchas en que la pericia del sistema supo sortearlas, ya tiene visos de estar en fase terminal. [...] Pero esta crisis tiene características cualitativas diferentes: se anuncia un difícil tiempo de transición.

[...] si el análisis esta correcto, estaríamos al borde de una nueva *bifurcación*.

[...] Este momento fugaz e irrepitable solicita la responsabilidad y el compromiso, porque es el de la elección (...) que normará otro orden mundial, aquel del cambio social. En la dinámica interna de los sistemas históricos, sólo este cambio – posibilidad abierta por la bifurcación – cambiará Chiapas (AUBRY, 2005, p.202-203).

E é neste cenário que ganharia espaço o EZLN, cuja importância é a de encaminhar, dentro das condições que propiciam essa “bifurcação mundial”, outro sistema histórico, não desde as cúpulas, senão a partir de baixo. Aubry reconhece que o destino das partes (interconectadas ao sistema, como Chiapas), depende do destino do todo, porém aponta que é nas periferias do sistema que se verificam as novas alternativas antissistêmicas (quer dizer, “desde abajo”) – como, por exemplo, a do EZLN (AUBRY, 2005, p.203-205).

Por outro lado, é preciso ponderar estas afirmações de Aubry. Em sua exposição, nos parece muito convicto ao afirmar que há uma situação de crise sistêmica, onde se definiria a sorte da civilização e a necessidade de escolher entre duas alternativas. Sem querer entrar no extenso debate sobre se existe uma crise ou não, e qual caráter da mesma, em que medida há alternativas? O EZLN se coloca como uma alternativa antissistêmica? Mas qual o seu alcance, isto é, a capacidade de influenciar desde uma parte (aparentemente tão local, isolada e pequena) o “todo”, levando à construção de outro sistema histórico?

Ainda assim, reconhecemos que há um conjunto de acontecimentos que podem sugerir a existência de profundas transformações no mundo, portanto, pode-se entender que é sob o pano de fundo de crise sistêmica que surge o EZLN. Ainda, buscaremos no texto de Aubry elementos que expliquem com mais detalhes o surgimento do zapatismo, não apenas como resposta a essa crise, mas também em sua possibilidade alternativa antissistêmica, delineando os elementos conjunturais importantes para esta labor.

É no capítulo 10, “El siglo XX”, que são apresentados tais elementos. Iniciando sua exposição em 1940, ou seja, no pós-revolução mexicana, Aubry resume o panorama geral da época, herdado do período anterior: a manutenção do poder pela elite chiapaneca (os “Mapaches”); a continuação do latifúndio como núcleo do poder e da extrema exploração do trabalho nas formas de peonagem (que só teve fim nos anos 80); o indigenismo, uma doutrina

surgida neste período como busca por integração dos indígenas à nação, mas cuja instituição, o INI, se constituiu num mecanismo de cooptação e articulação Estado-caciques; o permanente estado de repressão, arrefecido nos anos 60 e 70 como política de “Guerra Sucia”<sup>78</sup> (AUBRY, 2005, p.160-169). No entanto, como adiantamos, foi a partir de 68 que um conjunto de mutações colocou a Chiapas dentro de um novo quadro – mutação nas coordenadas econômicas, sociais, demográficas e religiosas e, logo, políticas. “En cuanto esta nueva realidad material se impone, la nueva conciencia colectiva nacida en 1968 suscita procesos nacionales hasta entonces sofocados, que bruscamente transforman del todo la vida social de Chiapas” (AUBRY, 2005, p.169).

O interessante nesta seção é que a exposição do autor, além de construída em torno da perspectiva “sistêmica” e buscando o protagonismo “dos de baixo”, apresenta uma divisão metodológica, primeiro revelando a questão “material-objetiva” e, logo, a “subjetiva de conscientização”, lembrando as análises ditas marxistas. Entretanto, é enfático ao dizer que ambas têm que ser entendidas como um fenômeno global, sendo a divisão apenas didática.

Assim, concentra-se primeiro nos elementos da conjuntura econômica, destacando os fatos mais importantes em cada década. Nos anos 70, os fatos importantes estão relacionados à promoção de um conjunto de novas mega projetos em Chiapas, buscando explorar as riquezas naturais locais. Procedeu-se à construção de uma refinaria de petróleo e poços de extração, enquanto que foram construídas novas barragens para produção energética<sup>79</sup>. O impacto disto foi sensível: muitos habitantes foram expulsos das suas comunidades por conta dos projetos, especialmente ao alagar grandes regiões para a construção de barragens, eliminando áreas agriculturáveis e obrigando as pessoas a migrarem para outros locais, como a Selva Lacandona (AUBRY, 2005, p.170-172).

Todavia, a década de 80 será mais dura para os indígenas – considerada a “década perdida”<sup>80</sup>, a crise econômica mexicana terá impacto sobre todas as atividades produtivas de Chiapas, além da diminuição do investimento e do apoio governamental às atividades do

---

<sup>78</sup> O termo “Guerra Sucia” tem sido atribuído à aplicação sistemática de uma política repressiva do Estado contra a população mexicana, principalmente contra os opositores do regime (mesmo sem a instauração de uma ditadura), desde os anos 60, que incluem assassinatos, desaparecimentos, torturas, além do recente desenvolvimento do paramilitarismo, entre outros, o que ainda marca a brutal vida social e política mexicana. (Como o episódio recente, de Ayotzinapa).

<sup>79</sup> Trata-se das quatro barragens apontadas no capítulo 1.

<sup>80</sup> Chama-se década perdida pelas consequências ensejadas pela “crise da dívida” de 1982 e as políticas adotadas para superá-la – de ajuste econômico – com impactos negativos sobre o crescimento, investimentos, salários, corte de gastos públicos, etc., ampliando os problemas sociais do país. É o início da aplicação de políticas de corte restritivo neoliberal.

campo, o que gerou graves problemas sociais. A isto se soma um novo evento: a migração massiva de guatemaltecos que fugiam da repressão no seu país, gerando impacto demográfico sobre a Selva, ao mesmo tempo em que os latifundiários – agora convertidos em pecuaristas, pelas dificuldades de conseguir trabalhadores (dado que muitos deixaram a peonagem para trabalhar nas novas atividades extrativas) – preferiam contratar a preços menores os guatemaltecos. Nesse cenário de limites à migração na Selva e dificuldade em obter emprego, a situação social se mostrava difícil. O que leva a uma década de 90 onde se consuma a mutação: Chiapas revelava condições sociais explosivas derivadas da aplicação de políticas neoliberais, manifestado em atos que antecipavam levante de 1994 – em 1992, nos “500 anos do descobrimento de América”, 10 mil indígenas derrubaram a estátua de Diego de Mazariegos<sup>81</sup> num ato em San Cristóbal (AUBRY, 2005, p.172-176).

Por outra parte, Aubry (2005) vai elencar um conjunto de processos sociais ensejados nas últimas décadas, que se em parte eram produto das condições materiais ditas acima, também se incorporam à lógica de crise sistêmica iniciada em 68. O primeiro processo apresentado pelo autor é o da forte presença e protagonismo da sociedade civil mexicana, que nessas décadas se organizou de forma autônoma para resolver suas demandas (e inclusive obrigar o Estado a cumpri-las). Enquanto coloca exemplos de como isso se deu no México, também lembra a atuação de novos militantes urbanos na Selva Lacandona (que escapava da repressão de 68) para trabalhar com as comunidades, enquanto que se multiplicam as organizações camponesas em Chiapas ao longo das décadas de 70 e 80 (aqui, utilizando o livro de Harvey (2000) como referência para a formação de movimentos camponeses e indígenas). Neste espaço entendemos que Aubry (2005, p.178-179) dá grande importância a este processo como construtora de alternativas: “La sociedad civil no apunta al Estado sino a la sociedad, su agenda no es electoral sino lo cotidiano: la escuela, la clínica, la basura, la cooperativa, la producción de las parcelas, el mercado, las rutas de camiones y combis” (AUBRY, 2005, p.179).

Outro processo importante, ainda, terá lugar na Selva Lacandona. Aubry destaca a importância dos indígenas (que, nas palavras dele, se transformam em novos sujeitos históricos) ressignificarem este espaço em face da mutação que Chiapas tem sofrido. Trata-se da disputa contra a avassaladora ação de mega projetos florestais e do discurso conservacionista que apenas legitima a bioprospecção de grandes companhias que buscam

---

<sup>81</sup> Espanhol que “conquistou” e iniciou a colonização de Chiapas.

privatizar o material genético local. Ao mesmo tempo, este local foi reinventado com as ondas migratórias iniciadas após a Revolução: primeiro, em 1950 alguns Tojolabales penetraram a Selva, seguidos por povos de outras regiões do México na “Marcha al Mar” (e por isso deram nomes de seus lugares de origem às novas comunidades); logo, nos anos 60, uma nova ola comportava tanto os evangélicos que rompiam com as tradições religiosas da região de Los Altos (a ponto de serem expulsos), assim como grupos que saíam das lavouras para fazer sua própria vida, muitas vezes apoiados pela diocese de San Cristóbal; e a última ola era constituída pelos expulsos pelas novas obras hidrelétricas. Segundo Aubry (2005), embora existam causas secundárias, estes movimentos populacionais são produto “dos disparates da reforma agrária”, do regime do latifúndio, da crise econômica e da ingovernabilidade em Chiapas (AUBRY, 2005, p.182).

O crescimento populacional foi exponencial, a despeito do enorme trabalho necessário para superar as dificuldades do terreno. É nesse cenário que terá lugar o encontro de experiências entre os colonos, que passavam a se identificar na construção de um lugar longe da exploração do latifúndio e a opressão das elites, forjando uma nova identidade:

Allí todo estaba por inventarse: la traza del pueblo, el reparto de tierras, la ermita, la escuela, un servicio de salud y la autogestión de la nueva comunidad. [...] Pero la nueva comunidad es creativa: pese a la similitud de las iglesias, los cargos no son los viejos (...) sino otros inéditos: el catequista, los encargados de la escuela, de la salud, la cárcel, la producción (...), la cooperativa, con grupos de reflexión y acción sobre derechos humanos, la cultura o la teología india. La selva se convierte en ensayo experimental de una sociedad campesina alternativa, sin caciquismo y una democracia comunitaria (AUBRY, 2005, p.184).

Um dos resultados dessa nova sociedade que se formava foi o CNI, em 1974, que só foi possível com a prévia articulação das comunidades indígenas novas e velhas, enquanto que se organizou um espaço onde se encontraram vivências e formularam alternativas. Mais que isso, essas comunidades não eram fechadas em si mesmas, senão que estavam abertas a novos conhecimentos, tanto as antigas experiências do trabalho na finca como de ativistas das organizações dos 80, assim como das lutas dos 90, eventos que recriaram as formas de organização e inclusive promoveram um novo papel para a mulher. A identidade indígena superou as fronteiras da comunidade para situar-se dispersa geograficamente, no encontro de sofrimentos, expectativas e reconstrução da vida (AUBRY, 2005, p.184).

Aqui podemos entender que há nesta exposição uma tentativa clara de projetar o presente do autor – já em 2005, o governo autônomo zapatista estava mais consolidado (tendo

criando as JBG's), portanto, o autor busca mostrar como essa construção alternativa e autônoma vem se forjando muito antes do levante zapatista, e inclusive é mais uma das causas do surgimento do movimento, que para além de sua ação militar, compreende um conjunto de atividades de reprodução material e organização civil autônoma. Por outra parte, não há muitos detalhes sobre isso, nem até onde foi um processo sem conflitos e tensões, e em que medida ele realmente foi horizontal e novo. O nosso receio é cair em certa visão romântica da autonomia, apontando que os elementos da construção autônoma atual já estavam muito antes, mas sem considerar as disputas e conflitos que esse projeto possa ter tido nas comunidades da Selva.

Para encerrar seu livro, antes da conclusão, fala-se no “zapatismo”, o que nos leva a confirmar a organização do texto para buscar apresentar o EZLN como resultado da formação histórica de Chiapas – no seio da crise do sistema mundo moderno. Desde o início, Aubry deixa claro que não se trata de um movimento guerrilheiro, mas de um exército regular, formado ao longo de dez anos, acumulando forças nesse período. Por outra parte, surgiam para lutar numa guerra muito particular: ao mesmo tempo em que se levantavam em armas para uma transformação radical, exigiam a deposição do presidente e a formação de um “governo de transição”, para logo elaborar uma “nova constituição” e realizar “eleições honestas”. Como apresentado por Casanova (1995), eram “muito estranhos para ser revolucionários”.

Para Aubry (2005, p.188), o zapatismo apresenta três etapas de formação: um primeiro momento, iniciado em 1983, com a tentativa de luta armada por poucas pessoas na selva, o “zapatismo guevarista”; um segundo, que resultou do fim do isolamento destes primeiros membros do EZLN e a miscigenação com os povos indígenas, que enriqueceram a organização iniciando o “zapatismo comunitário”; um terceiro, que iniciada após o conflito armado, definiu-se como o “zapatismo civil”, que buscou o diálogo permanente com a sociedade civil nacional e internacional<sup>82</sup>. No entanto, não temos detalhes aqui sobre como seria cada uma dessas etapas, em especial o momento prévio ao levante armado, o que dificulta relacionar os elementos da conjuntura com a explicação sobre o surgimento do zapatismo.

Além disso, trata-se de explicar o EZLN como algo novo, que rompe com as formas tradicionais de luta revolucionária: “Los sesentayocheros y la nueva izquierda se sintieron

---

<sup>82</sup> Não queremos entrar, contudo, nos detalhes do pós 1994, o que nos faria abrir uma extensa discussão.

retroalimentados por la presentación que hizo de si mismo en las primeras horas [na hora do levante zapatista, em 1994], sin los rollos del marxismo vulgar llamado ortodoxo, sin dogmatismo, y con explícita referencia a la historia del país, a su práctica y sus frustraciones” (AUBRY, 2005, p.189). Ainda, esta novidade, começando pela ideia de que a luta não buscava a “Revolução” senão a “Democracia”, reside na luta iniciada pela geração de 68, além da identidade indígena dos colonizadores da Selva em torno de uma práxis comunitária, construindo novos valores de reconhecimento da diferença, da perspectiva intercultural do “mundo onde caibam muitos mundos”. Nesse sentido, Aubry se aproxima das ideias expostas por Casanova (1995) sobre o período recente, tanto ao discutir a novidade das organizações independentes – que passavam a atuar às margens da política eleitoral e se constituem como forças políticas apartidárias, mais preocupadas pelo cotidiano da sociedade do que pela disputa do Estado – como ao reforçar a centralidade da “Democracia” como conceito e valor que perpassava todas as instâncias da luta (ou seja, nas formas e conteúdos da luta), caracterizando o EZLN como o aglutinador desse movimento ético-político construído nos últimos anos na busca de uma “Transição Democrática” (AUBRY, 2005, p.189-190).

Para finalizar, fazemos alguns apontamentos sobre a abordagem de Aubry. Em primeiro lugar, compreende-se o EZLN como resultado de uma “crise sistêmica”, que aparentemente surge nas últimas décadas explicitada nas “periferias” desse sistema. Mas o que significa dizer que há uma crise, e em que medida há uma relação disso com Chiapas? Ou seja, em que medida o surgimento zapatista não é uma questão meramente local, senão do sistema-mundo? Embora haja certa correlação entre os eventos em Chiapas e o mundo (em especial o ano de 68 e os anos posteriores), o autor parece não ter explorado este ponto, ou seja, explicar em que medida as transformações mundiais (mudanças materiais, na lógica de poder, nas formas de pensamento, entre outras) afetam (e são afetadas) a dinâmica de México e de Chiapas, ao ponto de gerar tensões que expliquem o surgimento do EZLN. Também são delineados apenas alguns eventos que relacionam a formação do EZLN com a história de Chiapas, mas não diretamente. De todas formas, assim como nos autores anteriormente analisados, a escassez de informações (dado o sigilo da organização) dificulta uma exposição mais minuciosa sobre o surgimento do zapatismo.

Por outro lado, destacamos novamente a ideia da supervalorização do EZLN como uma organização plenamente democrática – é realmente horizontal e comunitário assim? Não houve conflitos na formação do zapatismo? Em que medida há elementos da esquerda tradicional? Mais uma vez, a ausência de material joga um papel fundamental para confirmar

estas proposições. No entanto, a difícil classificação deste movimento já o coloca como algo inovador, o que acaba por afirmar a ideia de que em alguma medida, é um movimento alternativo. Também há evidências em outros autores da construção de novas relações que demonstram certa horizontalidade e busca cotidiana de construção democrática, sendo a democracia um constituinte importante do surgimento do EZLN – tanto nos fins (democratização social) como nos meios (constituição de uma organização interna democrática), incluindo inúmeros depoimentos de pessoas que estiveram nas áreas zapatistas e confirmam a interessante tentativa de construir uma alternativa anticapitalista.

Dessa forma, esta abordagem, que atenta para a história de Chiapas no seio da formação do sistema mundo moderno, consegue elencar novos elementos para entender o surgimento do zapatismo, explicada desde o conjunto de agravantes históricos – de longa duração –, mas acelerados na atual conjuntura de crise sistêmica, apontando o EZLN como resultado disso e como proposta de alternativa civilizatória dentro da bifurcação aberta pela crise – uma tentativa de transição democrática “de baixo”, que supere os problemas de Chiapas e do México, mas também a modificação da ordem sistêmica atual.

Carlos Aguirre Rojas

O último autor que tratamos neste trabalho é Carlos Aguirre Rojas, acadêmico mexicano reconhecido pelos seus trabalhos sobre teoria da história e, principalmente, por vários ensaios sobre o zapatismo<sup>83</sup>. Trata-se de um autor que também trabalha na perspectiva do sistema-mundo (baseando seus trabalhos nas elaborações de Wallerstein e Braudel<sup>84</sup>), revelando grande defesa e otimismo em relação ao EZLN, entendendo-o não só como resultado, mas também como alternativa antissistêmica diante da atual crise sistêmica. Para a nossa discussão, que busca entender os elementos que explicam o surgimento do zapatismo, trataremos mais especificamente do texto “Raíces, Orígenes e Inicios del Neozapatismo mexicano” (2013), texto que elucida os elementos de caráter conjuntural, tanto gerais como específicos, que possam ajudar a entender o surgimento deste novo fenômeno. Nesse sentido,

---

<sup>83</sup> Dentre as várias obras elaboradas por Rojas sobre zapatismo, citamos *Chiapas en perspectiva histórica e Chiapas: planeta tierra*, além de um conjunto de textos sobre zapatismo e sobre os novos movimentos antissistêmicos. Além disso, é organizador da Revista “ContraHistórias”, com a edição de textos sobre teoria alternativa da história (outro olhar sobre a história, com base em Braudel, Benjamin, Foucault, Ginzburg, Thompson, sem desconsiderar as proposições marxistas, mas sempre no âmbito da heterodoxia).

<sup>84</sup> São recorrentes ao longo do texto as referências a ambos os autores, o que deixa claro a abordagem a partir dos mesmos.

o autor vai articular os eventos da crise sistêmica a nível global com o surgimento do EZLN, num movimento que vai da perspectiva mais geral à específica, ao mesmo tempo em que vai sendo reduzido o nível de análise até alcançar a região de Chiapas e a formação do EZLN.

Logo na introdução, o autor vai explicitar qual é o seu posicionamento em relação ao EZLN: o neozapatismo trata-se, para Rojas, de um dos principais referentes da luta antissistêmica e anticapitalista a nível mundial, que surge a raiz da crise do sistema mundo capitalista das últimas décadas, sendo o primeiro movimento a iniciar o “*atual ciclo de la protesta mundial*” (Rojas, 2013, p.7). Não só isso, como desfez grande otimismo e esperança em relação ao movimento (continuado ao longo do texto), pois carregaria uma proposta inovadora de sociedade:

Ciclo de protesta mundial iniciado en 1994, y todavía vivo y vigente, que explica entonces el hecho de que en todos esos movimientos, foros, revueltas y manifestaciones de los últimos veinte años, el neozapatismo mexicano constituya uno de sus referentes centrales y constantes de inspiración, emulación y aprendizaje. Por ejemplo, para todos los movimientos indígenas de América Latina, los que por diferentes caminos y también desde ese emblemático año de 1994, han ido pasando desde la tradicional y secular posición defensiva (...) hacia una nueva posición ofensiva y reivindicativa, que no solo reclama los elementares y obvios derechos al respeto de sus lenguas, su identidad, sus usos y costumbres, y el ejercicio de su plena ciudadanía, sino también y mucho más profundamente, su *capacidad para generar un nuevo proyecto de civilización, realmente anticapitalista y realmente alternativo al caos social hoy dominante*. [...] Carácter de referente ineludible de las luchas anticapitalistas y antisistémicas en todo el mundo, que en parte se debe al hecho de que ese neozapatismo mexicano ha sido el primer movimiento clara, integral, y orgánicamente antisistémico de la historia humana. [Itálico nosso] (ROJAS, 2013, p.7-8)

Assim, dada a relevância e referência do EZLN para outros movimentos, e principalmente por apontar a uma alternativa civilizatória radical, o autor procura examinar a gênese do neozapatismo para entender os fundamentos desse novo movimento que se tornou público em 1994, constituindo-se no eixo da narrativa deste texto. Para tanto, dividirá o texto em duas partes: em primeiro lugar, trata-se de construir o cenário onde nasce o EZLN, isto é, o contexto de crise sistêmica iniciado nos anos 60, que implicou em rupturas no mundo, na América Latina e no México, tanto no plano das práticas como de pensamento; em segundo lugar, é abordado o próprio histórico do movimento, voltando às supostas origens anteriores ao EZLN – às Fuerzas de Liberación Nacional (FLN) – para logo mostrar como se forma o EZLN, desde 1983 até 1994. Para esta última parte, no entanto, o autor utiliza materiais do próprio movimento (relatos, entrevistas e comunicados), o que exige certa ponderação das afirmações aqui expostas – trata-se da versão feita pelos zapatistas (mais precisamente, pelo

Subcomandante Marcos) – posto que não nos garante completa objetividade das informações. Contudo, este é um interessante estudo, posto que realizar a pesquisa sem considerar o trabalho sobre o próprio relato zapatista seria negar parte importante da narrativa histórica – aquela que é narrada pelo próprio objeto de estudo, ou melhor, pelo “sujeito da história”.

Por outra parte, o autor parece, logo na introdução e ao longo do texto, superestimar o neozapatismo, ao apontá-lo como “o mais importante movimento”, o “mais radical”, ou o “principal referente”, e aplicar um conjunto de adjetivos de defesa muitas vezes sem críticas ou apontamentos problematizadores. Dessa forma, sem negar as importantes contribuições do autor, entendemos que há elementos de crítica ao movimento que estão ausentes, sendo necessário ponderar as afirmações realizadas pelo autor.

A primeira parte do texto, como dissemos, busca construir o cenário conjuntural onde se desenvolverá o neozapatismo. Assim, mostra como o ano de 68 é um marco importante, um momento de ruptura com o anterior sistema-mundo moderno, explicitado por um conjunto de eventos simultâneos – como os distintos processos de revoltas no mundo inteiro, de revolução cultural na China, de luta armada e liberação nacional nas periferias (sendo o grande exemplo, o cubano) – que denotariam uma nova etapa da história do capitalismo mundial – a de sua crise definitiva e terminal (ROJAS, 2013, p.9-10). Nas palavras de Rojas:

Mutaciones profundas, giros radicales, y crisis múltiples que se empalman y condensan en ese momento-ruptura de 1968, y que explican tanto la caótica y aparentemente inexplicable confusión que hoy presenciamos, en cuanto a los procesos centrales de la vida económica, social, política y cultural de todas las sociedades del planeta sin excepción alguna, como también el movimiento que de un lado desconstruye y hace colapsar a las principales estructuras capitalistas y clasistas de la sociedad (...) y del otro lado, genera y hace emerger los posibles embriones de una sociedad nueva no capitalista, no clasista y no prehistórica, con sus renovadas formas de la democracia directa, de comunidades de autoaprendizaje, de un arte y de una cultura integrados en la vida cotidiana y ejercidos de una manera universal por parte de todos los miembros de la sociedad, de un mundo basado en la abundancia material y espiritual, y de una nueva visión armónica del necesario metabolismo del hombre con la naturaleza. (ROJAS, p.10-11).

É neste primeiro nível de ruptura (mundial, de 68) que se apresenta o EZLN, isto é, no seio de uma transformação civilizatória onde são redefinidos os paradigmas de sociabilidade humana. Ainda, isto impacta sobre as formas de atuação dos movimentos sociais, que passam a modificar tanto seus paradigmas teóricos como os sujeitos sociais que conformam os movimentos, os objetivos gerais, demandas, estratégias e táticas, métodos de luta e ação e

formas de organização, em suma, constituindo a formação de novos movimentos sociais, ditos antissistêmicos, do qual o EZLN é importante referência (ROJAS, 2013, p.11).

Logo, o autor explica como essa ruptura ocorre a nível continental. Ao fazê-lo, coloca a América latina num patamar central dentro da luta antissistêmica – pelo grande arsenal de recursos (bióticos, mineiros, hídricos, etc.), mas principalmente, pela importância a nível mundial dos movimentos sociais aqui localizados: “Protagonismo creciente que explica, entre otras razones, el hecho de que hoy sea precisamente dentro de América Latina en donde florecen y prosperan los movimientos antisistémicos más avanzados de todo el mundo” (ROJAS, 2013, p.15). E a seguir, elenca importantes movimentos de massa, como o MST, ou os movimentos indígenas de Equador e Bolívia, dentre outros, do qual o EZLN também é parte<sup>85</sup>. (ROJAS, 2013, p.15).

Por outro lado, outro elemento que denota a ruptura neste continente é a Revolução Cubana de 1959, um marco dentro da luta na América latina. Primeiro, porque questionou a passividade do reformismo dos Partidos Comunistas e se projetou para a radicalidade; segundo, porque redefiniu os esquemas teóricos da revolução, ao recolocar os camponeses como centrais na luta anticapitalista (como aponta o maoísmo) e destacar a importância da luta democrática, nacional e popular; terceiro e, sobretudo, por colocar uma grande carga ética à luta revolucionária pelo socialismo e a liberação. Inspiradas na luta guevarista e nessas mudanças, surgiram um conjunto de organizações guerrilheiras em América latina em lutas de “liberação nacional”, que também influenciaram os militantes mexicanos e, inclusive, se expressam no próprio nome do nosso objeto de estudo – o EZLN (ROJAS, 2013, p.16-18).

O último nível de ruptura citado pelo autor é o que ocorre no México. A partir da década de 60, o país foi marcado por eventos que explicitavam o advento da dita crise sistêmica. Por um lado, inicia-se a crescente e sistemática repressão do Estado mexicano (que denotava a incapacidade de preservar a dominação política consensual dos anos anteriores) verificado nas greves de trabalhadores, médicos e professores, contra os movimentos camponeses assim como sobre o movimento estudantil, onde terá lugar um importante divisor de águas – o massacre de Tlatelolco, de 1968. Isto colocava a impossibilidade de qualquer

---

<sup>85</sup> Novamente fazemos o contraponto, sobre a superestimação da luta neste local, ao afirmar que aqui residem os “movimentos mais avançados”, para não cair em idealizações. De todas maneiras, é aceitável o fato de que é na América latina onde há muitos movimentos de massa de grande porte. Colocar referencia os artigos “los nuevos movimientos sociales en America latina, una breve radiografía general”, y “La economía moral de la multitud em America latina en el siglo XX”, In: Rojas, C.A. *Movimientos antissistemicos: Pensar lo antisistémico em los inicios del siglo XXI*.

mudança pela via pacífica, além de colocar automaticamente os jovens militantes e as organizações em permanente clandestinidade. Além disso, e também a partir dos anos 60, é que se esgotam os efeitos dinâmicos desencadeados pela Revolução mexicana (iniciados a partir de 1910), especialmente no pós-cardenismo, que modificaram as estruturas produtivas e garantiram um mínimo padrão de condições materiais e infra-estrutura social para os mexicanos, apontando, nesse novo momento, para uma crise que prepara o terreno para as mudanças neoliberais no país (ROJAS, 2013, p.19-20).

Sobre esse momento de crise e repressão, contudo, é que tem se desenvolvido um processo de politização e maturidade política dos setores subalternos de México, que incluiu a luta pela independência sindical e política do operariado nos 70, o ressurgimento das lutas camponesas (principalmente nos 80), além da auto-organização e solidariedade da sociedade civil mexicana, em eventos como a reconstrução da Cidade do México após o terremoto de 1985, ou na ação cívico-popular antipriísta de 1988 ante a fraude eleitoral desse mesmo ano. O que também se expressou nas mudanças teóricas, com um importante papel do espartaquismo mexicano (inspirado nas ideias de José Revueltas), além da renovação do marxismo ao incorporar elementos fundamentais da formação da sociedade mexicana, as notáveis reflexões sobre a autogestão, a democracia participativa e a autonomia, teses que serão defendidas posteriormente pelo neozapatismo mexicano (ROJAS, 2013, p.20-21).

Como dissemos, na segunda etapa do texto Rojas (2013) examinará com detalhes a formação silenciosa daquilo que será o EZLN, movimento que fará sua aparição em 1994. Para isso, retoma a formação das *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN), organização de tipo guerrilheira que, fundada em 1969 na cidade de Monterrey, supostamente teria sido a antecessora do EZLN<sup>86</sup>. A despeito da falta de material, o autor se esforça em mostrar que se trata de um grupo diferente às tradicionais células guerrilheiras “castro-guevaristas” que, se absorve alguns elementos destas experiências, acrescenta outros rasgos singulares que ajudam a explicar, também, a efetividade e sustento da luta do EZLN.

---

<sup>86</sup> As informações utilizadas por Rojas partem de algumas entrevistas realizadas ao Subcomandante Marcos a esse respeito (algumas das quais estão na mesma edição onde está o texto de Rojas) onde ele afirma que a origem do EZLN reside, antes, nas FLN. Principalmente isso ocorreu na passagem dele pela “casa do Dr. Margil” (colocar referência), etc., mas recentemente Marcos tem lembrado em um comunicado (buscar comunicado) os antigos lutadores membros dessa organização, falando que teriam sido eles os que iniciaram o movimento prévio ao EZLN. Num dos trechos: “*Em Monterrey, Nuevo León, hace más de 37 años, un pequeño grupo de personas nacieron lo que llamaron Fuerzas de Liberación Nacional. Desde su origen la dotaron de una ética de lucha que, después, heredaríamos quienes somos parte del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. [...] Los hombres y mujeres que en los 60s, 70s y 80s lo dejaron todo, para nada tener, son nuestras madres y nuestros padres. A ellos y ellas llamamos de ‘la generación de la dignidad’*” (MARCOS, 2013, p.45).

Os cinco pontos de novidade apontados sobre a FLN são<sup>87</sup>: o de haver cultivado e construído uma ética de luta revolucionária, radical e íntegra, de entrega total à causa; o distanciamento sistemático da lógica burguesa, negando o individualismo e a ideia de que “os fins justificam os meios” do pragmatismo político; o anti-protagonismo, destacando a necessidade de acumular forças “em silêncio” na ação cotidiana, negando o vanguardismo ou as ações com multidões; a dimensão mexicana da análise teórica, distanciando-se dos modelos e esquemas dogmáticos da esquerda europeia; e por fim, a aproximação permanente ao povo, numa atitude dialógica e, mais uma vez, longe de vanguardismo (ROJAS, 2013, p.22-27).

Entretanto, somos enfáticos em apontar a ausência de material sobre esta organização como para realizar tais afirmações. Também é preciso relativizar bastante o romantismo no olhar desta organização, pois nos parece que é tomada a priori como algo “puro” e “bom”, sem falhas ou críticas possíveis. Outra questão a ponderar na exposição de Rojas, já iniciando a explicação sobre a gestação do EZLN, é que não é explicada a passagem das FLN para o EZLN. Se bem sabemos que o sigilo fez (e faz) parte de ambas as organizações, o que dificulta entender os laços entre elas e os detalhes do movimento, não podemos delinear com toda a certeza as afirmações aqui apontadas. Por outro lado, também não há evidências em contrário, ou mesmo alguns fatos podem, hipoteticamente, ser relacionados, como a chegada de vários militantes de outras regiões do México para atuar em Chiapas, que tem sido comprovados e utilizados pelas diversas discussões sobre a história de Chiapas e o EZLN.

Pois é na suposta chegada de alguns militantes das FLN a Chiapas que é formado o EZLN, em 1983. No entanto, Rojas (2013, p.28) afirma que o EZLN não tem se constituído de maneira harmônica até a insurreição de 1994: esta organização tem como elemento fundamental o processo de mestiçagem cultural que sofreu ao longo de sua gestação, conformada pelo encontro de dois “mundos” distintos. Nas palavras do autor:

Dos matrices culturales diversas, que se encarnarán en tres sujetos sociales, que son aquella parte de los jóvenes miembros de la “generación de la dignidad” mexicana, que se han integrado a las FLN y el EZLN, en segundo lugar, la vanguardia indígena forjada en los movimientos y en las luchas sociales desarrolladas en Chiapas en los años setentas y ochentas, y finalmente, las amplias comunidades indias de todo el territorio chiapaneco (ROJAS, 2013, p.29).

---

<sup>87</sup> Os elementos são extraídos da Carta do companheiro Pedro (um dos membros das FLN) (FLN, 2013). Todavía, não conhecemos a data nem a procedência exata da carta.

A seguir, Rojas (2013, p.29-31) afirma que, embora esse encontro tenha sido conturbado, os pontos fundamentais acima elencados, que constituíam as FLN, encontraram rasgos similares ou equivalentes na resistência indígena chiapaneca, que ao atuar aberta e dialogicamente com as comunidades, facilitou a hibridização entre ambos os grupos. Por exemplo, a dimensão ética radical da luta se reconhecia na concepção indígena da dignidade; a lógica anticapitalista e individualista se alojava nas estruturas comunitárias da população chiapaneca; e o anti-protagonismo e anti-vanguardismo dos novos militantes se identificava com as concepções de democracia direta, com o predomínio das assembleias e decisões coletivas. Além disso, é destacado pelo autor o importante contato prévio dos indígenas com outros grupos que passaram a ocupar em Chiapas nas últimas décadas, como a diocese de San Cristóbal, ou a presença de grupos maoistas, o que também colaborou para a formação do EZLN.

Para finalizar, Rojas elabora, por meio dos relatos do SubMarcos<sup>88</sup>, uma resumida periodização da formação do EZLN. A primeira etapa foi a de fundação do EZLN, em 17 de novembro de 1983, com a constituição de um núcleo “político-militar tradicional” composto por seis pessoas (3 mestiços e 3 indígenas), cuja tarefa inicial foi de sobrevivência e adaptação às condições da Selva. Até 1985, a cifra era de apenas doze membros, mas é a partir de então que se inicia a segunda etapa, de contato com as comunidades da região. É neste contato, aliás, onde tem lugar o processo de intercâmbio de visões entre a concepção de esquerda do pequeno grupo e a cosmovisão indígena, embrião de uma nova formulação da luta, ao mesmo tempo em que a possibilidade de autodefesa das comunidades, que sofriam da crescente repressão (do Estado e dos guardas privados) na época, levava as mesmas a aderir à proposta do EZLN, o que leva nos seguintes anos a aumentar o contingente a 80 combatentes (ROJAS, 2013, p.33-34).

A terceira etapa, iniciada em 88, coincide com a explosão no número de pessoas que decidiram ingressar nas filas do exército, resultado da fraude eleitoral do mesmo ano (que apresentamos acima). Esse fato trouxe enorme desilusão dos mexicanos, e dos chiapanecos em particular, quanto às possibilidades do sistema político dado de resolver os problemas e demandas dos camponeses e indígenas, uma vez que a eleição se mostrava ilegítima e antidemocrática. Nesse sentido, o movimento se massifica, passando de algumas dezenas de membros para milhares de integrantes, o que também provocou mudanças radicais no papel

---

<sup>88</sup> Entrevista sobre los Orígenes del EZLN, publicada na revista “ContraHistorias” (MARCOS, 2013a), sendo a entrevista de julho de 1994.

do EZLN – se antes era apenas um grupo de autodefesa, agora se tratava de um exército com a tarefa de reorganizar tarefas e atividades dentro das comunidades, na sua vida cotidiana e de reprodução material. Assim, entende-se que a dimensão militar cede espaço a sua dimensão política, de organizar politicamente um movimento social de massas composta por indígenas rebeldes e compor um exército regular popular, ao mesmo tempo em que se constitui um inicial processo de auto-organização e autogoverno, ao desenvolver o exercício da sua própria autonomia para resolver seus problemas (ROJAS, 2013, p.34-35).

A quarta etapa ocorre com a crise econômica e social gestada após 88, provocada pelas medidas de ajuste do governo Salinas de Gortari, o que somado à desilusão política criava uma situação explosiva. Ainda, é o ano de 1992 o ano da inflexão, com a mudança no artigo 27 da constituição, que decretava a possibilidade de compra e venda dos Ejidos (gerando nova pressão privada sobre as terras) e eliminava a perspectiva de que as demandas de expropriação de terras fossem atendidas. Mais que isso, significava a eliminação do substrato básico de sobrevivência e reprodução dos camponeses mexicanos, num ataque às condições mínimas de vida dos mesmos. Foi então que as comunidades que compunham o movimento decidiram pela insurreição armada, a partir de uma consulta com todas as comunidades realizada em 1992<sup>89</sup>. O ano de 1993, quinta e última etapa, constituiu o momento de massificação e preparativo para o levante, insurreição que ocorreu na madrugada do primeiro de janeiro de 1994, mostrando ao mundo um novo e alternativo movimento social popular – o EZLN.

Em suma, a análise de Rojas nos ajuda a pensar algumas questões a respeito do surgimento do EZLN. Em primeiro lugar, identifica-se ao EZLN como um fenômeno novo (das últimas décadas) dentro da atual situação de crise do sistema mundo moderno, crise esta que se expressa a partir de vários níveis espaciais – em escala planetária, continental (América latina) e nacional (México). Isso promove rupturas sobre todas as esferas da vida social, o que coloca a possibilidade de construção de alternativas de sociedade – que tem sido protagonizada, assim, por um conjunto de novos movimentos sociais chamados de “antissistêmicos”, e dentro dos quais o EZLN é um dos referentes, segundo o autor. Aqui nota-se uma interessante conexão entre as grandes transformações ao nível do sistema mundo e sua interferência no processo de surgimento de um novo movimento – o EZLN. E é na

---

<sup>89</sup> Segundo o Sub Marcos, a consulta foi ampla e a decisão foi quase unânime pela adoção do levante armado, mas é preciso questionar até que ponto foi de fato assim (pois pode ter sido um relato para destacar o caráter horizontal do movimento). Por outro lado, não há evidências em contrário como para refutar sua fala.

segunda etapa do texto onde são apresentadas as etapas de formação do movimento – primeiro, com a constituição das FLN (que absorvia os problemas derivados da crise mexicana, em especial a crise política e a necessidade de radicalização da luta), depois, com a formação do EZLN, gerado pelo encontro de militantes de esquerda tradicionais e a luta dos povos camponeses em Chiapas. Ainda, os pontos de inflexão que incentivaram a organização à radicalização foram de caráter nacional – a fraude eleitoral de 1988 e a mudança no artigo 27 constitucional (que alterava o status do Ejido e o tornava passível de mercantilização).

Embora tenhamos aqui uma abordagem interessante (e que complementa a análise de Aubry), parece que faltou ao autor explicar como os problemas da crise do sistema mundo capitalista se explicitavam em Chiapas, posto que, do nível nacional de análise, logo o autor passou a falar da formação do movimento. A ausência da entidade na descrição dificulta entender como os problemas de Chiapas (assim como levantados por outros autores) também colaboraram ou dificultaram a formação do EZLN, e em que medida os fenômenos externos à entidade influenciavam a dinâmica social, econômica e política no estado e, logo, impactavam a dinâmica de formação do zapatismo. Uma tentativa de realizar essa análise foi realizada por Aubry, que centrou na elaboração de uma história de Chiapas a partir da perspectiva do sistema mundo, embora este autor tenha ausente aquilo que Rojas cita – como se davam as transformações das últimas décadas a nível mundial, continental e nacional.

Pode-se dizer que ambos os autores, por caminhos diferentes, auxiliam no entendimento de como surge o EZLN como um fenômeno novo, em resposta à crise sistêmica, mas também como uma possível alternativa social ensejada “desde abajo” – a partir da periferia do sistema e elaborada pelos explorados e oprimidos desse sistema. Destacamos a necessidade de rever os postulados de Rojas, que por vezes apresenta um otimismo exacerbado ao situar o zapatismo como a grande referência dentre os novos movimentos sociais e qualificar a alternativa zapatista como de grande referência, sendo preciso definir melhor o porquê se pode caracterizar ao EZLN como uma alternativa – e mais que isso, como uma interessante alternativa. No entanto, dado que aqui a exposição buscava definir os elementos que ajudam a explicar o surgimento do zapatismo, temos um leque de informações que não só ajudam a entender isso, senão também olhar com mais clareza para o EZLN em sua conformação após o levante de 1994.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui chegamos ao final do nosso texto, onde faremos um breve resumo do trabalho, expondo os elementos que ajudam a entender o surgimento do EZLN nas diversas perspectivas trabalhadas, o que nos permite caracterizar melhor o significado e natureza do EZLN. Logo de início, no entanto, deixamos claro que este trabalho foi feito a partir de apenas alguns autores, o que não esgota a discussão, posto que gostaríamos de ter tido acesso a outros autores e críticas sobre o nosso tema, assim como teria sido fundamental incorporar um melhor trabalho empírico e de campo (com algumas entrevistas). Mas, é claro, isto extravasaria os limites de uma monografia.

No primeiro capítulo mostramos como são importantes os elementos da formação da sociedade chiapaneca (e, em alguma medida, a mexicana) para a compreensão do fenômeno do zapatismo. O conflito social em Chiapas resgata questões de longa duração: a conquista espanhola e colonização do espaço (mesmo nos marcos de relativo isolamento, mas incorporando a região aos mercados mundiais e, posteriormente, à nação mexicana); a formação do problema agrário no século XIX – com a constituição de elites assentadas no latifúndio e em relações de trabalho superexplorado; a Revolução mexicana, que preservou a estrutura de poder local, mas absorveu a idéia corporativista do novo Estado mexicano (com suas instituições e a absorção das comunidades); o pós-cardenismo e a reforma agrária tímida, que se manifestou de diversas formas no estado e presenciou o início da colonização da Selva.

O segundo capítulo, ainda, é onde analisamos as diversas interpretações sobre a formação do EZLN. O primeiro conjunto de autores aqui analisados – como Paz, Krauze e Tello – foram aqueles que criticaram o EZLN, buscando argumentos para deslegitimar o EZLN. Alinhados à versão do governo mexicano (nos argumentos dados por Arturo Warman), atacavam os zapatistas criticando tanto seu conteúdo – expondo que se trataria de um levante motivado por interesses de “agentes externos” (revolucionários ou membros da igreja) que manipulavam os indígenas ao se aproveitar das condições destes (inclusive reconhecendo que havia problemas sociais) – quanto sua forma – enfatizando o levante armado (que geraria caos e instabilidade), mas sem tocar nas questões civis ou dos problemas sociais profundos. É uma versão que sustentava os pressupostos neoliberais e o discurso do “fim da história”, além de apoiar as mudanças implementadas na época, inclusive argumentando que não haveria motivos para o levante dessa proporção posto que o México (dadas tais mudanças) se encaminhava para a constituição de uma nação “moderna” e

“democrática”. Além da ausência de um tratamento minimamente sério da questão (além de um uso de fontes duvidosas), estas visões escondiam os reais problemas estruturais e históricos de Chiapas que faziam aqueles indígenas se levantar, ao utilizar de forma superficial o conceito de “democracia”, ou ao abordar o EZLN apenas desde a perspectiva dos “personagens”. E inclusive apelando para argumentos eurocêntricos e racistas ao defender a inserção do México ao capitalismo global – uma inserção vale dizer, subordinada material e intelectualmente, o que estes autores pareciam nada mais e nada menos representar.

Os autores da seqüência, da tese do “isolamento/atraso”, embora não tenham abordado o surgimento do EZLN, apontaram alguns elementos sobre a questão. Ambas as abordagens caracterizam o estado de Chiapas pelo seu histórico isolamento da dinâmica econômica nacional e, logo, revela um sensível atraso produtivo e social, o que vem sendo solapado pelas transformações das últimas décadas (principalmente as mudanças institucionais iniciadas no governo de Carlos Salinas de Gortari). Por um lado, tais elementos são importantes para entender que há uma nova configuração política, com a queda do poder local (assentado no latifúndio) e a centralização do poder, além da presença de novos atores (como os comerciantes), que modificam a correlação de forças no qual o EZLN se insere. Isso nos faria pensar que a inserção de Chiapas sob os interesses de mais atores coloca mais tensões sobre a região e dificulta a luta pela terra dos indígenas de Chiapas. Por outro lado, tais visões acabam defendendo a visão do fim da história, mesmo elogiando as políticas do Estado (como faz Zebadúa) e colocando a idéia de como o EZLN precisa se “ajustar” à nova realidade (argumentado por Gonzalbo). No entanto, novamente não abordam com detalhes os problemas sociais da região e falam muito pouco no zapatismo, o que nos faz pensar que tais abordagens estão bastante incompletas por não tratar com cuidado do EZLN (uma vez que este movimento é tema sempre presente ao se falar em Chiapas).

As interpretações que tiveram maior espaço aqui – principalmente por apresentarem trabalhos de maior conteúdo – foram aquelas que entendiam o EZLN a partir da formação histórico social de Chiapas, descartando uma análise que centrara a explicação do surgimento como resultado do capricho de alguns poucos indivíduos guerrilheiros. Do contrário, são autores que abordam o surgimento do EZLN como resultado de um acúmulo de processos e tensões sociais tanto em Chiapas como em México, tanto na perspectiva histórica de longa duração como de mudanças conjunturais – especialmente, a partir da década de 60, momento de importantes rupturas –, entendendo o movimento como uma tentativa de resolução e superação das ditas tensões.

Primeiro, destacamos um conjunto de fatores que são comuns nos textos desta perspectiva, que auxiliam a entender as causas do surgimento do EZLN ao destacar as rupturas ensejadas nas últimas décadas (a partir da década de 60). Em primeiro lugar, citamos a crise econômica mexicana, que, se dava sinais já nos anos 60, com o esgotamento da dinâmica pós-revolucionária, veio a se consolidar na década de 80 e foi prévia ao início das políticas neoliberais no México, levando a situação de miséria social a níveis extremos. Em segundo lugar, temos a crescente tensão sobre a terra, que incluem tanto o antigo problema do latifúndio (sem uma íntegra reforma agrária em Chiapas) como a explosão demográfica, tudo isso forçando a ondas migratórias e colonizadoras para a Selva. Em terceiro lugar, há importantes mudanças políticas, seja pela ruptura do antigo pacto corporativo estatal, como (e derivado deste) a formação e proliferação de um novo tipo de organização política camponesa e indígena, autônoma e independente do dito sistema político tradicional priista. Em quarto cita-se a crescente repressão do Estado (nos três níveis de governo), recrudescida com os planos e projetos da década de 80 de controle territorial cuja militarização também teve como finalidade a contenção de revoltas. Em último lugar, ainda, é destacada a formulação de novas comunidades no processo de colonização na Selva, palco do encontro entre realidades indígenas que gerou novas identidades, de reconstrução da vida sobre novas bases comunitárias e distantes da exploração e opressão latifundiária e estatal.

Também foram destacados por tais autores alguns momentos de inflexão: a fraude eleitoral de 1988 e a modificação da constituição em 1991/1992 (no sentido de mercantilizar o Ejido). Ambos são marcos fundamentais para entender a ascensão da organização do EZLN e a decisão pelo levante armado, o que inclusive é citado pelos relatos zapatistas (além do ano de 1983, quando se formou o EZLN).

O interessante das três visões apresentadas, ainda, é que elas aportam elementos importantes para pensar a natureza do EZLN. Na visão de Adolfo Gilly, podemos entender o levante zapatista com base na herança de luta e rebeldia mexicana, tradição que ficou inserida, inclusive, no pacto nacional derivado da revolução mexicana. Uma vez rompido o pacto nacional com a crise mexicana, o direito à rebeldia é ativado, sendo legítima a revolta armada para resistir à perda do último espaço de sobrevivência material – a terra.

Por outra parte, a visão de Pablo González Casanova e Neil Harvey enfatizaram outro aspecto do zapatismo – este seria o resultado da histórica luta pela terra em Chiapas e, principalmente, da tentativa de construir a democracia radical. Nesse sentido, o zapatismo tem como grande substrato a construção cotidiana e lenta de uma outra democracia (não a formal,

seja a do Estado corporativo pós-revolução ou o Estado neoliberal das últimas décadas), que seja real, horizontal, participativa, onde se nega a exploração capitalista e impera a cooperação e autogestão popular. Diferente de Gilly, não centram na questão da revolta armada, senão que olham para o EZLN como um movimento que resulta dessa ampla articulação popular, sendo otimistas com as grandes possibilidades de superar aprofunda crise social mexicana e reconstruir o significado da democracia em bases populares.

A última visão, ainda, corresponde aos autores – Andrés Aubry e Carlos Aguirre Rojas – que tratam do EZLN com base na análise do “sistema-mundo” de Wallerstein, além de incorporar elementos de reescrever uma outra história, dos de baixo, uma “história a contrapelo”. O ponto fundamental é que as últimas décadas presenciam a crise do sistema-mundo moderno, ou seja, um momento de derrocada da civilização capitalista, no qual todas as esferas de sociabilidade apresentam transformações que denotam a transição para outro sistema social histórico. Nesse sentido, o EZLN surge como expressão dessa crise (nas diversas espacialidades, ou seja, a nível mundial, continental, nacional ou regional), justamente numa das periferias do sistema local onde se encontram as contradições dos diversos níveis temporais e espaciais. Mas também surge como a tentativa de construção de uma alternativa – uma alternativa que, distante de uma transição controlada “por cima” (uma das possibilidades da “bifurcação histórica”), é elaborada e tecida pelos explorados e oprimidos do sistema, ao construir pouco a pouco novas sociabilidades e redes de articulação política solidária. Assim, o EZLN é um grande referente dentro do conjunto de movimentos ditos “antissistêmicos”, constituindo-se como um dos sujeitos históricos da construção de outra sociedade, ao que se dá destaque sua capacidade de resistência e construção de uma alternativa anticapitalista.

Temos, assim, elencado alguns pontos sobre o surgimento do movimento zapatista. Longe de haver esgotado a discussão, esperamos que tenha sido um ponta pé para a continuidade desta discussão e de todas aquelas que tenham como tema o EZLN. Certamente, os acontecimentos posteriores a 1994 colocam novos desafios sobre o tema, e a consolidação da alternativa do EZLN a partir de então, se alastrando até os dias de hoje, deixam claro que este tema está longe de ser concluído – ainda mais quando a crise civilizatória se torna cada vez mais evidente e exige a discussão e criação de alternativas. Esperamos este texto ter sido, portanto, não um fechamento das reflexões aqui expostas, senão um convite a se adentrar neste tema e a desafiar os problemas da atualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARELLANO, A.B.; OLIVEIRA, A.U. (Org). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AUBRY, Andrés. *Chiapas a Contrapelo: Uma agenda de trabajo para su historia em perspectiva sistémica*. México: Contrahistorias/Centro Immanuel Wallerstein, 2005.

BARREDA, Andrés; ESPINOSA, Rolando. “O petróleo que não existia: os mapas do outro chiapaneco”. In: *Chiapas: construindo a esperança*. (Extraído do Jornal “La Jornada” de 20.9.1999). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENJAMIN, Thomas. *Chiapas: Tierra rica, Pueblo pobre*. Trad.: Ramón Vera Herrera. México-DF: Grijalbo, 1995.

BARRIOS, Elizabeth Pólito. “El capital nacional y extranjero em Chiapas”. In: Revista Chiapas. Buenos Aires, n.9, 2000. (Extraído de <http://www.revistachiapas.org/No9/ch9polito.html> [visualizado 15/12/2014]).

CASANOVA, Pablo González. “Causas de la Rebelión en Chiapas”. Texto extraído del suplemento “Perfil” de La Jornada, México, 5 de noviembre de 1995. (Extraído do site <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/casanova/15.pdf> [visualizado 15/12/2014])

\_\_\_\_\_. *La Democracia en México*. 2.ed. Altos: Era, 1967.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. “Chiapas y sus recursos estratégicos”. In: Revista Chiapas. México-DF, n.1, 1995. (Extraído de <http://www.revistachiapas.org/No1/ch1cecena-barreda.html> [visualizado 15/12/2014]).

GANDARILLA, José Guadalupe. “Pensar Chiapas para entender el mundo: Acercamiento al análisis de las transferencias de excedentes”. In: Revista Herramienta. Buenos Aires, n.20, 2002.

GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía: memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia*. 2<sup>A</sup> ed. México, DF: Era, 1997.

GENNARI, Emílio. *Ezln: passos de uma rebeldia*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

GILLY, Adolfo. *Chiapas: la razón ardiente: ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*. México, DF: Era, 1997.

GONZALBO. “Cambio y políticas modernizadoras en Chiapas” In: GUILLÉN, Diana. *Chiapas: una modernidad inconclusa*. México-DF: Instituto de Investigaciones Dr. Jose Ma. Luis Mora, 1995.

GUILLÉN, Diana. *Chiapas: una modernidad inconclusa*. México-DF: Instituto de Investigaciones Dr. Jose Ma. Luis Mora, 1995.

HARVEY, Neil. *La Rebelion de Chiapas: la lucha por la tierra y la democracia*. Trad.: Rafael Vargas. México, DF: Eras, 2000.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais – Unesp, Marília, 2007 (lembrar no que eu usei)

KRAUZE, Enrique. “Procurando entender”. In: Revista vuelta, n.207, México-DF, fevereiro de 1994. (Extraído de <http://www.enriquekrauze.com.mx/joomla/index.php/opinion/97-art-critica-social/106-procurando-entender.html> [visualizado 15/12/2014]).

\_\_\_\_\_. “El profeta de los indios”. In: Letras Libres (edición mexicana), 1, 10-18 / 86-95 (1999). (Extraído de <http://www.letraslibres.com/revista/convivio/el-profeta-de-los-indios> [visualizado em 12/15/2014]).

\_\_\_\_\_. “El evangelio según Marcos”. In: Letras Libres (edición mexicana), 27, 18-23. (2001) (Extraído de <http://www.letraslibres.com/revista/convivio/el-evangelio-segun-marcos> [visualizado em 15/12/2014]).

LEETOY, Salvador. “La resistencia indígena negada: el movimiento neozapatista visto por seus críticos”. In: Revista Científica de Información y Comunicación, n.5, 2008. pp-74-124. (Extraído de <http://institucional.us.es/revistas/comunicacion/5/03leetoy.pdf> [visualizado em 15/12/2014])

MAZA, Roberto Ramos. “Chiapas: Geografía de la transición”. In: ARMENDARIZ, María Luísa. *Chiapas: una radiografía*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

NAVARRO, Luís Hernández. “O café e a guerra”. In: *Chiapas: construindo a esperança*. (Extraído do Jornal “La Jornada” de 30.1.1994). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NOLASCO, Margarita et.al. *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008.

NOLASCO, Margarita. “Chiapas indígena”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008b.

\_\_\_\_\_. “Ser índio em Chiapas: la condición indígena en el siglo XX”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008c.

\_\_\_\_\_. “La economía indígena em Chiapas: de que viven los indios en Chiapas”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008d.

OLIVOS, Hadlynn Cuadriello. “Las Regiones de Chiapas”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008a.

\_\_\_\_\_. “Chiapas, siglo XIX”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008b.

PAZ, Octavio. “Chiapas: nudo ciego o tabla de salvación?”. In: *Revista Vuelta*, 207, (1994).

RIVERA, Rodrigo Megchún. “Depende de la semilla; câmbios em la estrutura agraria chiapaneca”. In: *Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico*. Mexico, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008.\* (también na parte da história ajuda muito, ver de citar).

ROJAS, Carlos Aguirre et. al. *Chiapas em perspectiva histórica*. 2<sup>A</sup> ed. Barcelona: Viejo Topo, 2002.

ROJAS, Carlos Aguirre. “Los movimientos anti-sistémicos de America Latina y su lucha por la tierra em el siglo XXI. In: *Revista Encrucijada Americana*, Año 3, n.2, Primavera-Verano 2010a. (ver de onde eu extraí).

\_\_\_\_\_. “Los nuevos movimientos sociales en América Latina. Una breve radiografía general”. In: ROJAS, C.A. *Movimientos Antisistémicos: Pensar lo antisistémico en los inicios del siglo XXI*. Rosario: Prohistoria ediciones, 2012.

\_\_\_\_\_. Raíces, Orígenes e Inicios del Neozapatismo Mexicano. In: *Contrahistorias. La otra mirada de Clio*. Revista semestral, segunda série n.20. Mexico-DF. Março-agosto, 2013.

SPINELLI, Lucas Gebara. *Territórios de estratégia autonômica: os auto-governos rebeldes e a política zapatista*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Unicamp. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

TELLO, Carlos. La rebelión de las cañadas. Partes do libro, Extraído de <http://www.nodo50.org/pretextos/EZLN.html>. (melhorar).

VIQUEIRA, Juan Pedro; RUZ, Mario Humberto. *Chiapas: Los Rumbos de Otra historia*. México-DF: Unam-CIESAS, 1995.

VOS, Jan de. “Raíces históricas de la crisis chiapaneca”. In: MANAUT, R.B.; ARNSTON, C. *Chiapas: los Desafios de la Paz*. México: Porrula, 2000. (não o usamos, mas podemos citar)

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales: limites de los paradigmas decimonónicos*. Trad.: Susana Guardado. México, DF: Siglo Veintiuno-UNAM, 1998.

WARMAN, Arturo. “Chiapas Hoy”. Extraído de Leetoy (2008). *La Jornada*, 16 de janeiro de 1994. (melhorar)

ZEBADÚA, Emilio. *Chiapas: historia breve*. México-DF: El colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 2011.

### **Textos do próprio EZLN**

EZLN. Primera declaración de la selva lacandona. 1993/4. Extraído de <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm> [visualizado 15/12/2014]

EZLN. Cuadernos del curso de “La Escuelita Zapatista”, de primer nivel: *La libertad según los zapatistas*. 4v. [como faço a referencia disto?].

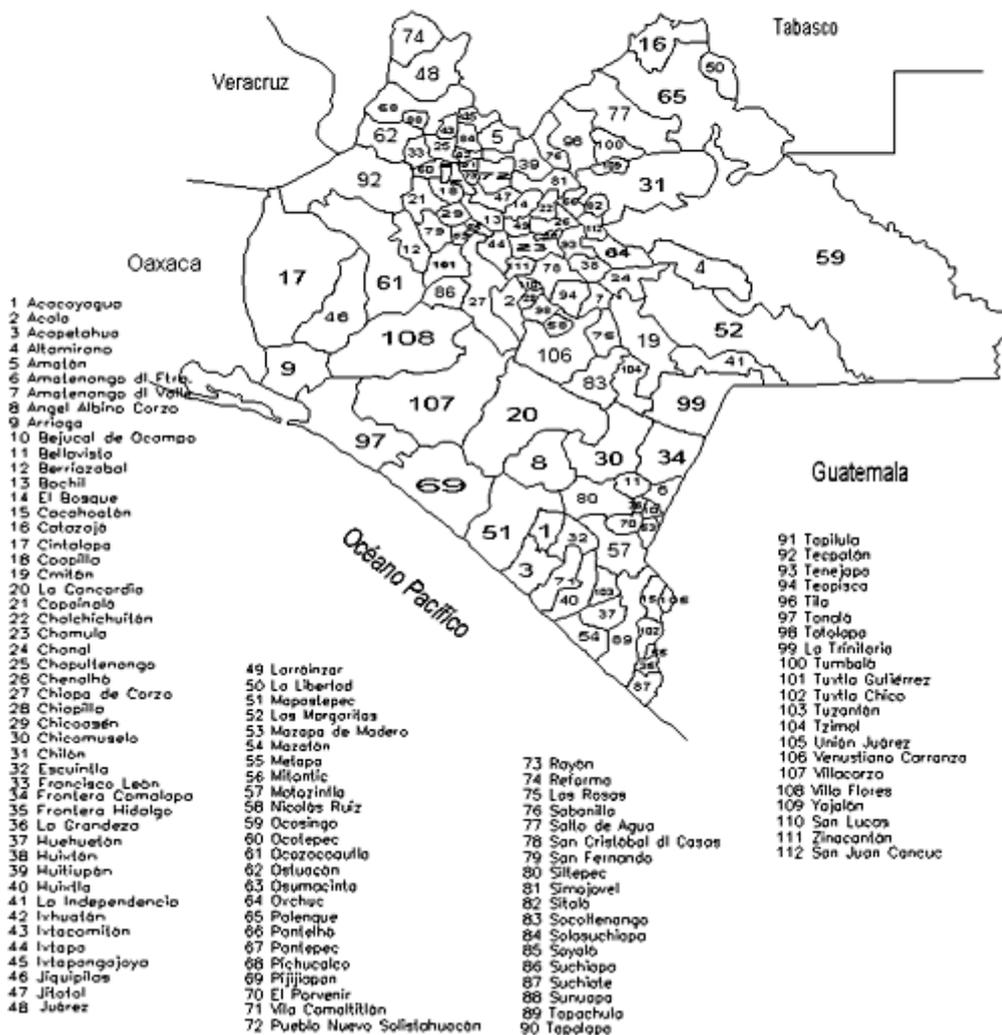
FLN. “A todos los militantes de las Fuerzas de Liberación Nacional”. In: *Contrahistorias. La otra mirada de Clio*. Revista semestral, segunda série n.20. México-DF. Março-agosto, 2013. Pp.115-116.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. “Entrevista sobre los Orígenes del EZLN”. (Extraído de vídeo realizado por el colectivo Perfil Urbano A.C., julio de 1994). In: In: *Contrahistorias. La otra mirada de Clio*. Revista semestral, segunda serie n.20. México-DF. Marzo-agosto, 2013a

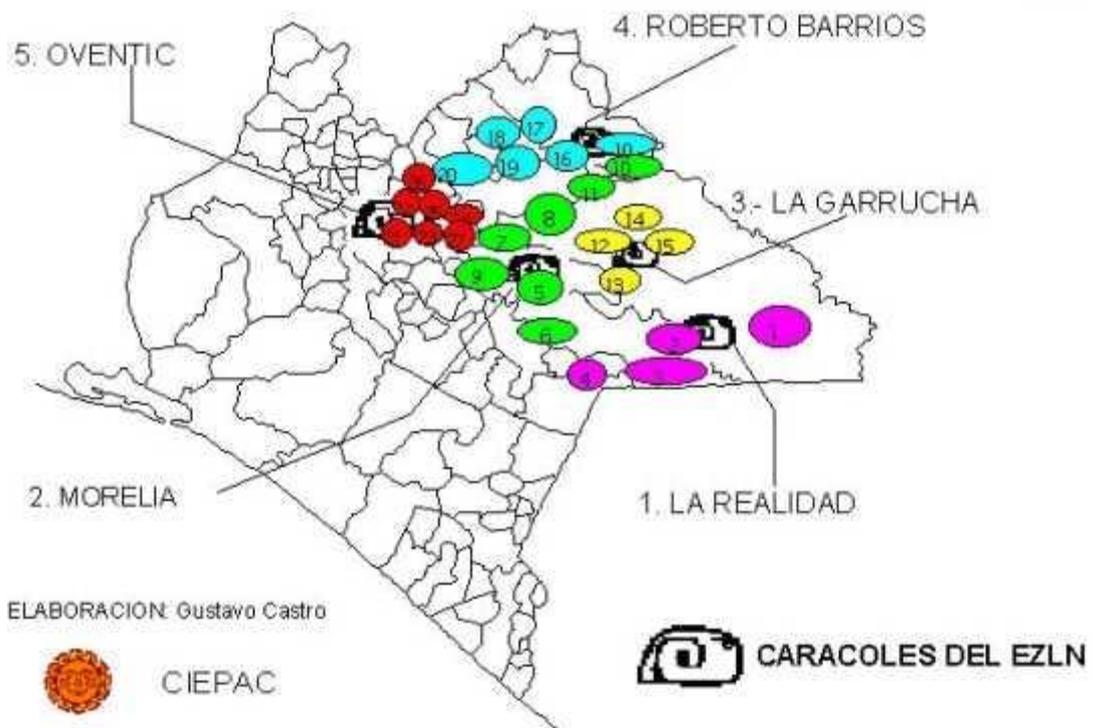
\_\_\_\_\_. “Palabras en la casa-museo del doctor Margil A.C.” (Monterrey, 17 de noviembre de 2006). In: In: *Contrahistorias. La otra mirada de Clio*. Revista semestral, segunda serie n.20. México-DF. Marzo-agosto, 2013b.

ANEXOS

# Estado de Chiapas

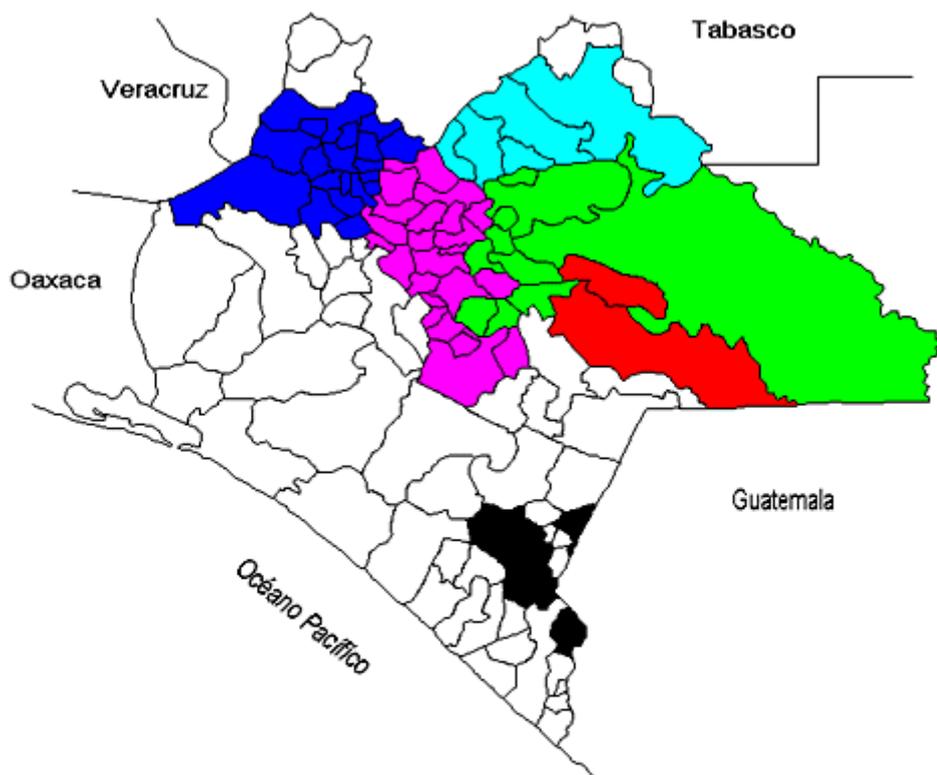


Fonte: <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/municipio.gif> [Visualizado em 07/09/2014]



Fonte: CIEPAC. In: <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/caracol.jpg> [visualizado 07/09/2014]

## LOS GRUPOS INDIGENAS Y SU UBICACION EN CHIAPAS

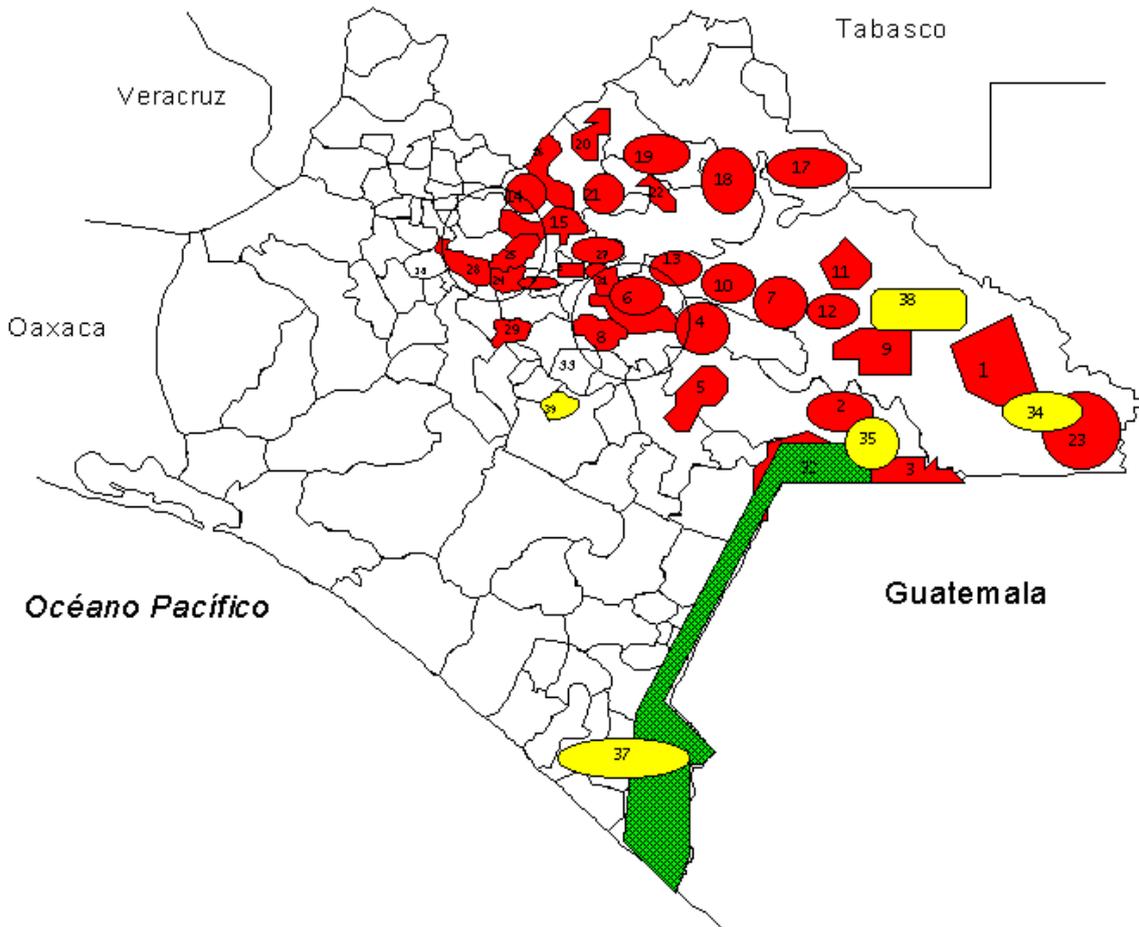


- TZOTZIL
- TOJOLABAL
- CH'OL
- TZELTAL
- ZOQUE
- MAME, MOCHÓ Y KAKCHIQUEL

CIEPAC

Fonte: CIEPAC. In: <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/etnias.gif> [Visualizado 07/09/2014]

## Municipios y territorios rebeldes Zapatista, autonomos y pluriétnicos (Março/1998)



Fonte: CIEPAC, 1998. In: <http://www.rehberg.net/nonviolentways/mapas.html> [Visualizado em 07/09/2014] (hasta la fecha)

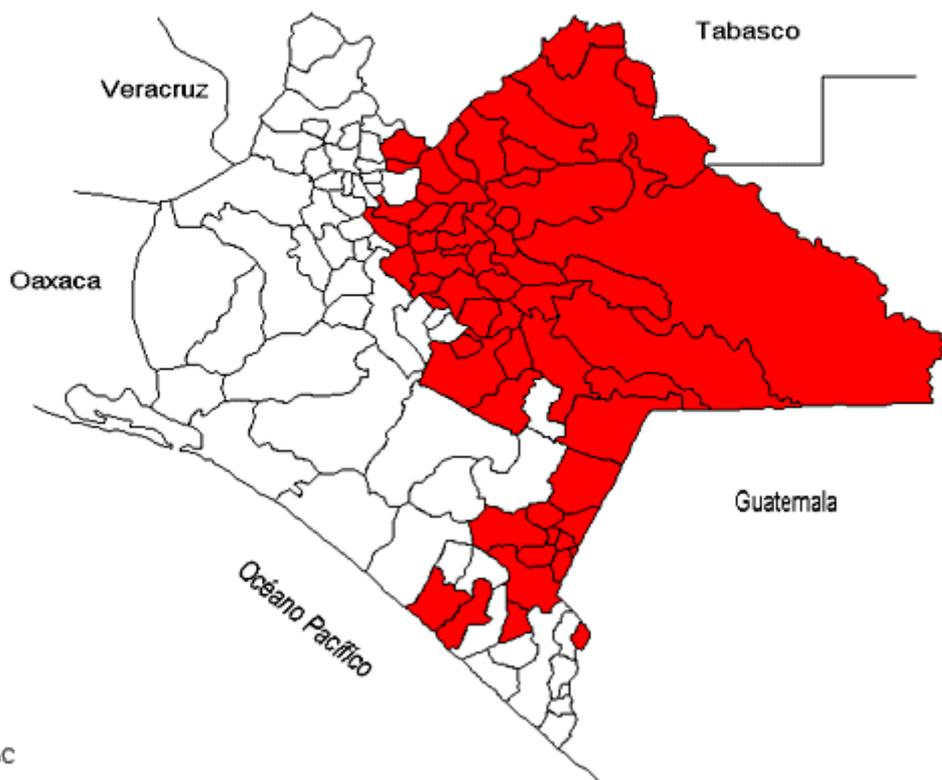
- 1.- "Libertad de los Pueblos Mayas"; Cabecera: Santa Rosa El Copán; en Ocosingo
- 2.- "San Pedro Michoacán"; Cabecera: en La Realidad; en Las Margaritas.
- 3.- "Tierra y Libertad"; Cabecera: Ejido Ampara Agua Tinta; en Las Margaritas, Independencia y Trinitaria
- 4.- "17 de Noviembre"; Cabecera: Ejido Morelia; en Altamirano y Chanal
- 5.- "Miguel Hidalgo y Costilla"; Cabecera: Ejido Justo Sierra; en Las Margaritas y Comitán
- 6.- "Ernesto Che Guevara"; Cabecera: Moisés Gandhi; en Ocosingo
- 7.- "1º. De Enero"; Cabecera: en Sibajá, en Ocosingo

- 8.- "Cabañas"; Tushakiljá en Oxchuc y Huixtán  
 9.- "Maya"; Cabecera: Ejido Amador Hernández; en Ocosingo  
 10.- "Francisco Gómez"; Cabecera: Ejido La Garrucha; en Ocosingo  
 11.- "Flores Magón"; Cabecera: Ejido Taniperlas; en Ocosingo  
 12.- "San Manuel"; Cabecera: Ranchería San Antonio; en Ocosingo  
 13.- "San Salvador"; Cabecera: Ejido Zapata; en Ocosingo  
 14.- "Huitiupán", en el territorio con el mismo nombre  
 15.- "Simojovel", en el territorio con el mismo nombre  
 16.- "Sabanilla", en el territorio con el mismo nombre  
 17.- "Vicente Guerrero"; en el territorio llamado Palenque  
 18.- "Trabajo", territorio de Palenque y Chilón  
 19.- "Francisco Villa", en el territorio llamado Salto de Agua  
 20.- "Independencia", en los territorios llamados Tila y Salto de Agua  
 21.- "Benito Juárez", en los territorios llamados Tila, Yajalón y Tumbalá  
 22.- "La Paz"; en los territorios llamados Tumbalá y Chilón  
 23.- "José María Morelos y Pavón"; Cabecera: Quetzalcóatl en el territorio de Marqués de Comillas, Ocosingo.  
 24.- "San Andrés Sacamch'en de los Pobres"; Cabecera municipal; en el territorio de San Andrés Larrainzar.  
 25.- "San Juan de La Libertad"; Cabecera municipal; en el territorio llamado El Bosque  
 26.- "San Pedro Chenalhó"; Cabecera en Polhó; en el territorio con el mismo nombre  
 27.- "Santa Catarina"; en los territorios llamados Pantelhó y Sitalá  
 28.- "Bochil"; Cabecera municipal; en el territorio con el mismo nombre  
 29.- "Zinacantán"; Cabecera municipal; en el territorio con el mismo nombre  
 30.- "Magdalena de la Paz"; Cabecera: Magdalena, en el territorio llamado Chenalhó  
 31.- "San Juan K'ankujk"; en el territorio llamado San Juan Cancuc  
 32.- **Regiones Autónomas "Tierra y Libertad"**; en los territorios de Las Margaritas, La Trinitaria, Frontera Comalapa, Chicomuselo, La Grandeza, El Porvenir, Siltepec, Mazapa de Madero, Bellavista, Villa Comaltitlán, Unión Juárez,, Tapachula, Tuxtla Chico y Motozintla.  
 33.- **Región Autónoma Tz'oj Choj**; en los territorios de Altamirano, Chanal, Oxchuc, Tenejapa, Cancuc, Huixtán, San Cristóbal, Amatenango del Valle, Ocosingo, el pueblo de Abasolo y "Ernesto Che Guevara"

#### REGIONES AUTONOMAS PLURIÉTNICAS (RAP)

- 34.- **Regiones Autónomas Pluriétnicas**; en los territorios de Marqués de Comillas (Ocosingo)  
 35.- **Región Fronteriza** de Las Margaritas, Santo Domingo Las Palmas  
 36.- **Región Autónoma Norte**; que comprende Bochil, Ixtapa, Soyaló, El Bosque, Jitotol, Huitiupán y Simojovel  
 37.- **Región Soconusco**: Huixtla, Tuzantán, Tapachula, Cacahoatán y Unión Juárez  
 38.- **Región Selva Las Tazas**  
 39.- Concejo Autónomo de Nicolás Ruiz

## MUNICIPIOS CON PRESENCIA ZAPATISTA



CIEPAC

Fonte: CIEPAC. In: <http://www.nodo50.org/pchiapas/chiapas/mapas/zapatist.gif> [Visualizado em 07/09/2014]